

Políticas de Memória. Um Debate
sobre as Relações entre Políticas
Públicas, Museus e Memória.

Cadernos Tramas da Memória



2011

Políticas de Memória. Um Debate
sobre as Relações entre Políticas
Públicas, Museus e Memória.

ALINE MONTENEGRO MAGALHÃES
BERENICE ABREU DE CASTRO NEVES
CRISTINA RODRIGUES HOLANDA
FRANCISCO RÉGIS LOPES RAMOS
GRACIELE SIQUEIRA
MANUELINA MARIA DUARTE CÂNDIDO
MARIA CRISTINA OLIVEIRA BRUNO
MARÍLIA XAVIER CURY



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Instituto de Estudos e Pesquisas para o
Desenvolvimento do Estado do Ceará

**Instituto de Estudos e Pesquisas
para o Desenvolvimento do Estado
do Ceará - INESP**

Editor Responsável
Paulo Linhares

Conselho Editorial
Antonio Carlos Coelho
César Barreira
Elisabete Jaguaribe
Irlys Alencar Firmo Barreira
Linda Maria de Pontes Gondim
Paulo Sérgio Bessa Linhares
Sidryão Alencar
Tarcísio Haroldo Cavalcante Pequeno

Coordenação Editorial
Lírian Mascarenhas
Denise de Castro

Projeto Gráfico e Diagramação
Denise de Castro

Revisão
Lucia Jacó
Vânia Soares

Digitação
Carolina Molfese

Impressão Capa
Gráfica Pouchain Ramos

Impressão
i. Editora

Coordenação de Impressão
Ernandes do Carmo

**Memorial da Assembleia
Legislativa do Ceará Deputado
Pontes Neto - Malce**

Presidente do Memorial da Assembleia
Legislativa do Ceará Deputado Pontes
Neto - Malce
Osmar Maia Diógenes

Curadora
Lídia Sarmiento

Coordenadoria de Pesquisa
Annelise Grieser

Historiadores
Carlos Pontes
Daniel Gonçalves
Humberto Pinheiro Filho
Paulo Roberto Fernandes

Coordenação da Publicação (Malce)
Humberto Pinheiro Filho

Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento

Cadernos Tramas da Memória 2011. Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará Deputado Pontes Neto; Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - nº 1 (mai. 2011) – Fortaleza: INESP, 2011.

140 p.
Semestral
ISSN 2236-3610

I. Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará Deputado Pontes Neto – MALCE.
II. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará.

Todos os direitos desta edição reservados ao INESP

Av. Desembargador Moreira, 2807,
Ed. Senador César Cals de Oliveira – 1º andar
CEP 60170-900 – Fortaleza, CE – Brasil
Tel.: (85) 3277.3701
inesp@al.ce.gov.br

Sumário

Apresentação ... 7

OSMAR MAIA DIÓGENES

O Que se Deve Saber para Escrever História nos Museus? ... 9

ALINE MONTENEGRO MAGALHÃES

De Olho no Público. Considerações acerca do impacto
expositivo de O Segredo e a Rua: a maçonaria cearense (1870-1930) ... 29

BERENICE ABREU DE CASTRO NEVES

O Mundo Material: documento e objeto para o historiador ... 49

CRISTINA RODRIGUES HOLANDA

História, Apesar da Memória: um desafio para as políticas culturais ... 59

FRANCISCO RÉGIS LOPES RAMOS

História e Trajetória da Formação em Museologia através do
Curso de Museus do Museu Histórico Nacional - MHN - 1932/1978 ... 81

GRACIELE SIQUEIRA

Sistemas e Redes de Museus: políticas para a gestão de acervos ... 103

MANUELINA MARIA DUARTE CÂNDIDO

Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo: qual
é o papel dos museus e dos Centros de Memória? ... 115

MARIA CRISTINA OLIVEIRA BRUNO

Museu e Memória. Que memórias? Que museu? ... 127

MARÍLIA XAVIER CURY

■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ Apresentação

O Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará Deputado Pontes Neto (MALCE) preocupa-se desde a sua fundação, em 1997, com a construção de narrativas sobre a trajetória das experiências legislativas cearenses. Por meio de exposições e de coleções de livros tenta apresentar um panorama das culturas e práticas políticas que configuraram um universo público na história do Ceará. Nesse seu percurso de espaço museológico, o MALCE, seguindo diferentes critérios e recortes de estudo, colocou como seu objeto, por excelência de investigação, os aspectos institucionais da política local. Mas há dois anos, com um novo projeto museográfico para sua exposição de longa duração, ele redefiniu suas propostas e estratégias de trabalho. É nesse novo escopo técnico que surgiu a ideia deste livro.

A realização desta obra deve-se, também, à parceria com o Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Estado do Ceará (INESP), com o qual o MALCE tem trabalhado na elaboração e execução de alguns projetos com linhas de orientação comuns a esses dois setores da Assembleia.

Esta publicação, juntamente às novas ações educativas, faz parte de um propósito maior de inserir o MALCE em um circuito de debates rigorosos sobre museologia e ensino de História. Ao mesmo tempo, é uma contribuição para que a proliferação de museus e memoriais no Brasil e no Ceará possa se instrumentalizar sem perder de vista a necessidade permanente de autocrítica das suas iniciativas e atividades. Daí, a forma deste livro. Decide-se reunir as reflexões de diferentes especialistas no assunto. São historiadores e museólogos que ocuparam ou ocupam cargos na gestão de museus, discutindo aspectos centrais das suas experiências de estudo e de administração desses espaços. Não se deve esperar que o conjunto dos artigos forneça um “entendimento” entre seus autores. A expectativa, pelo contrário, é que as diferentes filiações ideológicas ou conceituais possam ficar bem marcadas nessa reunião de textos.

Osmar Maia Diógenes
Presidente do Memorial da Assembleia do Ceará



O Que se Deve Saber para Escrever História nos Museus?*

Aline Montenegro Magalhães

9

Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e doutora em História Social também pela UFRJ. Atualmente é coordenadora do Departamento de pesquisa do Museu Histórico Nacional/IBRAM e professora de história dos Institutos Superiores La Salle do Rio de Janeiro.

* Este trabalho é uma versão revisada e ampliada de uma primeira versão publicado no volume 34 dos Anais do Museu Histórico Nacional em 2002. p.107-130.

O Museu Histórico Nacional deve oferecer um conjunto vivo que, a par de detalhes artísticos e técnicos, favorecesse sobretudo o ensino da História...

Gustavo Barroso, 1948

Através das suas exposições, o Museu Histórico Nacional (MHN) procurava oferecer um “conjunto vivo” de objetos capazes de ensinar História do Brasil. Os servidores federais lotados no MHN, que a partir de 1940 passaram a ser denominados conservadores, eram os profissionais responsáveis pela construção do passado nas salas de exposição, produzindo narrativas históricas que deveriam ser lidas pelos visitantes, como uma lição de civilidade. Qual era a formação desses funcionários dedicados ao estudo das peças, sua conservação e à organização dessas no espaço museal? Até 1932, quando foi criado o Curso de Museus no Museu Histórico Nacional, não havia uma capacitação específica para o trabalho em museus. Os funcionários dessas instituições eram eruditos polígrafos e generalistas, com formação, em sua maioria, em direito, como Edgard Romero, Pedro Calmon e o próprio diretor do MHN Gustavo Barroso. A prática museológica formava os especialistas.

O objetivo do presente artigo é analisar os regulamentos e currículos do Curso de Museus de 1932 a 1944, procurando analisar o papel da história na formação dos profissionais que se tornariam responsáveis pela representação do passado nos espaços museais.

A criação de um Curso Técnico voltado para a formação de profissionais de instituições de memória e pesquisa, já havia sido prevista desde a fundação do Museu Histórico Nacional, em 1922. O Decreto n.º. 15.596, de 2 de agosto, assinado pelo presidente Epi­tácio Pessoa, criou o Museu e regulamentou o Curso que deveria ser comum ao Museu, à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional. Caberia ao Museu o ensino de arqueologia, história da arte, numismática e sigilografia; à Biblioteca: história literária, bibliografia, paleografia, epigrafia, iconografia e cartografia e ao Arquivo: história política e administrativa do Brasil, cronologia e diplomática. A divisão das disciplinas em conformidade com o tipo de acervo abrigado em cada instituição, deixa claro que ao Museu caberia apenas os saberes ligados ao universo material.

Não foram encontrados projetos nem quaisquer comentários acerca do Curso de Museus, na documentação institucional analisada referente aos primeiros dez anos de funcionamento da instituição. Nos relatórios de atividades emitidos anualmente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ao qual o Museu esteve diretamente subordinado até 1930 - quando passou à alçada do Ministério de Educação e Saúde - nada consta sobre o Curso. O diretor Gustavo Barroso detinha-se em esforços para enriquecer o acervo museológico, ampliar o espaço museal e aumentar o prestígio da Instituição, junto ao governo e à sociedade, haja vista que com a saída de Epi­tácio Pessoa da Presidência, o Museu chegou a correr o risco de encerrar suas atividades. Somente em 1931, o Curso de Museus aparece nos relatórios, sob solicitação do Diretor interino, Rodolfo Garcia¹.

Duas sugestões, Sr. Ministro, cabem aqui, como propostas que tenho a honra de fazer, tanto para a maior eficiência administrativa, como para a consecução dos fins culturais da nossa instituição, eminentemente educacional. Uma é referente ao "Curso de Museus" [sic]. Já apresentei a V. Ex. um projeto de decreto, que espero venha a merecer a indispensável aprovação. Fundamentei-o nos objetivos de ordem técnica, que justificaram a criação recente do "Curso de Biblioteconomia", da Biblioteca Nacional. O "Curso de Museus" habilitará esta Repartição com um pessoal especializado, que futuramente fornecerá à administração os funcionários de que necessitar, para os serviços deste Museu Histórico, ou dos congêneres institutos estaduais. A outra proposta é a de uma Inspetoria de Monumentos.²

A primeira sugestão de Rodolfo Garcia foi acatada pelo Decreto n.º 21.129, de 7 de março de 1932, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e seu Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos. O documento criou o Curso de Museus como um departamento do Museu Histórico Nacional. Classificado como Curso de Especialização, durava dois anos e os próprios oficiais do Museu ministravam as disciplinas, como parte de suas atribuições funcionais. Barroso, por exemplo, lecionava História Militar, Artes e Técnicas de Museus.

Nos primeiros anos de funcionamento do Museu Histórico Nacional, a organização dos objetos nas salas de exposição respeitava a lógica colecionista de classificação e reunião das peças pela sua espécie. O nome das salas referia-se diretamente às coleções que guardavam: Sala dos Candelabros, Sala dos Troféus, Sala dos Tronos, Escadaria dos Escudos, Arcada dos Canhões, etc. Ao analisar o Catálogo de 1924³, alguns estudiosos passaram a considerar o acervo exposto no espaço museal uma “miscelânea histórica”, por conter fragmentos dotados de valor de época, tendo diversas procedências e características.

Apesar de parecer aleatória a coleta de objetos pelo seu valor de época, Gustavo Barroso tinha clareza do que elas significavam para a escrita da história no espaço museal. Não eram aceitas quaisquer “velharias”, mas aquelas que pudessem documentar o passado histórico da nação idealizada por Gustavo Barroso: Estado Monárquico, principalmente o Segundo Reinado, o Exército, a Igreja Católica e a Aristocracia. O trabalho dos profissionais de museus, consistia na transformação desses vestígios em documentos autênticos, o que se fazia através de práticas caras à tradição antiquária⁴. Uma vez constatada a autenticidade dos fragmentos, esses eram classificados, conservados e organizados nas salas de exposição.

Outro meio muito comum de constatar a autenticidade dos objetos era através da procedência. Quanto mais próximo da personagem histórica que possuiu o fragmento, maior a probabilidade de sua autenticidade, pois tratava-se de uma relíquia que, pela proximidade com o vulto histórico, ganhava foros de sacralidade, logo incontestável. Esse meio de adquirir objetos para o Museu foi um dos mais utilizados na Instituição ao longo de sua trajetória. Muito tímida em seus primeiros anos de

existência, desenvolveu-se muito a partir 1930, quando Rodolfo Garcia, apesar de manter o discurso institucional, muda a narrativa histórica, organizando os objetos no espaço museal, tendo por referência o culto à personagem representada pelas suas relíquias, aos acontecimentos e aos períodos históricos. Dava-se preferência aos objetos da família imperial, dos militares que se sobressaíram em missões nacionais, principalmente na Guerra do Paraguai, e de aristocratas, doados por seus descendentes, constituindo uma relação de troca de presentes que foi fundamental para a escrita da história monumental no Museu: por um lado, criavam-se salas imortalizando personagens históricos⁵ - ou transformados históricos; por outro lado, enriquecia-se o acervo museológico com peças autênticas capazes de “falar por si”, comprovando o passado nacional, conforme podemos observar neste trecho dos Anais:

O Museu histórico Nacional possui em suas coleções de relíquias um sabre de honra que pertenceu ao General José Joaquim Coelho, o Barão da Vitória, e foi adquirido a um de seus descendentes. É uma peça que se autentica por si. [...] Nenhum documento se refere ao oferecimento ao Barão da Vitória do sabre de honra que o Museu adquiriu e guarda. Ele é que fala por si na sua legenda, na sua decoração e nos seus contrastes oficiais.⁶

O Curso de Museus foi criado com a finalidade de formalizar as práticas museológicas como *científicas*, de modo que a escrita da história obtivesse o respaldo necessário para ser lida como *verdadeira*. Segundo o regulamento: “O Chefe do Governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil ... resolve criar no Museu Histórico nacional um “Curso de Museus” [sic], destinado ao *ensino das matérias que interessam a mesma instituição*” [grifo meu]⁷

Apesar de o curso ser voltado para a formação de profissionais de museus de história, as matérias a serem lecionadas seriam as de interesse para o Museu Histórico Nacional. Essa determinação ganha maior vigor quando o decreto autoriza a concentração dos poderes de decisão nas mãos do diretor institucional, quanto às escolhas de professores, disciplinas a serem lecionadas e à organização estrutural do Curso, prevendo que os alunos formados teriam preferência na ocupação do cargo de 3º oficial do Museu Histórico:

Art. 3º O “Curso de Museus” funcionará sob a direção e fiscalização do diretor do Museu Histórico Nacional; Art. 4º Os professores do “curso de Museus” serão designados por portaria do diretor do Museu Histórico Nacional, entre os funcionários da mesma repartição; Art. 5º Os programas de cada cadeira serão organizados bienalmente pelos respectivos professores e submetidos à aprovação do diretor que, de acordo com eles, estabelecerá o horário das aulas; Art. 11 Aos possuidores do certificado do “Curso de Museus”, a partir de 1 de janeiro de 1934, será assegurado o direito de **preferência absoluta** para o preenchimento do lugar de 3º oficial do Museu Histórico Nacional e, bem assim, para promoção nos cargos do mesmo Museu. [grifo meu]⁸

O Curso formou sua primeira turma em 1934. Dos alunos diplomados, três assumiram o cargo de 3º oficial do Museu: Luiz Marques Poliano, Adolpho Dumans e Paulo Olinto. Esses cumpriram as seguintes disciplinas: 1º ano – História Política e Administrativa do Brasil (período colonial), Numismática (parte geral), História da Arte (especialmente do Brasil), Arqueologia; 2º ano – História Política e Administrativa do Brasil (até a atualidade), Numismática (brasileira), Sigilografia, Epigrafia, Cronologia e Técnica de Museus.

Segundo consta no livro de autoria de Gustavo Barroso, *Introdução à Técnica de Museus*⁹, essa cadeira foi por ele criada e ocupada desde a fundação do curso. Voltada para as atividades específicas de Museus, nela ensinavam-se noções de organização, arrumação, catalogação, restauração; de cronologia, epigrafia, bibliografia, diplomática, heráldica e iconografia. Nota-se que diferente do currículo proposto pelo regulamento de 1922, onde o Curso deveria restringir-se ao ensino de matérias técnicas, voltadas para o estudo dos objetos, nesse aparecem mais disciplinas e os instrumentos para a escrita de uma história científica calcada em fontes materiais autênticas, como a inserção do ensino de História Política e Administrativa do Brasil. O curso capacitava profissionais para a reconstituição de um passado nacional idealizado nas salas de exposição, com todas as garantias de sua veracidade, transformando monumentos em documentos¹⁰, conforme o estudo das carruagens no Brasil feito por Alfredo Rusins:

Apesar do conceito quase generalizado de que a nossa Corte foi paupérrima e triste, sem o brilho dos salões nem o esplendor dos centros artísticos que a aproximassem das faustosas Cortes européias, não deixamos de ter algo de belo, de digno do título que ostentávamos, muitíssimo além do que se poderia esperar de uma corte formada na sua maioria por elementos enobrecidos por mercês dos dois Imperadores. [...] As carruagens utilizadas pelos nossos Imperantes atestam o que vimos afirmando. E não é imaginação enriquecida por uma fantasia exaltada. São documentos coevos [...] Reconstituir nosso passado tal qual fora o mais veridicamente possível, com os documentos que chegaram até nossos dias, resistindo ao clima, à incúria de muitos dos seus possuidores e à indiferença de autoridades competentes para recolherem e zelarem por eles, será a missão dos nossos museus, em plena fase de evolução nos moldes mais aprimorados da época atual.”¹¹

No regulamento do Museu Histórico Nacional aprovado 1934, o Curso sofre algumas modificações, permanecendo destinado ao ensino das matérias que interessam aos seus objetivos culturais e possuindo dois anos letivos, conforme o Decreto de 1932. No currículo percebe-se a mudança na organização e nomenclatura de algumas disciplinas a serem lecionadas. Quanto à organização, foi aprovada uma cláusula destinada a regulamentar séries de cursos, conferências e comemorações, onde havia possibilidade de profissionais externos ao quadro de funcionários do Museu ministrarem essas atividades, sob a supervisão do diretor, haja vista que o corpo docente permanecia restrito aos funcionários da Instituição. Tais atividades deveriam enriquecer o currículo do Curso, aumentando seu prestígio e promovendo relações entre o Museu, instituições e intelectuais.

Art. 67 – Haverá um curso ou série de conferências públicas sobre história pátria e educação cívica, a cargo de funcionários do Museu e de outras pessoas para esse fim convidadas. Art. 68 – Cursos especiais e conferências avulsas sobre assuntos históricos poderão realizar-se por iniciativa do diretor ou mediante sua permissão: 1º o diretor terá sempre o direito de exigir que lhe seja apresentada, com a devida antecedência, a conferência escrita, para depois de ler, autorizar ou não a sua realização; 3º o Museu procurará relembrar as grandes datas nacionais por meio de exposições especiais ou por outras formas de comemoração. Art. 70 – Deverão ter caráter instrutivo e educativo as conferências

promovidas pelo Museu e ser ilustradas, sempre que for possível, com projeções e com a apresentação de objetos históricos.¹²

No que tange ao planejamento disciplinar, o que pareceu mais significativo foi a mudança na nomenclatura da História, principal pilar da prática de construção do passado nacional no Museu. No currículo de 1932, intitula-se História Política e Administrativa do Brasil (Período colonial no 1º ano e até a atualidade no 2º); em 1934 aparece como História da Civilização Brasileira (Período colonial e até a atualidade). Essa pequena mudança pode nos dizer muito a respeito das transformações no campo historiográfico, ocorridas em princípios do século XX. A história oitocentista dos fatos políticos e administrativos do Brasil tendia a perder espaço para a história da civilização brasileira, escrita por intelectuais que criticavam o caráter factual e a monumentalidade da história tradicional, advogando por uma abordagem mais sócio-antropológica que respondesse melhor aos questionamentos acerca da formação social brasileira.

A mudança na denominação da disciplina histórica parece ter relação com debates que mobilizaram professores e historiadores no Brasil e no exterior. Segundo Marieta de Moraes Ferreira, em seu estudo sobre o surgimento dos cursos universitários de história na extinta Universidade do Distrito Federal (UDF - 1935-1939) ligada ao município do Rio de Janeiro e na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, criada em 1939 e subordinada ao Governo Federal,

Ao longo da década de 1920, em decorrência dos efeitos da Primeira Guerra Mundial e das possibilidades de eclosão de um novo conflito, emergiu um conjunto de vozes preocupadas com a busca de mecanismos para neutralizar uma corrida armamentista. Foi nesse contexto que surgiu o trabalho da Comissão Internacional para o Ensino de História (CIENH), órgão criado no início dos anos 30, na Europa, com o objetivo de rever os manuais didáticos que incitavam povos e nações ao armamentismo. [...] Essa diretriz se desdobrava numa concepção de história que defendia a supressão das histórias nacionais, marcadas pela excessiva valorização do político, e o culto dos grandes heróis, em favor de uma história das civilizações voltada para o estudo das sociedades. Essa orientação encontrou forte eco no Brasil, na Reforma Educacional de

1931, quando foi suprimida a cadeira de História do Brasil no ensino secundário e, em seu lugar, foi criada a cadeira História das Civilizações.¹³

É provável que o novo currículo tenha sido baseado na Reforma Educacional de 1931. Mas a despeito da mudança na nomenclatura da disciplina, o conteúdo ensinado e a narrativa histórica das exposições continuaram articulados à história tradicional dos grandes homens, fatos e das datas.

A partir da década de 1940 começaram a ser elaboradas novas propostas para outra reformulação do Curso de Museus. Os projetos foram produzidos tanto por Gustavo Barroso, quanto pelos funcionários da Divisão de Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP. Barroso visava a ampliar o curso para melhor aproveitamento dos alunos e maior inserção no meio acadêmico nacional. Uma de suas reivindicações consistia na remuneração dos professores e no acréscimo de um ano letivo para a formação dos profissionais. No entanto, tentava preservar a tradição do discurso histórico difundido no Museu Histórico Nacional, não apenas na narrativa construída nas salas de exposição e escrita nas páginas dos *Anais*, sua principal publicação, mas principalmente no ensino do Curso de Museus, onde a formação dos profissionais garantia a permanência de suas ideias na elaboração do passado nacional no Museu, expandindo-as para outras instituições de memória, uma vez que os diplomados, quando não ingressavam no quadro funcional do Museu, atuavam em repartições congêneres. Assim, Barroso fazia suas solicitações ao Governo Federal nos relatórios de atividades de 1940, 41 e 42.

A Diretoria preparou uma reforma do Regulamento do Curso de Museus e organizou fichas individuais para os alunos. Com a experiência adquirida foi melhorado o seu funcionamento, havendo aumentado extraordinariamente o número daqueles que procuram essa especialização. (...) Peço a atenção de V. Ex. para o número elevado das matrículas do ano próximo findo - o que demonstra o crescente interesse que os estudos históricos vão despertando em nosso meio. Há 69 alunos matriculados no 1º ano e 11 matriculados no 2º ano.¹⁴

Vale notar que, na concepção de Baroso, o aumento do número de alunos no Curso de Museus devia-se ao “crescente interesse que os estudos históricos vão despertando”. Nesse sentido, os saberes da área de museus pareciam estar a serviço do conhecimento histórico.

Em outra direção, os funcionários do DASP, representados pelo Diretor da Divisão de Aperfeiçoamento, Mário de Brito, parecem desejar a manutenção do currículo de 1934, utilizando conceitos mais afinados com as novas concepções de história. Assim, fazem propostas inovadoras quanto à organização do Curso e ensino das disciplinas. Essas concepções também estavam na pauta do dia de intelectuais como Delgado de Carvalho, do Instituto de Pesquisas Educacionais.¹⁵

As disputas em torno da reformulação do regulamento do Curso de Museus foram analisadas a partir de uma resposta de Gustavo Barroso a Mário de Brito, referente ao projeto enviado por esse, em 16 de março de 1942. A correspondência foi reproduzida no quinto volume dos *Anais, Documentário da Ação do Museu Histórico Nacional na Defesa do Patrimônio Tradicional do Brasil*, de 1944. Diferente das outras revistas dessa coleção, publicadas desde 1940, este volume teve a função de construir a memória de Gustavo Barroso como Diretor do Museu Histórico Nacional e defensor da tradição nacional. Entre relatos e artigos, foi compilada toda a documentação referente às iniciativas da Inspeção de Monumentos Nacionais em Ouro Preto (1934-37) e o relatório sobre a participação do Museu na Exposição Comemorativa dos Centenários Portugueses, em 1940. Logo nas primeiras linhas da introdução dos *Anais* aparece o objetivo da publicação:

Já é tempo do Museu Histórico Nacional documentar, para conhecimento público e perpétua memória da verdade, sua constante e devotada atenção na Defesa do Patrimônio histórico e artístico do país e no culto de sua tradição.¹⁶

Todas as páginas desse volume foram escritas numa atmosfera de ressentimento. Gustavo Barroso sentia-se injustiçado por ver suas iniciativas esquecidas diante da memória de grupos que a ele se opunham, a exemplo dos modernistas que se projetaram na área da cultura e educação ao longo do governo Vargas, vide a criação e consolidação do

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)¹⁷. Por isso dedicou um volume inteiro dos *Anais* à lembrança de suas ações, sendo bastante contundente em suas críticas e reivindicações. No que tange à reforma do regulamento do Curso de Museus, Barroso inicia sua carta de 22 de março, respondendo a Mário de Brito:

Acuso recebimento de vossa carta de 16 do corrente acompanhada de uma cópia do projeto de organização do Curso de Museus, para dar meu parecer. Examinei-o detidamente. Acho que a nova organização atenderá na parte administrativa às finalidades do Curso de Museus, que vem funcionando sob a minha direção durante mais de dez anos, com a cooperação dos funcionários que são professores, sem nenhum provento material a lhes recompensar o esforço durante todo esse tempo.¹⁸

A ênfase de Barroso na divulgação das atividades docentes sem remuneração deve ser entendida pelas autoridades como uma iniciativa patriótica a ser valorizada. Embora tenha concordado com a organização administrativa do Curso, discorda das modificações curriculares. No que tange à história, considera:

Propus o estudo de História do Brasil e nunca o de História da Civilização Brasileira. Esta designação está hoje condenada pelos cultores da História Pátria. E, se [sic] quiser entendê-la como uma generalização dessa história, é manifesto o erro de colocá-la no 1º ano, antes da História do Brasil, obrigando o aluno outra vez a estudar o mais difícil antes do mais fácil. Sem saber a história nos seus fastos, episódios, personagens e datas, vai filosofar sobre os seus ciclos culturais ou econômicos, o que não tem cabimento.¹⁹

Barroso fazia coro com um grupo de intelectuais católicos, a exemplo de Alceu Amoroso Lima, que reivindicava uma atitude mais enérgica de repressão ao comunismo com base na organização da educação. A tentativa de golpe comunista liderada por Luís Carlos Prestes em 1935, só veio fazer com que essas reivindicações aumentassem e ganhassem força política. Por outro lado, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desde 1934, fazia campanha para o retorno da História do Brasil aos currículos escolares.²⁰

Pela forma com que Barroso se expressa em suas críticas e reivindicações, parece que suas colocações nunca são analisadas com o cuidado por ele exigido. Assim escreveu ele sobre as propostas de mudança na Cadeira de Técnica de Museus:

Sinto dizer que é de lamentar não prevaleça no caso a opinião do professor da cadeira durante dez anos e seu criador, dum técnico no assunto que pode provar de público os seus conhecimentos, que é, graças a Deus, reconhecido como tal até pelas autoridades do país que lhe cometem a honrosa tarefa de dar parecer sobre uniformes e de ministrar conhecimentos sobre armas aos alunos das Escolas Militares, que tem obras publicadas a respeito, que há vinte anos classifica coleções de particulares a pedido destes e que já classificou mais de 12 mil objetos no Museu Histórico, para que prevaleça a opinião de quem nunca versou, ensinou ou deu qualquer outra prova de conhecimento da matéria. (...) Já me esfalfei pessoalmente, nas conferências havidas em vosso gabinete, para demonstrar que não é possível modificar o esquema da Técnica de Museus apresentado por mim. Meus esforços têm sido vãos. Insiste-se em inventar novidades e em confundir matéria com outras, de maneira que será esta a derradeira vez que voltarei ao assunto, pois me parece estar perdendo tempo em demonstrar logicamente aquilo que por este ou aquele motivo há firme propósito em rejeitar.²¹

Valorizando seu currículo pessoal e suas iniciativas, Barroso esperava que suas solicitações fossem acatadas e suas concepções respeitadas. Um dos maiores argumentos que utilizava para manter-se na direção do Museu Histórico Nacional e envolver-se em outras atividades, era seu amor à Pátria que o levava a realizar uma série de atividades em seu benefício, sem por isso ser remunerado. Essa ética do trabalho sem remuneração é subjacente dos valores aristocráticos²². Levantando o argumento de trabalhar sem interessar-se pelo retorno financeiro, Barroso visava, também, a agredir aqueles que eram remunerados pela prestação de serviços ao Estado. Segundo ele, essa prática “burguesa” onerava os cofres públicos sem necessidade, já que ele, teoricamente, não cobrava:

... não vejo razão para o dispositivo em que se permite a nomeação de técnico estrangeiro para dirigir o Curso de Museus. Um estrangeiro nun-

ca poderá *sentir, compreender* e sobretudo *amar* as nossas tradições ao ponto de se tornar um professor delas. Sem amar o Brasil, não é possível fazer a obra que se tem feito no Museu Histórico. E é uma *capitis diminutio* antecipada dos técnicos e conservadores brasileiros admitir a lei que um estrangeiro os possa substituir com vantagem (...). É verdade que enquanto o Curso teve professores gratuitos e diretor gratuito, produziu ótimos resultados, até formou discípulos que hoje julgam saber mais que os antigos mestres e não provocou interesse, a não ser dos que a ele se dedicavam por amor ao Museu. Tratando de remunerar esses dedicados servidores, é natural, é humano que aquele interesse desperte modificações apressadas, divisões inconsistentes de cadeiras e exposições de pseudos entendidos. (...) Como no caso não me move nenhum interesse pessoal e sim o interesse do serviço público, acho preferível continuar o Curso de Museus com seu velho regulamento, com seu currículo certo de disciplinas, com sua *direção única*, produzindo os resultados que todos conhecem, embora seu diretor e professores não ganhem um vintém, o que já lhes acontece há dez anos, a ser modificado com proventos materiais para os mesmos e prejuízos para o ensino, conforme ficou demonstrado.²³

Muito interessante é o *status* conferido ao Curso de Museus, que Barroso acreditava dever-se ao seu regulamento antigo, sem as modificações propostas pelo DASP. Isso fica claro quando Barroso compara como se sente um professor do Curso de Museus, que segue o antigo regulamento, perante a sociedade e como ele poderá vir a se sentir se o regulamento mudar conforme as inovações do DASP:

Até agora um professor do Curso podia declarar-se diante de qualquer pessoa *Professor de Técnicas de Museus*; se o projeto for transformado em dispositivo legal, quero crer que quem se disser *Professor de Inscrições e Documentos* ou *Professor de Elementos do Patrimônio Histórico e Artístico* ou ainda *Professor da Civilização Através dos Objetos* cairá fatalmente no ridículo.²⁴

Como resultado dessa troca de correspondências e pareceres, em 1944 foi aprovado o novo regulamento do Curso de Museus pelo Decreto n.º 6.689, de 13 de julho. O documento estende a duração do Curso de dois para três anos, sendo o terceiro ano uma especialização para trabalho em Museus Históricos ou Museus de Arte. Em primeira análise, defende-se que a reformulação teve por objetivo ampliar o campo

do ensino de técnicas de museus para melhor atender suas finalidades, diversificando a formação do profissional para que esse pudesse desenvolver atividades em outras instituições museológicas, como museus de Belas Artes e Artísticos. No entanto, após analisar as querelas entre antigos e modernos na elaboração das propostas de reformas, podemos concluir que a nova legislação veio definir espaços de poder no ensino das disciplinas e marcar como diferentes concepções de escrita museológica podem se manifestar na formação de profissionais de museus.

O Museu Histórico Nacional perde um pouco de sua autonomia na definição das finalidades do Curso de Museus. Esse deixa de restringir-se ao ensino das matérias que interessavam aos objetivos culturais do Museu, para assumir outras funções que assim são enumeradas no regulamento:

- a. preparar pessoal habilitado a exercer as funções de *conservador* de Museus históricos e artísticos ou de instituições análogas;
- b. transmitir conhecimentos especializados sobre assuntos históricos e artísticos, ligados às atividades dos museus mantidos pelo Governo Federal;
- c. incentivar o interesse pelo estudo da História do Brasil e da arte nacional.²⁵

No que tange à estrutura curricular, Barroso conseguiu algumas vitórias, principalmente na área de Técnica de Museus e na parte especializada de *Museus Históricos*, correspondente ao terceiro ano do Curso. As matérias a serem lecionadas foram organizadas da seguinte forma: parte geral - 1ª série: História do Brasil Colonial, História da Arte (parte geral), Numismática (parte geral), Etnografia e Técnica de Museus (parte geral); 2ª série: História do Brasil Independente, História da Arte Brasileira, Numismática Brasileira, Artes Menores, Técnicas de Museus (parte básica). Parte Especial - 3ª série: *Seção de Museus Históricos*: História Militar e Naval do Brasil, Arqueologia Brasileira, Sigilografia e Filatelia, Técnica de Museus (parte aplicada). *Seção de Museus de Belas Artes ou Artísticos*: Arquitetura, Pintura e Gravura, Escultura, Arqueologia Brasileira, Arte Indígena e Arte Popular, Técnica de Museus (par-

te aplicada). Nota-se que o ensino da História passou a ser dado sob a designação de “História do Brasil” e não “História da Civilização Brasileira”, como constava no regulamento de 1934.

Essa mudança não aconteceu apenas no Curso de Museus. Parece ter sido uma determinação do Ministério da Educação e Saúde que devolveu a nomenclatura “História do Brasil” para os currículos escolares e universitários. Hélio Viana, por exemplo, assumiu a cátedra dessa disciplina na FNFi.²⁶

Na parte especializada de Museus Históricos, a parte da história valorizada restringia-se à História Militar, através da qual se tornava possível a construção de heróis em missões patrióticas, a partir de seus objetos de guerra que compunham o acervo museológico do Museu Histórico Nacional. Segundo catálogo de 1924, aproximadamente 51% das peças do acervo referiam-se à História Militar do Brasil e diversificavam-se entre armaria, uniformes e objetos pessoais de militares. Vele lembrar que o interesse pessoal de Barroso pela História Militar o levou a elaborar um projeto de Museu Militar em 1911²⁷. Segundo sua visão de nação, o Exército constituiu-se como principal força na manutenção da unidade nacional, sendo por isso responsável pela garantia da ordem num “Brasil consolidado”.

Contrariando os critérios “nacionais” impostos por Gustavo Barroso para a contratação dos professores do Curso, o regulamento permitia que profissionais estrangeiros ministrassem aulas - o que nunca aconteceu enquanto Barroso esteve à frente da Instituição. Contudo dentro do mesmo capítulo VI referente aos docentes, fica estipulada uma remuneração aos professores de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por hora aula dada ou de trabalhos escolares, sendo que o tempo obrigatório de dedicação deveria ser de dezoito horas semanais.

Apesar das solicitações feitas por Gustavo Barroso em carta a Mário de Brito não terem sido atendidas por completo, no regulamento de 1944, Barroso conseguiu fazer do Curso de Museus uma instituição de ensino respeitada e seu maior órgão difusor de ideias e práticas museológicas. Publicou, em 1946 o livro *Introdução à Técnica de Museus*, em dois volumes, que foi leitura obrigatória dos alunos do Curso durante décadas. O primeiro volume dedicou-se à parte geral e básica; o segun-

do à parte especializada, contendo os ensinamentos que o diretor do Museu achava necessário para o trabalho de reconstituição do passado em espaços museais. As práticas da tradição antiquária foram sistematizadas nesse instrumento pedagógico que visava a formar um novo profissional no quadro funcional do Estado.

As concepções barroceanas vigoraram tanto no Museu Histórico Nacional, quanto no seu departamento de ensino, durante muitos anos. Na década de 70, começaram a acontecer mudanças que tendiam a romper com as concepções barroceanas, lançando bases para o desenvolvimento do Curso como órgão universitário autônomo. A transferência do Curso de Museus para a Federação das Faculdades Federais do Rio de Janeiro - FEFIERJ (hoje UNI-RIO), em 1979, foi um passo significativo para a desarticulação do Curso com o Museu Histórico Nacional, que até então, era visto como um órgão único. Saindo da tutela institucional de um lugar de memória para o campo de produção crítica do conhecimento, o universitário, o Curso ganhava novo *status* e novas possibilidades de renovação. Outro fator que contribuiu para a reformulação do Curso foi a aposentadoria dos professores que foram alunos de Gustavo Barroso, que, aos poucos, foram substituídos por profissionais de outras áreas do conhecimento, como sociólogos e antropólogos. A renovação do quadro docente foi fundamental para a reavaliação de conceitos e práticas possibilitadas pelo intercâmbio disciplinar que ocorreu no Curso, lançando as bases para a museologia atual.

Notas

(Endnotes)

- 1 Pelo fato de ter apoiado Júlio Prestes, nas eleições de 1930, Gustavo Barroso foi afastado de seu cargo por dois anos, logo após Getúlio Vargas assumir o Poder. Ao retornar, em 18 de novembro de 1932, permaneceu na diretoria do Museu Histórico Nacional até sua morte, em 1959. Rodolpho Garcia ocupou o cargo como interino no intervalo de 1930 a 1932.
- 2 BRASIL, Museu Histórico Nacional, Arquivo Permanente. **Catálogo Geral**, série AS/DG (Relatório sobre as atividades do Museu Histórico Nacional, emitido para o Ministério da Educação e Saúde, 1931), p. 2.
- 3 MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Catálogo geral da primeira secção**: archeologia e história. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.
- 4 MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Ouro Preto entre Antigos e Modernos**. A disputa em torno do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante as décadas de 1930 e 1940. Anais do Museu Histórico Nacional. v. 33, Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2001. p. 189-208.
- 5 ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégia de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996.
- 6 CARVALHO, Nair de Moraes. **O Barão da Vitória no Museu Histórico**. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942 v. 3, p. 227-238.
- 7 BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Decreto-lei n. 21.129**, de 7 de março de 1932 p. 1
- 8 Id. *Ibid.*
- 9 BARROSO, Gustavo. **Introdução à técnica de museus**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, vol 1, 1951.
- 10 LE GOFF, Jacques. Monumento/documento. In: ROMANO, Rugiero (Org). **Enciclopédia Einaudi**. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.
- 11 RUSINS, Alfredo Teodoro. **As Carruagens Imperiais do Brasil**. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943 v. 2, p. 222. O autor foi formado pelo curso de Museus.
- 12 BRASIL, Ministério da Educação e Saúde. **Decreto-lei n. 21.129**, de 7 de março de 1932.
- 13 FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de história no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 148.
- 14 BRASIL, Museu Histórico Nacional, Arquivo Permanente. **Catálogo Geral**, série AS/DG (Relatório sobre as atividades do Museu Histórico Nacional, emitido para o Ministério da Educação e Saúde, 1940).
- 15 FERREIRA, Marieta de Moraes. **Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de história no Rio de Janeiro**. op.cit. p. 148.
- 16 MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Documentário da Ação do Museu Histórico Nacional na defesa do patrimônio tradicional do Brasil. Anais do Museu Histórico Nacional, vol. 5, 1944. p. 5
- 17 MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Ouro Preto entre Antigos e Modernos**. Op.cit.
- 18 BARROSO, Gustavo. Carta a Mário de Brito (Diretor da Divisão de Aperfeiçoamento do DASP), 22 de março de 1942, em resposta à carta de Mário de Brito de 16 de março de 1942, cujo

projeto – que foi por mim grifado na citação – estava anexado. Não foram encontradas as correspondências, nem seus anexos nos arquivos pesquisados, por esse motivo, a análise centrou-se na resposta de Gustavo Barroso, que foi publicada no quinto volume dos Anais do Museu Histórico Nacional, 1944, publicado em 1955, p. 191-198.

19 Id. p. 197

20 FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a institucionalização. op. cit. p. 154.

21 BARROSO, Gustavo. Carta a Mário de Brito (Diretor da Divisão de Aperfeiçoamento do DASP), 22 de março de 1942. Op. cit. p. 194

22 MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Casa do Brasil**: reinventando a tradição antiquária para escrever história no Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ (mimeo), 2000. p. 54

23 BARROSO, Gustavo. Carta a Mário de Brito (Diretor da Divisão de Aperfeiçoamento do DASP), 22 de março de 1942. Op. cit. p. 197-8 (grifo meu)

24 Id. Ibid. p. 197.

25 BRASIL, Ministério da Educação e Saúde. Regulamento do Curso de Museus. In: **MUSEU HISTÓRICO NACIONAL**. Legislação. Folheto n.º 46. p. 74. Grifo meu. A partir deste regulamento os oficiais passam a ser denominados Conservadores de Museus.

26 FERREIRA, Marieta de Moraes. **Notas sobre a institucionalização**. op. cit. p. 151.

27 BARROSO, Gustavo. Museu Militar. In: _____. **Ideias e palavras**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurílio, 1917. p. 31.



De Olho no Público. Considerações
acerca do impacto expositivo
de *O Segredo e a Rua: a maçonaria
cearense (1870-1930)*

Berenice Abreu de Castro Neves

“Muito obrigado pelo conhecimento.”

Bruno Wesley¹

A frase acima, apesar de curta, nos parece profundamente rica de significados. Muito pouco sabemos sobre o seu autor, apenas que visitou a exposição *O Segredo e a Rua: a maçonaria cearense(1870-1930)*, entre junho de 2009 e abril de 2010. Pela ordem em que aparece sua “impressão” sobre a visita, imaginamos que ele seja aluno do professor Pedro, que também deixou um registro, igualmente, curto: “Excelente exposição”. Se juntarmos as duas mensagens, podemos concluir que a exposição agradou aos dois, em especial, porque agregou conhecimentos àqueles que possuíam antes da visitação.

Visita a museus já se consolidou como prática considerada complementar na formação de nossos educandos. Além do prazer proporcionado pelas atividades extrassala, que rompem com a rigidez da relação professor-que-ensina-alunos-que-aprendem, as visitas proporcionam uma aprendizagem diferenciada, porque são mediadas por outros elementos e sujeitos. Objetos com estatuto de documentos, módulos expositivos, áudios, educadores de museus, são alguns desses “novos” elementos e sujeitos mobilizados nessa experiência de “educação informal” proporcionada pelos museus. Sobre esse caráter diferenciado da educação proporcionada pela visitação a museus, Adriana Mortara, citando Munley, considera:

Para o visitante de museu, aprender representa uma ampla gama de experiências – desde o domínio de novas informações até um aumento de sensibilidade –, um aumento de curiosidade sobre o mundo natural e um crescimento pessoal. No museu, onde os objetos e ideias estão interligados para transmitir uma mensagem, aprender significa formar opiniões e formar uma sensibilidade estética e cultural. Os fatores envolvidos nesse tipo de aprendizagem consistem, principalmente, em sentimentos subjetivos, condições da mente, e desenvolvimento de significado pessoal sobre o conteúdo do programa.²

Em tempos de mudanças que ocorrem em ritmos acelerados jamais imaginados, o contato com o universo de objetos que compõem a cultura material de uma dada sociedade, num dado tempo histórico, reunidos pelos museus, em especial aqueles de natureza histórica, proporciona aos visitantes, em especial aos jovens, oportunidades de percepção da dinâmica do tempo e da constituição/transformação da natureza efetuada para e pelos homens. É justamente essa dinâmica e as necessidades geradas nesse movimento que transformam objetos, que perderam a função de uso, em documentos da História. Como sugere Ulpiano Bezerra de Menezes, um “museu histórico contribui para o enriquecimento da consciência histórica, isto é, a percepção da vida social como produto da ação humana que a gera e transforma”.³

De que “conhecimento” fala Bruno Wesley? Pode se tratar de fragmentos dessa “consciência histórica” da qual nos fala Ulpiano Bezerra de Menezes?

As dificuldades em poder saber mais do “visitante quase anônimo”, não fosse nossa ação de investigar o tal livro de impressões, sugere que, ao lado dos investimentos feitos em proporcionar conhecimento ao público, nossos museus ainda não levaram tão a sério ações de avaliações e estudos de público.⁴ Apesar das investidas levadas a cabo no Brasil,⁵ no Ceará ainda são escassas as ações dessa natureza. Se tentativas isoladas são feitas nos trabalhos de caráter monográfico, sejam em forma de monografias, dissertações ou teses, essas produções ainda não são coletivizadas ou publicadas, cabendo a exceção à pesquisa de Marcos Uchoa, “Lendo Objetos: a reconstrução do conhecimento histórico no Museu do Ceará”.⁶ Qual o papel do público em um museu? Para que e

para quem, verdadeiramente, oferecemos nossos serviços? Que sensações, conhecimentos e sentimentos são construídos a partir da experiência da visitaçãõ?

Esse artigo pretende enfrentar algumas dessas questões. Não faremos aqui uma avaliação ou estudo de público, mas tentaremos construir um diálogo a partir do Livro de Impressões da Exposição *O Segredo e a Rua: a maçonaria cearense (1870-1930)*, que chamaremos a partir de agora de LIESR. Partimos da concepção, nada nova, de que a visitaçãõ a museus se constitui em um exercício de cidadania cultural, portanto, de usufruto de direitos culturais, como o de ter acesso a bens culturais produzidos socialmente. Ricardo Oriá Fernandes, retomando o clássico estudo de T.H. Marshall,⁷ defende o direito ao Patrimônio Cultural como condição de exercício da cidadania social e cultural, apontando a Educação Patrimonial como estratégia alternativa ao ensino de História. O que pretendo insistir, ao longo desse texto, é a necessidade de que os museus contemplem, em suas políticas e planejamentos, ações que visem ao conhecimento de seu público, não apenas numa intenção mais usual de elaboração de estatísticas de acesso, que têm sua relevância, mas são, em minha concepção, insuficientes para fundamentar futuras ações e diagnósticos sobre o papel social dos museus.

Curadores e Público da exposição *O Segredo e a Rua*: um diálogo reconstruído a partir de um livro de assinaturas e impressões de visita

O Museu do Ceará, dentro de sua política editorial, prepara-se para publicar a dissertação de mestrado de minha autoria sobre a Maçonaria Cearense no Império.⁸ Externando um desejo antigo, desde os tempos da pesquisa, e por ocasião do centenário da Loja Maçônica Fraternidade Cearense, entidade a que pertenciam os maçons por mim tratados no livro, propus à direção do Museu uma exposição sobre o assunto. A direção aceita a sugestão, mas esclarece o caráter limitado dos recursos à disposição da proposta. Esses recursos não comportariam a remuneração de pessoal, nem tampouco a elaboração de uma proposta que

requerese pessoal especializado, apenas material “indispensável” para a montagem da exposição. Topado o desafio, segui em busca de parceiros voluntários.

Convidei o também pesquisador da Maçonaria, Marcos Diniz, professor da Universidade Estadual do Ceará, como eu, para fazermos uma proposta de exposição, dentro dos limites a nós colocados pelo escasso orçamento. Um novo parceiro se juntaria a nós, o museógrafo André Scarlazarri, já notabilizado por seus trabalhos, dentre eles *O Museu da Cachaça*, em Maranguape-CE, a *Sala do Vaqueiro*, no Centro Cultural Dragão do Mar, além do Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará, dentre outros. A participação de André, fundamental para a existência da exposição, se deu nas mesmas condições que a nossa, de modo voluntário. Iniciamos, junto a Alexandre, do Núcleo Educativo do MUSCE, planejar a exposição, definindo o acervo a ser exposto e as problemáticas a serem trabalhadas nos módulos expositivos.

Com muito boa vontade e confiança, fomos recebidos nas residências de maçons e nas lojas maçônicas.⁹ O contato com outros museus proporcionou a permuta temporária de alguns outros objetos. No final, a exposição contemplaria dois grandes módulos, já sugeridos no título da exposição: o *segredo* tratava do ambiente fechado da sociabilidade maçônica (a loja, as reuniões a portas fechadas, os instrumentos de trabalho, as indumentárias que caracterizam os vários graus). Na transição do segredo para a rua, um grande quadro, de cerca de 2m de altura, de um médico maçom paramentado como venerável mestre, da segunda metade do século XIX, ilustrativo de um momento em que a maçonaria no Brasil inteiro e no Ceará foi às ruas, através da Imprensa, principalmente, defender suas ideias sobre sociedade, República, laicização da vida, dentre outras questões. Ora, um quadro, mesmo que simbolizando um maçom no interior de uma loja, sugere uma determinada memória que se quer estabelecida. Aquele médico era maçom e um maçom bem graduado. Na *rua*, a Maçonaria se mostrava através dos jornais e do embate com os católicos por ocasião da Questão Religiosa, de 1873, e ainda no envolvimento com a questão social, relativa à organização do operariado, disputando com outras instituições a direção do movimento dos trabalhadores.



Sala de exposição temporária do Museu do Ceará – Exposição *O Segredo e a Rua: a maçonaria cearense (1870-1930)*

Desde o começo, decidimos fazer uma exposição informativa, tendo em vista o desconhecimento e o estigma que a instituição Maçonaria vem carregando consigo ao longo de sua existência. Esse desconhecimento e estigma eram nossos conhecidos, pois se revelavam em todas as ocasiões em que colocávamos o tema em público. Mas sabíamos que alguns recortes temáticos tinham que ser feitos e que muita coisa tinha que ser deixada de fora. O acervo funcionou como definidor dos temas tratados. Pedimos que um livro de impressões fosse deixado na exposição, o que só foi feito cerca de dois meses depois de inaugurada; o pessoal do Museu esqueceu nossa solicitação e nós esquecemos de checar se a providência foi tomada. Esse fato por si só já é revelador da falta de prática que temos com o retorno do público, falo de sua “resposta” ao que oferecemos. Parece-nos que nosso compromisso com esse público e nosso papel em relação a ele se esgota com a disponibilização da exposição. Mas é hora de checar as “respostas” de público.

Durante o período em que a exposição *O Segredo e a Rua: a maçonaria cearense (1870-1930)* ocupou a Sala de Exposições Temporárias do Museu do Ceará, de junho de 2009 a abril de 2010, foi a seguinte a estatística de público:

PÚBLICO DO MUSEU DO CEARÁ DURANTE A EXPOSIÇÃO <i>O Segredo e a Rua: a maçonaria cearense (1870-1930)</i>	
Junho de 2009	2.519
Julho de 2009	4.146
Agosto de 2009	2.753
Setembro de 2009	3.445
Outubro de 2009	2.671
Novembro de 2009	920
Dezembro de 2009	2.845
Janeiro de 2010	2.882
Fevereiro de 2010	1.878
Março de 2010	2.294
Abril de 2010	1.753
TOTAL	28.106

Membros do Núcleo Educativo do MUSCE esclareceram a sistemática de visitação da instituição. No caso do público estudantil, o professor entra em contato com o Museu a fim de agendar a visita. Algumas vezes, o professor visita antes o Museu; em outras, aparece apenas na hora da visita. O professor, após tomar conhecimentos das salas/exposições do Museu, escolhe aquelas que gostaria de explorar com seus alunos. No caso das exposições temporárias, mesmo que não sejam as escolhidas, em virtude do desconhecimento, ou de não constar diretamente do currículo da escola, os professores sempre pedem para visitá-las com seus alunos. Antes e depois da visitação, o pessoal do Núcleo Educativo conversa com os alunos, seja para prepará-los para a visita,

ou para fazer um balanço de seus resultados. Em nenhum desses momentos, as impressões ou aspectos do público são registrados. O nome do professor e da escola é registrado no livro de agendamento, mas os componentes de sua turma não passam por nenhum registro.

Quanto ao público em geral, a visita funciona de modo mais livre, sem monitoramento. Na recepção, esse visitante assina o livro de registro, com seu nome e local de origem e recebe instruções acerca da visitação e das exposições. As visitas monitoradas são destinadas a grupos, agendados previamente. O único registro do público mais ou menos usual na prática de visitação é um livro de impressões. Nunca, porém, esse documento do público foi alvo de análise ou debate mais sistematizado.

Cerca de setenta pessoas registraram seus depoimentos no LIESR. Nos comentários abaixo, reproduzi as impressões respeitando a forma original do registro. Omiti os nomes e demais identificações, com exceção de Bruno Wesley e do professor Pedro. Muitas impressões, registradas no LIESR, são curtas como a de Bruno e do professor Pedro. Utilizam adjetivos que sugerem o impacto expositivo, mas nada adiantam sobre o motivo do impacto, apenas querem registrar a empolgação, ou a satisfação que a visita lhes proporcionou. Vejamos a seguir esse conjunto de exaltações:

1. Espetacular, gostei bastante.
2. Transcendental.
3. Muito interessante, amei!
4. Foda
5. Fhoda
6. Adorei
7. Parabéns pela exposição...
8. Muito interessante...
9. Bastante interessante
10. Parabéns é muito interessante e inusitado.
11. É simplesmente indescritível.
12. Adorei, foi muito bom.
13. Um tempo maravilhosamente despendido este que passamos neste recinto, parabéns aos seus mantenedores.

Essas pessoas, econômicas em seus julgamentos, e que se valeram de adjetivos que sugerem a impressão positiva da exposição, fincaram no livro seus nomes, na maioria das vezes, completos. De algum modo, seus depoimentos um tanto vagos, mas que demarcam assim mesmo uma situação, a de satisfação, lhes conferem posições de sujeitos ativos, ao invés de meros expectadores que olham, julgam, mas não opinam. Expressar-se, portanto, mesmo que pouco, é valer-se de um canal de comunicação, que se completa com sua voz, seu registro.

Outra categoria de impressões acrescenta algo a sua adjetivação, ou busca esclarecer, fornecer mais dados sobre a situação de visita, como se os seus autores estivessem conscientes de que suas “falas” serão ouvidas por alguém, sendo preciso tornar claro o julgamento. Ao escrever suas impressões, o público tem consciência de que aquele “livro” é do Museu, como uma pichação nos muros da cidade, respeitadas as devidas proporções, é uma marca individual fincada em algo de domínio público que será vista. Nos muros, os códigos inscritos são, muitas vezes, ilegíveis para grande parte das pessoas; no caso do LIESR, a linguagem é endereçada àqueles que fazem o Museu e preparam aquela exposição. Como que respondendo às minhas indagações, surgidas dos comentários anteriores, elas buscam explicar a satisfação.

14. Excelente. É fundamental conhecermos a importância histórica da Maçonaria.
15. Preservar a história social é uma questão de honra e dignidade, Parabéns.
16. Excelente conhecer a cultura de nosso povo e sua diversificação.
17. Gostei porque quebra mitos apresentados e nos mostra a realidade da história.
18. Excelente conhecer a cultura do nosso povo e suas diversificações.
19. Talvez seja a parte mais interessante do Musel
20. MUITÍSSIMO interessante! Não sabia de muitas das informações apresentadas.
21. É algo diferente, são coisas que as vezes desconhecemos.
22. Pela terceira vez que venho admirar essa exposição de grande valia aqui no espaço “exposição temporária no museu do Ceará”,

sempre tive curiosidade sobre Maçonaria, vejo qual a importância dela, principalmente na vida dos brasileiros, e finalizo que é de grande relevância maçonaria em nossas vidas.

23. Parabéns pela exposição e a Maçonaria. Ao contrário do que esperava, a exposição foi feita para todo o público, não somente aos maçons. Desejo muito sucesso e que levem a exposição a outros estados, para que o povo possa conhecer a importância da Maçonaria no progresso e independência deste país! (De um Mestre maçom de Diamantina Minas Gerais)
24. O segredo e a rua, título atraente e conquistador, a maçonaria será sempre uma instituição que prega o amor fraterno e da família viva o Ceará, Viva Fortaleza.
25. Realmente o acervo maçônico é gigantesco, mas foi grandioso. Parabéns aquelas pessoas que os colocaram aí.
26. Essa exposição traz no seu bojo, o esclarecimento sobre essa entidade de tão grande valor histórico. Parabéns aos organizadores.
27. Temos muito a agradecer aos maçons! Parabéns pelas informações e acervo.
28. Muito interessante e educativa não só para os maçons em si, mas para toda sociedade.
29. Gostei muito de conhecer a cultura dos maçons que são muito importantes na libertação dos escravos, eram homens com bravura e inteligentes.
30. Gostaria de ver algo igualmente belíssimo sobre o jogo de xadrez. Xadrez é só cultura.
31. Na qualidade de maçom fiquei surpreso e agradecido pela exposição sobre a nossa ordem. Que assim seja.

Em cada uma dessas impressões, o julgamento ganha uma fundamentação. Demonstram uma concepção de história, contrapõem realidade a mito, como que concluindo que a exposição é o espaço da verdade, lugar da quebra de mitos, também oportunidade para revelação de curiosidades. As expectativas são, também, reveladas a partir da demanda por uma exposição sobre o xadrez, afinal, explica advertidamente o visitante: “xadrez é só cultura”. Algumas dessas impressões

sinalizam conclusões extraídas da leitura que fizeram da exposição: o importante papel da Maçonaria na história do Brasil e na vida dos brasileiros. Dois maçons, identificados como tal, parecem querer legitimar a exposição através de suas impressões elogiosas.

Por último, deixamos para comentar aquelas impressões que acrescentam aos seus comentários algumas críticas, apontando os problemas das exposições, ou sugestões.

32. Tudo que se pode desvendar, por mais mínimo que seja, é plausível;
33. Boa exposição, apesar que não se restringir a isso. A pesquisa parece falha, pois as alegorias estão muito superficiais, podendo ser ainda mais aprofundadas. Na internet, está mais clara o mistério maçom. Está quebrada, exemplo: quando se fala sobre um assunto, não se aprofunda como o templo de Salomão. Conclua e não deixe tão superficial, afinal não está expondo para maçons e sim para o público profano.
34. Os aventais estão em desacordo com o que está descrito.
35. Ótimo, muito resumido.
36. Ótima iniciativa pela importância que a maçonaria tem na história local, nacional e mundial. Contudo achei a exposição pobre de detalhes. Acredito que o acervo carecia de mais objetos e melhor contextualizada.
37. Sugestão: Deveria haver mais item não só de exposição mas sobre as (ilegível), as ideias e os membros da maçonaria, seus sinais para se reconhecerem por exemplo.
38. Adorei o tema mais poderia ser maior e mais detalhada.
39. Adorei, em Fortaleza estava mesmo faltando uma exposição sobre uma das grandes sociedades filosóficas (e religiosas). Apesar de ser muito compacta, apreciei demais.
40. Isso é pra quem não tem o que fazer, povo que não sabe o que é Jesus, “Convertei-vos raças de víboras”.
41. Jesus disse: Eu sou o CAMINHO a VERDADE e a VIDA ninguém vai ao pai à não ser por mim.
42. Olá, achei bem interessante a exposição, Parabéns. Não obstante, tenho uma dúvida em relação aos livros expostos. Me parece

que os “os protocolos...” é um livro clássico de literatura racista e antisemita, denunciando um imaginário complô judeu, tendo assim pouco a ver-me parece - diretamente com a Maçonaria. Sobretudo, visto a importância histórica considerável deste livro, talvez mereceria uma explicação específica. Agradecendo a atenção.

43. Superficial, mas ainda rico. Acervo bastante reduzido, levando-se em conta que existem inúmeras lojas em atividade no Brasil e em Fortaleza.
44. Muito subliminar mas sou eu mesma católica!!! Católica.
45. Verificar os aventais brancos estão trocados. É maravilhoso ser membro dessa sociedade fraterna.
46. Odeio maçonaria, são egoístas.
47. É segredo! A maçonaria foi e sempre será. Cercada de mistérios e visões (católica) esta “seita” nasceu e sobreviveu. Há alguns mistérios a serem esclarecidos!

Esse bloco de depoimentos sugere uma certa frustração do público com a exposição, por motivos variados. Algumas críticas recaem sobre questões de conteúdo. Parecem esperar mais, têm mais expectativas sobre a exposição e as informações por ela prometidas. Do modo como a exposição se apresenta, sua expografia, nada acrescentam, parecem satisfeitos. André Scarlazzari enfrentou o desafio dos recursos limitados com muita competência. Conseguiu fazer, como acontece em outras exposições em que participou, uma exposição esteticamente harmônica, bela, mesmo com a limitação de recursos expositivos. Talvez a limitação tenha funcionado como uma oportunidade a André de mostrar mais os objetos, sem cenários, como é comum em seu modo de fazer museus. Mas o público reclama a superficialidade, queria mais detalhes. Informa que tais detalhes são encontrados, facilmente, acrescento, na internet, lembrando a todos nós que trabalhamos com museus que a concorrência com outras fontes de informações, inclusive com riqueza de imagens, é um grande desafio a ser enfrentado nas exposições museológicas. Indicam equívocos na informação, como é o caso da legenda de um dos aventais, que permaneceu por longo tempo, realmente, trocada.

Mas as críticas não se resumem a isso! Quatro impressões dão conta da indignação com o tema da exposição e seus idealizadores. A força impressa nas palavras sugere a condenação moral, tipicamente religiosa. Lembra aos curadores e demais envolvidos com a exposição que o estigma relacionado à Maçonaria permanece e é alimentado, sobrando a identificação da instituição com algo contrário à religião e, em especial, ao cristianismo. Em uma dessas impressões, a rejeição parece proveniente de uma situação vivenciada, particularmente, pois, não transparece fundamento religioso, apesar da forte emoção transparecida na expressão “odeio”, seguida da explicação: “são egoístas”.

Um visitante, em tom profundamente respeitoso, pede esclarecimento e adianta seu conhecimento relacionado ao assunto objeto da dúvida. A colocação de um determinado livro na exposição, com pouca relação com a Maçonaria, na sua opinião. A perspectiva de comunicação que se estabelece, oportunizada pela colocação daquele livro, transparece no fato de, após a identificação do autor da pergunta, vir seu endereço eletrônico. Esperava, logicamente, o visitante que a comunicação não se encerrasse com sua dúvida!

Mas há, ainda, algumas impressões que não se restringem à exposição O segredo e a Rua, mas falam de satisfação, de orgulho, com o Museu e com suas exposições. O livro proporciona a fala, seja para agradecer ou reclamar, quebrando a frieza da relação estabelecida entre o “pessoal do museu” e o visitante. Mandam, claramente, recados, com a certeza de que o silêncio da relação exposição/visitante será quebrado.

48. Muito bonito este Museu, devemos lembrar também, a nossa catedral na sua fundação histórica.
49. Uma ótima sugestão de passeio, muito construtivo para todos que o visitam!
50. Ficamos encantados com o que vimos no Museu do Ceará. Vamos contar a todos que conhecemos em São Paulo sobre essa “jóia” de nossa história. A visita a esse museu deveria ser divulgada pelos responsáveis pelo turismo em Fortaleza. Este museu precisa visto ou como se diz em inglês é um MUST SEE!
51. Muito bem colocado o trabalho, as exposições estão excelentes.
52. Que orgulho tenho eu ter nascido na cidade de Fortaleza!

53. Eu adorei! Esse museu nos encina mais. Mostra a nossa história do comeso ate agora. Mostra as coisas de antigamente. Isto é fantástico. Nos mostra como as coisas eram lindas e também o sofrimento de nossos índios. Nos mostra carteiras, livros, jornais, utensílios.
54. Gostei muito de visitar o Museu do Ceará. Realmente nos faz voltar no tempo e assim recordar o que fomos para entender melhor o que somos e tentar sermos mais sábios no futuro. Queria ver uma sala com mostra de nossos artistas, pintores, escritores, escultores, atores, etc.
55. Seria muito legal que a senhora mais idosa da recepção fosse mais simpática com os visitantes.

Algumas considerações finais

Para Maria Célia Santos, um desafio que se coloca para os museus na contemporaneidade é “criar uma estrutura emocional, permitindo a qualquer pessoa, seja qual for o nível cultural, não somente ser capaz de decifrar a mensagem, mas vivê-la efetivamente”.¹⁰

As impressões acima discutidas nos levam a crer que a situação de vivência efetiva da exposição foi realizada. A partir da “escuta” desse documento, pudemos ter ideia das sensações experimentadas pelo pública, seja de satisfação, gratidão ou frustração. Também suas expectativas e demandas são nele impressas. Em todos, parece estar claro o desejo de estabelecer uma comunicação que não se encerra com o consumo cultural da exposição. A condição de sujeito parece que se completa com a possibilidade de opinar.

O visitante que “experimenta” uma visitação em exposição traz consigo sua bagagem de conhecimentos, conceitos, convicções morais e religiosas, enfim seu capital cultural, como sugere Pierre Bourdieu.¹¹ As mensagens presentes na exposição, transmitidas através dos objetos, recursos visuais, textos etc., se mesclam a esse capital cultural, interagindo com ele, em um diálogo capaz de provocar certos comportamentos, como aqueles impressos no LIESR. Comentando o conceito de “experiência museal”, Luciana Sepúlveda adverte;

Cada visita é uma experiência (significativa, como em J. Dewey) única para o visitante, pois é concebida a partir do seu capital de experiências e conhecimentos, no encontro como os módulos, textos, percursos propostos pela exposição num ambiente socialmente mediado pela presença de outros indivíduos, que cruzam o caminho do visitante ou que o acompanham e com quem ele negocia um percurso de visita, manifesta opiniões e troca informações.¹²

Analisando a exposição *O segredo e a Rua: a maçonaria cearense (1870-1930)*, é preciso considerar que ela está inserida no interior de uma instituição que já construiu sua imagem frente ao público, como nos lembra Adriana Mortara.¹³ Não obstante as modificações na política desse museu, desde sua abertura nos anos de 1930 até os dias de hoje, que não foram poucas nem desprezíveis, há uma linha de continuidade, em épocas mais valorizadas, em outras menos, que permanece.¹⁴ Refiro-me ao público estudantil, alvo principal dessa instituição. Os investimentos com o núcleo educativo da instituição são indicativos da preocupação educativa que possui.

Para cumprir a missão educativa e motivar o público estudantil, dentre os demais, museus do mundo inteiro vêm, já há algum tempo, se instrumentalizando e se aperfeiçoando, seja através das técnicas de exposição, seja através da capacitação de profissionais capazes de por em execução uma ação educativa bem planejada, como é o caso do MUSCE. Nesse sentido, a mesa-redonda de Santiago, Chile, em 1972, se constituiu em um marco nas reflexões acerca daquilo que, na época, se identificou como uma crise dos museus e na busca de novos caminhos para essa instituição na América Latina, no mundo contemporâneo. Um lugar especial nessas reflexões coube ao papel educativo dos museus.¹⁵

É preciso reconhecer os avanços da instituição museológica, no sentido de romper com a visão tradicionalmente estabelecida de identificação do museu como “lugar de coisa velha, coisa antiga”, como constatou o museólogo e pesquisador Mario Chagas por ocasião de uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro.¹⁶ Mas, em minha opinião, ainda falta muito para essa instituição romper as muralhas do “templo de saber” com que é identificado, transformando-se em um “fórum”. Enquanto abrimos o caminho do Museu-Fórum parece que ainda faremos

coro com Cazuzza reconhecendo: “Eu vejo o futuro repetir o passado / eu vejo um museu de grandes novidades”. O tempo não para, nos lembra/adverte o poeta.

Penso que um passo seguro na direção da consolidação desse “Museu-Forum” seria dado com a ampliação dos canais de participação do público nos museus. Talvez a implementação de situações avaliativas ou “de estudos de público” seja um bom começo para dar voz ao público e, como lembra Luciana Sepúlveda, “um novo espaço de participação para o público que ‘tomaria o centro do palco’, ‘ganharia voz’, tornar-se-ia ‘público-expert’ ”.¹⁷

Essa “valorização” do público, “tomando o centro do palco”, deverá ter como foco não apenas o oferecimento de exposições e demais eventos voltados ao visitante, o que satisfaria apenas uma das facetas da cidadania cultural, qual seja possibilitar ao visitante “usufruir/consumir” cultura. O que quisemos insistir nessa ação de “valorização” é a necessidade de pensar o visitante como sujeito, o que requer “ouvi-lo”, compreender suas motivações para estar no museu, suas impressões acerca das visitas, suas expectativas, emoções, frustrações, enfim, seria recompor o outro lado da moeda. Afinal, como “planejar” ações se não sabemos de que modo se dá a apropriação do que oferecemos?

NOTAS

(Endnotes)

- 1 Livro de Impressões e assinaturas da exposição **O Segredo e a Rua: a maçonaria cearense (1870-1930)**. Museu do Ceará. Fortaleza/Ceará, 2010.
- 2 ALMEIDA, Adriana Mortara. **A relação do público com o museu do Instituto Butantan: análise da exposição “Na Natureza não existem vilões”**. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Comunicação e Artes, USP. São Paulo, 1995, p. 50.
- 3 MENEZES, Ulpiano Bezerra de. “Museus Históricos: da celebração à consciência histórica”. In: **Como explorar um Museu Histórico**. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1995, p. 7. Em suas reflexões, em especial nessa, elaborada de modo cuidadosamente didático, Ulpiano vem discutindo a transformação de objetos em documentos e do papel dos museus históricos como laboratórios da história.
- 4 De acordo com KÖPTCKE, constitui Estudos de Público “todo tipo de investigação sobre os visitantes, com independência dos objetivos perseguidos na exposição. São considerados aspectos como perfil (aspectos sociodemográficos), o impacto expositivo (emoções e atitudes do visitante diante da exposição), espaços expositivos (deslocamentos), suportes comunicativos (textos, módulos, imagens, painéis), narrativa (compreensão das obras, fenômenos, conceitos, e associações sugeridas), aprendizagem (conteúdos). (...) A avaliação de exposições e programas relativos inclui estudos de público mas também estudos de opinião e avaliação de todos os envolvidos na concepção e na montagem, *experts*, cientistas, repercussão nas mídias, repercussão na crítica especializada, sucesso de público. Cf. KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. **Observar a Experiência Museal: uma prática dialógica? Reflexões sobre a interferência das práticas avaliativas na percepção da experiência museal e na (re) composição do papel do visitante**. Anais do Workshop Internacional de Educação promovido pela Vitae, em parceria com o British Council, com apoio do Museu da Vida, Fiocruz, RJ, 2002, p. 8.
- 5 Cf. sobre isso ALMEIDA, Op. cit., e KÖPTCKE, Op. cit.
- 6 PASSOS, Marcos Uchoa da Silva. **Lendo Objetos: a reconstrução do conhecimento histórico no Museu do Ceará**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado, 2011 (Coleção Outras Histórias nº 63).
- 7 MARSHALL, T.H. **Cidadania, Status e Classe Social**. RJ: Zahar Editores, 1967.
- 8 ABREU, Berenice **Intrépidos Romeiros do Progresso: maçons cearenses no Império**. Fortaleza/Ceará: Museu do Ceará/SECULT, 2009 (Coleção Outras Histórias nº 55).
- 9 Os contatos foram facilitados por experiências anteriores, quando realizamos nossas pesquisas, o que permitiu um clima de confiança e respeito mútuos se estabelecesse. Nenhuma restrição foi imposta pelas pessoas ou instituições que confiaram ao Museu do Ceará seus objetos.
- 10 SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Repensando a Ação Cultural e Educativa dos Museus**. Salvador/BA: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1993, p. 74.
- 11 BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**.
- 12 KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. Op. cit.
- 13 ALMEIDA, Op. Cit., p. 48.
- 14 Sobre o Museu do Ceará e sua história, Cf. RAMOS, Francisco Régis Lopes e SILVA Fº, Antônio Luiz Macêdo e. **Museu do Ceará: 75 anos**. Fortaleza: Associação dos Amigos do Museu do Ceará/SECULT, 2007; HOLANDA, Cristina Rodrigues. **Museu Histórico do Ceará. A memória dos objetos na construção da história (1932-1942)**. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2005

(Coleção Outras Histórias nº 28); SOUSA, Eusébio de. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça do Estado pelo Diretor do Arquivo Público, referente ao período de 07 de junho a 31 de dezembro de 1932. Fortaleza: [s.n.], 15.02.1933; OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Juntar, Separar, Mostrar:** memória e escrita da história no Museu do Ceará (1932-1976). Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2009 (Coleção Outras Histórias nº 56); Museu do Ceará / Associação dos Amigos do Museu do Ceará (org). *Catálogo*. Fortaleza: SECULT, 2010.

15 Sobre essa questão ver, dentre outros, SANTOS, Op.cit.

16 CHAGAS, Mário. **Museu, Coisa Velha, Coisa Antiga**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1987.

17 KÖPTCKE, Op. cit., p. 5.



O Mundo Material: documento e objeto para o historiador

Cristina Rodrigues Holanda

Ainda são poucos, na atualidade, os trabalhos historiográficos que têm como ponto de partida a chamada “cultura material”, ou seja, o universo de “coisas” que cercam a nossa existência cotidiana, como móveis, roupas, acessórios, eletrodomésticos e tantos outros itens presentes em casa, na rua, no trabalho, enfim, em todos os lugares por onde circulamos. Parafraseando o historiador Ulpiano Bezerra de Menezes, eu diria que nós, historiadores, como os demais indivíduos em sociedade, estamos imersos num oceano de coisas, mas não nos damos conta delas, no nosso dia-a-dia¹, como “documentos históricos” e muito menos como “objetos de estudo”.

O que se percebe é que o mundo da “cultura material” é mais estudado por profissionais de outras áreas do conhecimento, principalmente, arqueólogos, antropólogos, arquitetos e museólogos, para citarmos apenas os que habitualmente lidam com essa dimensão da vida humana.

Em parte, esse desinteresse do historiador pela cultura material explica-se por uma tradição historiográfica advinda do século XIX, quando a história ganha o *status* de ciência, privilegiando os documentos escritos, em especial os oficiais, para a composição de uma escrita da História que tinha como foco maior os atos administrativos e diplomá-

1 BEZERRA DE MENEZES, Ulpiano T. (org). **Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992.

ticos do Estado, da Igreja e das Forças Armadas ou as biografias dos homens “ilustres” que atuavam nesses setores. As “coisas” ganhavam o estatuto de “documento auxiliar” ou “secundário” quando se queria fazer um tipo de “história setORIZADA” ou “menor” (na perspectiva oitocentista), como a história da arte, do vestuário, dos transportes etc².

Mas nem sempre foi assim. O historiador Manuel Luiz Salgado Guimarães, com seus estudos sobre a “tradição antiquária”³, que remonta à Europa de fins do século XV até o século XVIII, nos mostra que boa parte dos pesquisadores do período dispunha de uma prática colecionista porque acreditava mais na “veracidade das coisas” (como fragmentos de construção, moedas, obras de arte etc) como fontes documentais para uma escrita da História, do que na “verdade dos documentos escritos”, que poderiam ser facilmente “forjados”. Não é à toa que nessa época desenvolveu-se o que chamamos de “ciências auxiliares da História”, como a numismática (estudo das moedas), a heráldica (estudo dos brasões), a sigilografia (estudo dos selos ou sinetes) e tantas outras que requeriam dos estudiosos uma formação de grande erudição.

Todavia, veio o século XIX e com ele a supremacia do documento escrito oficial para a construção da história-conhecimento, entre outros pressupostos que passaram a caracterizar a escrita do historiador a partir de então. E, como sabemos, esse “modo” de escrever História predominou por várias décadas, começando a receber uma crítica mais sistemática a partir dos anos 1930, com a afirmação do movimento francês conhecido como a “Escola dos Annales”⁴.

A tradição antiquária perdeu a sua força na produção escrita dos historiadores, embora tenha sido apropriada e reelaborada pelos museus históricos, entre os séculos XIX e XX, onde o que prevaleceu foi uma “escrita tridimensional” que priorizou o sentido das “coisas”, passando a substituir ou ganhar mais destaque do que as “palavras” na consolidação de uma narrativa histórica, como podemos verificar a

2 VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et. al. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1989.

3 Entre os quais cito: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org). **História cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da Universidade; UFRGS, 2003, p.9-24.

4 BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: UNESP, 1992.

partir de trabalhos já publicados como os de Aline Montenegro Magalhães⁵ sobre o Museu Histórico Nacional, Ana Cláudia Fonseca Brefe⁶ e Ana Maria de Alencar Alves⁷ sobre o Museu Paulista; Francisco Régis Lopes Ramos⁸, Cristina Rodrigues Holanda⁹ e Ana Amélia Rodrigues de Oliveira¹⁰ sobre o Museu do Ceará, para citar apenas alguns exemplos dentro da nossa historiografia.

Num primeiro momento, que infelizmente ainda perdura em algumas instituições museológicas do nosso país, os objetos eram concebidos, dentro do espaço museal, na acepção cientificista de “prova”, isto é, “comprovando” a existência dos personagens, feitos e fatos do tempo passado, sobretudo daqueles já enaltecidos pela historiografia escrita. Mas essa percepção dos artefatos no âmbito dos museus já vem sendo rediscutida e hoje, cada vez mais, eles são pensados como um “suporte de memória e de informações” sobre a sociedade que os produziu e os utilizou, desde que devidamente problematizados.

Voltando à produção historiográfica escrita, especialmente, após a “revolução documental” proposta pelos Annales, chegamos ao século XXI com poucos trabalhos historiográficos, dentro e fora do Brasil¹¹, que

5 MAGALHÃES, Aline Montenegro. Cultuando a saudade... Sobre antiquário e escrita da história no Museu Histórico Nacional. In: BITTENCOURT, José Neves et al. **História representada. O dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 97-112; _____. Culto da saudade na Casa do Brasil. Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado, 2006.

6 BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **O Museu Paulista**. Affonso de Taunay e a memória nacional. São Paulo: UNESP, Museu Paulista, 2005.

7 ALVES, Ana Maria de Alencar. **O Ipiranga apropriado**. Ciência, política e poder. O Museu Paulista (1893-1922). São Paulo: FFLCH/USP, 2001.

8 Com destaque para: RAMOS, Francisco Régis Lopes. A utilidade do passado na biografia dos objetos. In: _____. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Futuro do pretérito**. Escrita da História e história do museu. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar; Expressão Gráfica Editora, 2010, p.50-77.

9 HOLANDA, Cristina Rodrigues. Museu Histórico do Ceará. A memória dos objetos na construção da História (1932-1942). Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado, 2005.

10 OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues. Juntar, separar, mostrar. Memória e escrita da história no Museu do Ceará (1932-1976). Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado, 2009.

11 Confira alguns trabalhos com tradução para o português, como: BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean Marie. *Cultura Material*. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, v. 16, 1989, p.11-47; BANN, Sthepen. As invenções da história. Ensaio sobre a representação do passado. São Paulo: UNESP, 1994; POMIAN, Krzysztof. *Coleção*. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, v. 1, 1983. p. 51-86.

tomam a “cultura material” como “documento”, menos ainda como “objeto de estudo”. Mas esse cenário começa a mudar, embora ainda muito atrelado à análise dos “museus históricos”, como é o caso dos trabalhos produzidos pelos historiadores já mencionados e outros. Mas as produções de Vânia Carneiro de Carvalho¹² e Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho¹³ são bons exemplos de obras historiográficas que partem de uma reflexão sobre a “cultura material” para uma interpretação da vida cotidiana pretérita. Essa é, aliás, uma das maiores contribuições que os estudos históricos oferecem sobre a cultura material.

A “tradição antiquária” apropriada, reelaborada e novamente ressignificada nas últimas décadas pelos museus não só pode, como deve, também, passar por uma “antropofagia” historiográfica. Para isso, evidentemente, certos cuidados metodológicos precisam ser considerados. Nesse aspecto, vale ressaltar, os museólogos e os historiadores que preocuparam-se com o processo educativo realizado nos (e a partir dos) museus, relacionando-o com a aprendizagem do conhecimento, e foram os que mais avançaram no sentido de propor metodologias onde a “cultura material” está em foco. A observação dessas experiências pode ser um bom começo para os que desejam enveredar por essas discussões.

Não é pretensão desse breve artigo apresentar-se como “receita” para a utilização do mundo material como “documento” ou “objeto de estudo”, e muito menos de esgotar o assunto. Seguem apenas alguns apontamentos que, espero, contribuam com futuras pesquisas:

1) Não existe um valor “histórico” intrínseco aos objetos. Não existem objetos “mais” ou “menos” importantes do que outros. Podemos ir além e dizer que o “valor de uso”, o “valor de mercado” ou o “valor simbólico”, atribuídos ao objeto, sempre são externos a ele, mobilizados pelos indivíduos que os possuem ou circundam, conforme a sociedade e a época em que são produzidos, utilizados, preservados ou descartados.

12 CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e artefato**. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo (1870-1920). São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2008.

13 Veja os trabalhos publicados: SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. **Paisagens do Consumo**. Fortaleza no tempo da Segunda Grade Guerra. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado, 2002; _____. **Rumores**. A paisagem sonora de Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado, 2006.

Por essa razão, para servirem como suporte de informação, os objetos precisam ser problematizados como qualquer outra fonte de pesquisa.

2) Os artefatos só possuem propriedades imanentes de natureza físico-química, como forma, dimensão, peso, cor, textura, cheiro etc. Uma análise minuciosa dessas características físicas, seja por meio das chamadas “ciências auxiliares da História” ou por outros conhecimentos técnicos contemporâneos, pode nos indicar pistas interessantes sobre as suas formas de fabricação e uso dos artefatos numa determinada sociedade. No entanto, mais importante do que um historiador entender de “numismática” ou de *hardware* e *software*, por exemplo, é situar o lugar social de produção das “coisas”. E para chegar a esse “lugar” temos que recorrer àquelas perguntas básicas que aprendemos nas aulas de introdução aos estudos históricos, logo no primeiro semestre de curso da graduação, no “diálogo com as evidências”: Quem fez? Para quem? Quando? Por quê? Como? São essas perguntas aparentemente simples que nos reportam às problemáticas outras, mais complexas e elucidativas.

3) O procedimento do “estranhamento”, proposto por Carlo Ginsburg¹⁴, para a análise da “cultura material” é uma forma difícil, porém, instigante de treinar o nosso olhar de pesquisador para perceber o “objeto” como documento histórico e tema de pesquisa, sobretudo, quando nos dispomos a “estranhar o “óbvio”, como nos alerta o antropólogo Darcy Ribeiro¹⁵. Talvez não dediquemos tanta importância aos artefatos, especialmente, os do tempo presente, porque nós, cidadãos urbanos do mundo capitalista ocidental, vivemos numa sociedade de consumo onde tudo torna-se rapidamente obsoleto e descartável.

4) Os objetos não “falam por si”. Eles precisam ser interrogados. Além do estranhamento, cotejar o “objeto” com outras fontes históricas é imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa.

14 GINSBURG, Carlo. Estranhamento. Pré-História de um procedimento literário. In: _____. **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.15-41.

15 RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1994.

5) Os objetos não são provas de feitos e fatos do tempo pretérito ou do presente. Eles são evidências de uma época, um lugar, uma pessoa, um grupo. Um mesmo objeto pode ter as mais variadas funções e significados no transcorrer de sua existência, seja para quem o possui, o deseja, o manipula ou somente para quem o observa, como nas vitrines das lojas ou dos espaços museológicos. Aos que querem estudar os objetos que adentraram os labirintos, muitas vezes, obscuros dos museus, entre reserva técnica e circuitos expositivos, essa é uma questão que precisa ser considerada: os vários caminhos percorridos por esse artefato “antes” e “após” a sua “musealização”.

6) As relações entre os homens e os objetos que os circundam são tão complexas que não seria nenhum exagero dizer, como nos lembram alguns filósofos como Bruno Latour¹⁶ e Merleau Ponty¹⁷, que não apenas o “homem cria e usa os objetos”, mas “os objetos também criam e usam os homens”. O historiador Régis Lopes afirma ainda que “o ser dos objetos existe na relação com o ser dos outros objetos e o ser humano”¹⁸. Considerar essas relações é imprescindível na hora de formularmos o nosso quadro de problematizações que darão contornos à pesquisa.

Para finalizar, reforçando as possibilidades de escolha da “cultura material” como “documento” e “objeto de estudo”, recorro ao trecho final da obra *O Casaco de Marx: roupas, memórias e dor*, do literato inglês Peter Stallybrass, também, mencionada nos textos de outros colegas de profissão, pela força de sua assertiva:

16 LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaios de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

17 MERLEAU PONTY, Maurice. O olho e o espírito. In: CHAUI, Marilena (Org). **Merleau-Ponty**. Textos selecionados. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 85-111 (Coleção Os Pensadores).

18 RAMOS, F. Régis Lopes. **A danação do objeto**. O museu no ensino de História. Chape-có: Argos, 2004.

Tornou-se clichê dizer que não devemos tratar as pessoas como coisas. Mas trata-se de um clichê equivocado. O que fizemos com as coisas para devotar-lhes um tal desprezo? E quem pode se permitir ter esse desprezo?¹⁹

A historiografia e os muitos museus do nosso país seriam mais enriquecidos com esse novo olhar sobre o “mundo dos objetos”.

¹⁹ STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memórias, dor. Belo Horizonte: Autêntica, 1999



História, Apesar da Memória: um desafio para as políticas culturais

Francisco Régis Lopes Ramos



“Se o passado nos chega deformado, o presente deságua em nossas vidas de forma incompleta. Alguns vivem isso como um drama. E partem em corrida nervosa à procura daquilo que chamam a nossa identidade. (...) Outros acreditam que a afirmação de sua identidade nasce da negação da identidade dos outros. O certo é que a afirmação do que somos está baseada em inúmeros equívocos.”

*Mia Couto*¹

Em seu mais recente livro traduzido para o português, Chartier faz um balanço sobre algumas questões que, nas últimas décadas, apareceram, muitas vezes, sob o clichê “crise da história”. Como não poderia deixar de ser, há um tópico a respeito das diferenças entre história e memória. Enquanto a memória é tratada como produção vinculada às demandas existenciais das comunidades, a história é inscrita na ordem de uma reflexão crítica “universalmente aceitável”.²

1 COUTO, Mia. *Pensatempos* – textos de opinião. Lisboa: Editorial Caminho, 2005, p. 14.

2 CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 24.

Em seu parecer, as distâncias entre história e memória foram medidas com maior clareza com a publicação do livro de Paul Ricoeur *A História a Memória e o Esquecimento*. De fato, essa é uma obra de referência, destinada a permanecer por muito tempo no *ranking* das notas de rodapé. Por outro lado, não deixa de ser significativo perguntar-se sobre a eleição desse divisor de águas. Antes de Ricoeur, a distinção entre história e memória já havia sido posta e repostada, como se percebe, por exemplo, na abordagem de Pierre Nora.

Suspeita diante da história, a memória é tratada por Nora como objeto de estudo. É por isso que ele adverte: “não se celebra mais a nação, mas se estudam suas celebrações”.³ Os “lugares de memória” existem porque, no mundo contemporâneo, não há mais a rede mnemônica que havia nas sociedades tradicionais. Sem essa memória vivida no cotidiano, os processos de modernização criaram lugares para lembrar, já que o próprio existir, em sociedade, não carregava mais a potência da recordação coletiva e compartilhada. Daí o excesso recordativo, identificado como característica de um mundo fragmentado, perdido e em busca de um sentido para o tempo. Os “lugares de memória” são, portanto, “rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza”.⁴ No Brasil, como em outras partes do mundo, o termo fez sucesso e passou a ser usado não mais como recurso teórico, mas como solução conceitual para explicar museus, monumentos, arquivos, comemorações. Ora, nem é preciso dizer que a potência analítica da proposta entrou em declínio, na medida em que passou a frequentar explicações institucionais de variadas maneiras. Ignorou-se que Nora não pretendia criar uma teoria universal.

De qualquer modo, salta aos olhos a segurança de Chartier quando proclama a independência da história. Isso, ao meu ver, não vem apenas por um suposto aperfeiçoamento de técnicas ou teorias, mas através de tensões constituídas pelo lugar que o termo memória vem ocupando no mundo contemporâneo. A “defesa da memória” assumiu

3 NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, n.10, 1993, p. 09.

4 NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”..., p. 11.

proporções tão inesperadas que o tema passou a ser tratado de outra maneira. Tornou-se tarefa da teoria da história “desnaturalizar” o valor positivo da memória, não simplesmente como reação de um corporativismo disciplinar, mas para estudar as vias através das quais foram se constituindo certas necessidades ou certas demandas que passaram a se apresentar na qualidade de valores imprescindíveis.

Chartier avalia que a nossa conexão com o passado “está ameaçada pela forte tentação de criar histórias imaginadas ou imaginárias...”. Daí vem a necessidade de estabelecer a reflexão sobre as condições que dão à escrita da história um poder de estruturar explicações e “representações” em torno da “realidade que foi”: “... essa reflexão participa do longo processo de emancipação da história com respeito à memória e com respeito à fábula, também verossímil”.⁵

“A necessidade de afirmação ou de justificação de identidades construídas ou reconstruídas, e que não são todas nacionais, costuma inspirar uma reescrita do passado que deforma, esquece ou oculta as contribuições do saber histórico controlado”.⁶ Controlado, nesse sentido, significa metodicamente pesquisado, com base em discussões teoricamente orientadas e debates sobre a ética dos que produzem saberes sobre o pretérito. Mas não é proposta apenas lançar a história contra a memória. O que se quer passa por uma postura bem mais complexa diante do desvio mnemônico realizado como parte integrante de muitos movimentos sociais: “Esse desvio, impulsionado por reivindicações frequentemente muito legítimas, justifica totalmente a reflexão epistemológica em torno de critérios de validação aplicáveis à ‘operação historiográfica’ em seus diferentes momentos.”⁷

A referência ao termo “operação historiográfica” tem, nesse sentido, um valor central. Há, em toda obra de Chartier, uma declarada filiação à Michel de Certeau, uma apropriação rigorosa e, ao mesmo tempo, afetiva, em um movimento criativo e propositivo. Não se pode dizer o mesmo sobre a obra de Paul Ricoeur, mas a respeito de seu livro há pouco citado, a situação assemelha-se: Certeau emerge como base confiável para

5 CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo...*, p. 31.

6 CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo...*, p. 30.

7 CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo...*, p. 30.

se pensar as tramas envolvidas na escrita da história. Refiro-me a isso de maneira mais detalhada porque é em Certeau, penso eu, que a teoria da história encontrou mais força para se tornar passível de investidas historiográficas, tornando-se, também, objeto de crítica.

Seria uma tarefa longa inventariar as posições que, nas últimas décadas, fazem essas fronteiras entre história e memória, com argumentos mais ou menos semelhantes. Cito, apenas como exemplo, Jean-Pierre Rioux, em seu texto sobre a moda da “emoção patrimonial”, que dá existência ao “self-service da celebração”:

É verdade que a memória sempre foi imperiosa e provocadora. Mas hoje ela desnuda e trespassa mais do que nunca. Causa também arrepios, jogando alternadamente com a nostalgia e a inquietação. Os Gregos haviam-no pressentido: a pequena Clio, filha de Mnemósina e de Zeus, distrairá os deuses e conviverá com os poetas. O seu sopro, dizia Hesíodo, há de afagar para sempre os mortais, anunciando-lhes “o que será e o que foi”.⁸

Seguindo a argumentação de Pierre Nora, Rioux tenta mostrar que, apesar da rede de seduções, não há união possível entre os procedimentos do saber histórico e a produção social das memórias: “colocar esta incompatibilidade de humor entre filha e mãe, entre Clio e Mnemósina, é um primeiro dever para o historiador”.⁹

O livro de Beatriz Sarlo *Tempo Passado*, inexplicavelmente, ausente da bibliografia de Chartier, é certamente uma leitura que tem lastro e abertura para nutrir a renovação dos debates. Sua argumentação gira em torno do perigo que reside na supervalorização de relatos dos oprimidos por ditaduras recentes. E o que estaria em perigo? A própria história, em seu intuito de fazer pensar historicamente. Logo se vê que esse é um livro corajoso, sobretudo porque mexe em algo demasiadamente delicado: a memória dos torturados. Seu destemor concentra-se precisamente em afirmar que a história é um conhecimento necessário

8 RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. In: Rioux, Jean-Pierre e Sirinelli, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 307.

9 RIOUX, Jean-Pierre. **A memória coletiva...**, 1998, p. 307.

e indispensável. A autora não faz concessões às conveniências das políticas acadêmicas: “o espaço de liberdade intelectual se defende até mesmo diante das melhores intenções”.¹⁰ O olhar é certo e o alvo é o clã dos intelectuais. Como pensadora atuante, ela sabe que a sobrevivência da intelectualidade nos dias atuais passa pelo exercício de cortar a própria carne.

Não há, portanto, separação entre produção de saber e lugar onde se produz. O lugar da história hoje, penso eu, está em situação inconciliável com a memória. Nesse sentido, é preciso saber que “não há equivalência entre o direito de lembrar e a afirmação de uma verdade da lembrança; tampouco o dever de memória obriga a aceitar essa equivalência.”¹¹ Ora, há nessa observação de Beatriz Sarlo uma crítica à volta do valor absoluto do documento. Documento que, nesse enraizamento ontológico da memória, aparece não somente como uma fonte autêntica, mas como o próprio conhecimento. Ou pior: passa a funcionar na qualidade de critério da autenticidade a respeito do pretérito. Em outros termos, aquilo que deveria ser objeto de interpretação histórica transforma-se no próprio ato de conhecer, como se o passado fosse algo revelado.

A partir da diferença entre o individual e o específico (Paul Ricoeur), Beatriz Sarlo adverte sobre “o primado do detalhe”, que costuma ser manipulado como fonte de “credibilidade da narrativa”. Assim, caberia ao juízo crítico o trabalho com o específico e não propriamente com indivíduos (ou grupos), supostamente portadores do inquestionável: “O específico histórico é o que pode compor a intriga, não como simples detalhe verossímil, mas como traço significativo; não é uma expansão descritiva da intriga, mas um elemento constitutivo submetido à lógica.”¹²

Os museus, nesse caso, tornar-se-iam lugares de ensino de história na medida em que a memória fosse tratada como fonte de conhecimento e não simplesmente como algo já conhecido. É claro que não dá para

10 SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 20.

11 SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 44.

12 SARLO, Beatriz. **Tempo passado...**, p. 51.

eliminar a memória, isso seria como esvaziar o ser humano, tirar-lhe a sua condição de ser cultural. Também não dá, como ressalta Fernando Catroga, para desligar todos os fios entre memória e história, assim como é impossível entender que a história está livre das armadilhas mnemônicas.¹³ Mas, se um museu pretende ser educativo, necessariamente, deve existir o cultivo da crítica historicamente fundamentada. Afinal, não se trata apenas de promover o reconhecimento, mas o próprio conhecimento, que incomoda na medida em que conhecer não é confirmar o que se sabe.

Tempo Passado, explica Beatriz Sarlo, inspira-se em uma observação de Susan Sontag: “Talvez se atribua valor demais à memória e valor insuficiente ao pensamento”. Mas, nada é tão simples assim. Ao concluir que “é mais importante entender do que lembrar”, a autora adverte que, para entender, “é preciso lembrar”.¹⁴ No final das contas, está se compondo não uma condenação à memória, mas uma reflexão sobre a defesa da memória, aquela defesa que só sabe se defender; sobre a qual não se pode exercer o pensamento e através da qual o poder repressivo exerce controle, nas instituições ou nas relações cotidianas.

Nessa mesma direção, não se deve confundir tema de estudo com defesa de um tema. Pensar que estudar os índios é defender os índios é a mesma coisa que imaginar que estudar o nazismo é defender o nazismo. Aliás, nunca é demais repetir que a qualidade de uma pesquisa não se mensura pelo tema e sim pela articulação entre problema, teoria, métodos e fontes. Articulação, vale destacar, que se torna densa na medida em que é criadora e criatura da reflexão crítica, feita na liberdade e para a liberdade de se pensar sobre as relações entre passado, presente e futuro. Essas noções, tão elementares para quem pesquisa com critérios e compromisso com o saber, precisam ser evidenciadas não somente no ato de pesquisar, mas também quando são observadas as maneiras pelas quais as políticas públicas partem em defesa do dito “patrimônio histórico” ou de outras categorias naturalizadas pela repetição das assessorias de imprensa.

13 CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001, p.65.

14 SARLO, Beatriz. *Tempo passado...*, p. 22.

Sendo assim, o debate sobre o conhecimento da história, em salas de aula ou em museus, não deveria amenizar a diferença entre história e memória. Mesmo com as muitas semelhanças, uma não se confunde com a outra. O conhecimento histórico pressupõe um trabalho teoricamente orientado e constantemente submetido aos critérios publicamente discutidos e constantemente passíveis de crítica e autocrítica. A memória é algo muito mais abrangente, vincula-se ao modo pelo qual as culturas fazem relações entre passado, presente e futuro. Enquanto a história criou o hábito de pensar sobre suas fontes e suas considerações, a memória encarrega-se de lembrar, com a crença de trazer ao presente o que se passou ou ainda se passa, a partir de certos valores que podem, ou não, reivindicar validade universal. A história, sobretudo nas últimas décadas, trata a memória como objeto de estudo, como fonte para reflexões sobre o modo pelo qual as sociedades lembram, como documento sobre o papel das recordações nas várias dimensões da vida cotidiana, como a religião, a política, a família, a festa etc. O contrário não se dá, ou seja, a memória não estuda a história, assim como a saúde não estuda a medicina. Desse modo, cabe perguntar sobre as responsabilidades da história diante da memória.

Transformada em bandeira de luta, em salas de aula e nas chamadas “instituições culturais”, a atual “defesa da memória” vem gerando uma confusão que deve ser melhor discutida. Refiro-me à volta de narrativas que identificam o passado com a “testemunha”, com base na própria legitimidade da memória. Urge, então, o debate sobre a chamada “diversidade da memória”, que, em princípio, não tem (ou não deveria ter) relação de semelhança com escrita da história. Depois do século XX, pelo menos uma conclusão parece ser, mais ou menos, consensual entre os teóricos: a história não é escrita com o intuito de exibir as variações mnemônicas e sim no vínculo inegociável com problematizações sobre as relações que o presente estabelece com o passado, incluindo aí as maneiras de lembrar socialmente compartilhadas, em jogos de acordos e disputas.

O tempo mudou, mudando também a contagem do tempo. Nas últimas décadas, e por muitos meios, “identidade”, “memória” e “etnia” transformaram-se em palavras de ordem. Repito: de ordem. O que an-

tes parecia ser em benefício da reflexão historicamente fundamentada vem se transformando, muitas vezes, em selo de qualidade para projetos oficiais (ou alternativos) supostamente participativos. O passado passa a ser “resgatado” para servir de alimento aos movimentos de “reconstrução de identidades” e “valorização étnica”.

A defesa de identidade pressupõe a defesa do passado. Quando um grupo de pessoas se define em um espaço cultural com fronteiras definidas, há necessariamente requerentes de acontecimentos fundadores e de determinados jogos de continuidade. O passado é assediado e funciona como deferimento para as lutas do presente, legitimando-as de uma maneira radical, porque o termo “história” assume a condição de sentido do tempo, que se realiza nas pessoas, mas está para além delas, na medida em que evidencia uma ordem transcendental.

Jay Winter, em suas investidas em torno dos usos contemporâneos da recordação, conclui que “a criação e a disseminação de narrativas sobre o passado surgem de e expressam políticas de identidade”. Como exemplo, ele cita o Memorial Nacional do Holocausto no Mall de Washington, feito para expressar o “orgulho judeu-americano”: “o museu expressa uma história sem medida em uma gramática que vive em um hífen, o hífen da política-étnica”. O sucesso foi e é estrondoso, chamando grande e variada quantidade de visitantes. O efeito de uma estrutura cuidadosamente montada, conforme Winter, não é de pouca monta: “...nos inscreve desde o começo em uma família de enlutados, que, entre outras coisas, é uma família judia”. E o apelo para o público não é de menor proporção: “Orgulho e tristeza étnicos estão presentes lá em partes iguais”.¹⁵

O caso citado por Winter é particular, mas também é indício de um movimento mais geral de valorização da memória e pode servir para inspirar estudos sobre situações diferenciadas. Assim, vale questionar a respeito do modo pelo qual as recordações fazem parte da construção de identidades e, portanto, da diversidade cultural convocada na qualidade de “direitos culturais”, que não podem ser entendidos simplesmente como o direito de ser diferente.

15 WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boon da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: Seligmann-Silva, Márcio. **Palavra e imagem: memória e escritura**. Chapecó: Argos, 2006, p. 71.

É por isso que Alain Tourane adverte que os direitos culturais não devem ser considerados como uma extensão dos direitos políticos. Enquanto os direitos políticos são concedidos a todos os cidadãos, os direitos culturais protegem populações específicas: “É o caso dos muçulmanos, que exigem o direito de fazer o ramadã; é também o caso dos gays e lésbicas, que reclamam o direito de casar”. Não se trata, simplesmente, do “direito de ser como os outros”. O que se reivindica é a possibilidade de “ser outro”. O multiculturalismo entra em colisão com o universalismo abstrato das luzes. Além de visar à proteção da diversidade, afirma que “cada um, individual ou coletivamente, pode construir condições de vida e transformar a vida social em função de sua maneira de harmonizar os princípios gerais da modernização com as ‘identidades’ particulares”. O “direito à diferença”, segundo Alain Tourane, é um termo incompleto e mesmo perigoso, pois a “diferença cultural” não pode ser vista de maneira isolada na medida em que se relaciona com uma economia cada vez mais mundializada. Assim pensado, o multiculturalismo “exclui a ideia de que a modernidade reina acima de todos os atores sociais, e igualmente a de que uma única cultura seria capaz de responder às exigências da modernidade”.¹⁶

Se, por um lado, a própria afirmação cultural se institucionaliza e se legitima como resistência aos sistemas opressivos, não se pode negligenciar, por outro lado, o exercício de análise sobre a proliferação da intolerância e dos preconceitos que nascem e crescem exatamente no chão adubado pelo “direito à diferença”. Conflitos no presente, nessa perspectiva, não são somente do presente, porque estão calçados em direitos supostamente adquiridos em dívidas que se acumulam no tempo. O ressentimento alimentado pela memória passa a impedir o repensar sobre a convivência.

Como bem ressalta Teixeira Coelho, a tão falada “busca das raízes” foi e é uma “operação que sempre cobrou seus tributos em sangue”. Mas não é fácil cultivar o debate sobre as muitas desigualdades e as várias injustiças cometidas em nome de certas “identidades”. Como era de se esperar, essa via de questionamento “não é uma ideia nada

16 TOURANE, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 171.

oportuna para o ideólogo de partido que deve gerar chavões cuja finalidade primeira é ajudar seu grupo a conquistar o poder e, uma vez no poder, ali se perpetuar”.¹⁷

Por outro lado, mas nessa mesma direção de crítica à ontologia da identidade, David Rieff chega a dizer que a liberdade do multiculturalismo, defendida pelos acadêmicos e pelas ONG, acabou incentivando o “multiculturalismo do mercado”. A demanda pelo consumo diferenciado ficou “cada vez mais ansiosa por deixar entrar mulheres, negros, gays e outros grupos marginalizados”. Yúdece conclui, com muita pertinência, que é esvaziado o sentido contestatório do multiculturalismo na medida em que “o capitalismo lucra com as novas mercadorias da diversidade”.¹⁸

O historiador da economia britânica, Alan Milward, que atualmente ensina em Florença, apontou para os ecos materiais dessas duas palavras culturais: “herança” e “patrimônio”. (...) A transformação da memória em mercadoria valeu a pena, houve um enorme “boom” de consumo do passado X em filmes, livros, artigos e, mais recentemente, na internet e na televisão. Há toda uma indústria dedicada às “exibições de grande impacto” em museus, cujos visitantes parecem responder cada vez mais a shows espetaculares. História vende especialmente bem como biografia, ou como autobiografia, ou, nas palavras de Milward (e de Pierre Nora): como história do ego.¹⁹

Nada garante que as boas intenções do multiculturalismo permanecem no decorrer do percurso, como alerta Alain Touraine: “acontece que os movimentos sociais se degradam até se transformarem no contrário deles mesmos”. Afirmações de crítica à violência contra certas minorias descambam para a violência contra outras minorias, que passam a ser consideradas como heréticas:

“Quando o movimento de libertação nacional se transforma em nacionalismo, quando a luta de classe se reduz a um corporativismo,

17 COELHO, Teixeira. **A cultura e seu contrário**: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008, p. 15.

18 WINTER, Jay. **A geração da memória...**, p. 78.

19 WINTER, Jay. **A geração da memória...**, p. 78.

quando o feminismo se limita à supressão das desigualdades entre homens e mulheres deixam de ser movimentos sociais e sucumbem à obsessão da identidade”.²⁰

Se a “defesa da memória” anda sempre de mãos dadas com a “defesa da identidade”, caberia, então, propor estudos (públicos e independentes) sobre as “defesas da memória”; quer dizer, uma linha de pesquisa preocupada com história das muitas formas de lutar pelo passado no decorrer do tempo. Estaria em pauta o estudo em torno das apropriações do pretérito na constituição das identidades. Obviamente, o desempenho do conhecimento historicamente fundamentado não se faria nas campanhas de pacificação, nem nas convocações de guerra. O importante seria fornecer meios, através dos quais as lembranças fossem inseridas em um campo de pensamento apto a entender a própria construção histórica das tensões socialmente constituídas. Nessa linha de raciocínio, teríamos uma compreensão mais ampla sobre aquilo que os “gestores da cultura” vêm chamando de “defesa de memórias das minorias”.

O saber da história na atualidade, com sua precariedade conclusiva e sua vocação para a interdisciplinaridade, pode dar alguma contribuição a esse debate na medida em que a memória passe a ser tratada como manifestação de indivíduos ou grupos que se fazem em tensões sociais, com interesses que nem sempre são explicitados. Assim, a memória perde sua redoma de sacralidade e começa a integrar o campo de investigações sobre as mudanças e permanências das sociedades. Além disso, a memória torna-se passível de ser avaliada, não em tom jurídico ou laudatório, mas a partir de éticas publicamente explicitadas e valores que apontam para o campo do devir. Devir não como pagamento de dívida, nem dever do destino, mas campo possível, enredado em passados que poderiam ter sido, e assumiram a condição de utopia. Nessa direção, Todorov lançou um desafio que não pode ser ignorado:

O passado poderá contribuir tanto para a constituição da identidade, individual ou coletiva, quanto para a formação de nossos valores, ideais, princípios – desde que aceitemos que estes últimos sejam submetidos ao exame da razão e à prova do debate, em vez de querer impô-los

20 TOURANE, Alain. *Um novo paradigma...*, p. 177.

simplesmente porque eles são os nossos. (...) O passado pode alimentar nossos princípios de ação no presente; mas nem por isso nos revela o sentido desse presente. O racismo, a xenofobia, a exclusão que hoje atingem os outros não são idênticos àqueles de cinquenta, cem ou duzentos anos atrás, não têm nem as mesmas formas nem as mesmas vítimas. A sacralização do passado o priva de toda eficácia no presente; mas a assimilação pura e simples do passado ao presente nos deixa cegos diante dos dois, e por sua vez provoca a injustiça. Pode parecer estreito o caminho entre sacralização e banalização do passado, entre servir ao próprio interesse e fazer exortações morais aos outros; e no entanto ele existe.²¹

É ingenuidade acreditar que o passado tem como destino dirigir-se ao presente. A rigor, é o presente que insiste em se vincular a um suposto passado, que daria continuidades e diferenças em relação ao que se tem ou ao que se deveria ter. A identificação do esquecimento por aqueles que são assediados pelo desejo de lembrar é, portanto, a denúncia da memória que se vê sempre de maneira positiva e bem-vinda. O esquecimento esquecido (quer dizer, não percebido) é a transformação, a mudança, a presença do presente que se livra efetivamente do pretérito, não como ruptura radical, mas como movimento que cede espaço ao devir. O esquecimento denunciado, nessa lógica narrativa do cultivo mnemônico, é sempre o vilão, que também tem suas memórias, seus interesses em produzir o passado.

História e memória estão no mesmo terreno de construção de sentido para o tempo. Ambas são facas de dois gumes: cortam o presente e o futuro, ao mesmo tempo. A diferença estaria nos procedimentos que regem o uso dos cortes e nas maneiras de fazer as costuras. A memória, ao contrário da história, não pensa sobre si mesma de maneira sistemática, não aceita, em princípio, a memória dos outros, porque o direito a ter outras memórias já pressupõe, de alguma maneira, um exercício metódico que caracteriza a história. Mas a história não é simplesmente um saco de gatos. Também está longe de inventários da diversidade, das sínteses conciliatórias ou dos relativismos da charmosa preguiça que delinea a pós-modernidade.

A memória, sempre pronta para se defender de outras lembranças,

21 TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002, p. 207.

faz parte da própria existência de indivíduos e grupos sociais, apresenta soluções de continuidade e rompimento fundamentais em qualquer configuração cultural. A história não está livre dessas vinculações, é preciso reconhecer. Dependendo das filiações, há na escrita da história maior ou menor peso nas alianças com a memória, mas sempre emerge uma diferença, através da qual são estabelecidas as fronteiras: a missão da história está em apresentar problemas, não só como fundamento do próprio saber, mas como princípio ético de validação do ato de conhecer.

A saída, desse modo, não seria o esquecimento, ou simplesmente o acirramento dos combates mnemônicos, mas a história atenta a esse processo social e conflitivo dos modos pelos quais as recordações circulam ou deixam de circular. História e memória, nesse sentido, até podem ser amigas, mas nem tanto, nem por muito tempo, na medida em que possuem meios e fins que não combinam. Em seus apetites pelo passado, história e memória até sofrem a sedução da via conciliatória e não é raro encontrar essa diplomacia, mas nesses acordos, o que se vê é a diluição das fronteiras e a conseqüente mistura que passa a justificar sem argumentar, que afirma a diferença sem afirmar o direito à igualdade. Não dá para ceder impunemente. As cooperações possuem preço, quase sempre escondido, como se preço não tivessem. Assim, nunca é demais ressaltar que o compromisso do saber histórico tem determinadas exigências, sem as quais o saber deixa de ser historicamente definido.

Enfim, o debate é longo, sobretudo porque é difícil admitir que, apesar de tantas mudanças, continua a valer o raciocínio discriminador, que procura saldar dívidas do passado com caridades no presente. Essa penitência mnemônica, com forte apelo sentimental, tem servido muito mais ao mercado da sociedade de consumo do que propriamente às transformações nas relações de dominação cultural.

A questão, sempre carente de mais diálogo, torna-se um desafio para a interpretação sobre as lutas sociais e os modos pelos quais a memória assume papel de destaque nas afirmações de grupos em disputa. Cito um caso, descrito e comentado pelo prof. Ulpiano Bezerra de Meneses, para mostrar a diferença entre colocar “a identidade como objetivo” ou fazê-la emergir como “objeto do museu”:

Há alguns anos, na gestão de Jaime Lerner como prefeito de Curitiba, projetou ele a criação de ‘portais étnicos’ (espaços, nas entradas da cidade, dedicados às diversas colônias de imigrantes que integram a população paranaense). Não conheço detalhes do projeto pois fui apenas consultado de improviso, numa reunião de museólogos, sobre dificuldades que estavam surgindo no entendimento das diversas comunidades entre si. Após reuniões iniciais cheias de cordialidade e expectativas, logo entraram em ação os mecanismos de fronteiras e estabeleceu-se a Torre de Babel pela valorização identitária, às custas da desqualificação uns dos outros. Em resposta à solicitação que me foi feita, respondi que o curso que o projeto havia tomado era previsível e que a única maneira de mudar o rumo era substituir a auto-representação narcisística que de si gerariam os poloneses, os ucranianos, os italianos, os portugueses etc. pela representação que cada comunidade fazia de seu *alter ego*, ou mesmo de seu “outro situacional”: por exemplo, os poloneses dos ucranianos e vice-versa, os italianos dos portugueses e vice-versa e entrecruzando os focos. Embora a receita fosse drástica, seria excepcional oportunidade de trazer à luz o que são, para que servem e como funcionam as identidades.²²

Nessa direção, o autor também cita o *Tower Museum*, na cidade de Derry, Irlanda do Norte. Diante de uma comunidade dividida (protestantes e católicos), o museu aberto em 1972 não teve como missão trazer a paz e sim “prover as comunidades daquilo de que elas não dispunham: distância para ver o quadro todo das experiências vividas”. Não foi trilhado o caminho da preguiça mental que geralmente ronda as exposições e, no final das contas, foram constituídos instrumentos de diálogo. Não foi fácil, porque a experiência exigia pesquisa e segurança teórica: “A exposição *Divided history, divided city* (1995) foi uma iniciativa honesta e corajosa, que permitiu expor (...) a história mitificada de ambos os adversários, registrando versões alternativas e permitindo comparação e análise”. O resultado não poderia ser mais alvissareiro: “... provocou muita discussão, mas não foi rejeitada por nenhuma das comunidades em contenda”.²³

22 BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. O museu de cidade e a consciência da cidade. In: **Museus & Cidades** - livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004, p. 266.

23 BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. **O museu de cidade e a consciência da cidade...**, p. 267.

Atualmente, os grupos classificados de “minorias”, que buscam delimitar fronteiras a partir dos diferentes pretéritos, estão exercitando determinadas maneiras de construir sentido para a vida e para a luta pela vida, mas o próprio conceito de “minorias” pode levar ao jogo perverso da “maioria”. Assim, a memória assume o tom bélico de autoafirmação e, ao mesmo tempo, de negação autoritária de tudo aquilo que compromete aquilo que se afirma. O movimento a favor da diferença descamba para uma cruzada contra a igualdade. Ora, “ser igual” se definiria, em plano ideal, em dar a cada um, de maneira igualitária, o direito de ser diferente, na medida em que a distinção não se transformasse em rebaixamento de ninguém.

O multiculturalismo pressupõe o multimemorialismo. Muitas memórias para a afirmação de muitas culturas, na medida em que as lembranças convocam legitimidades no decorrer do tempo. Assim afirma-se, de algum modo, alguma continuidade: se é mais ou menos aquilo que os ancestrais já foram e não deixaram de ser, porque deixaram descendentes. A memória, nesse sentido, vive de acreditar em heranças veladas ou reveladas. É assim que o presente se vê ligado ao passado. Sem passado, é como se a cultura não tivesse força para se afirmar diante das outras. Por outro lado, as culturas querem exatamente romper com o passado, denunciando-o e afastando-o como formas de estabelecer relações justas e em pé de igualdade.

É assim que movimentos indígenas querem, ao mesmo tempo, romper com o passado de massacres e recuperar o passado dos costumes massacrados. Não é linear o que se quer do pretérito. Ora emergem herdeiros convictos, apesar da falta de testamentos. Ora se insurgem herdeiros que se deserdam, mesmo com os pais ainda vivos. Na construção das “identidades”, os usos do passado são absolutamente necessários, mas não se fazem em linha reta.

Pascal Bruckner²⁴ adverte, nesse sentido, que o tão falado “dever da memória” não pode ficar somente no reclamar de vítimas e argumentos judiciais, acompanhado por uma querela sem fim entre os descendentes dos descendentes. Não esquecer nunca, isso seria perpetuar ressentimentos e alimentar novos sofrimentos, sobretudo na pele

24 BRUKNER, Pascal. **A tirania da penitência**: ensaio sobre o masoquismo ocidental. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

dos que já sofreram. A memória, além de se dirigir ao passado, deveria fazer alianças com um futuro diferente. Livre do ressentimento e, portanto, livre para repensar. Disponível para reavaliar os critérios que orientaram as denúncias, os julgamentos, as réplicas, as trélicas, as culpas e as punições.

Comprometer-se com a circulação da crítica da história deveria ser a tarefa dos herdeiros de catástrofes traumáticas, como é o caso da escravidão ou dos regimes autoritários. Estaria no desafio de cada dia o instável e difícil equilíbrio entre afirmação e negação do passado. O dever da memória seria desvinculado do dever de penitência e o conhecimento sobre o passado passaria a ser responsabilidade (primordial, mas não isolada) do conhecimento histórico, que não se confunde com tribunais, mas não se desvincula de seu fundamento ético de anúncio e denúncia sobre os modos pelos quais os seres humanos se relacionam.

A melhor vitória sobre os exterminadores, torturadores, negreiros de ontem é a coexistência, doravante possível, de populações, de etnias que os preconceitos, as mentalidades decretavam no passado incompatíveis, é o acesso dos antigos dominados à categoria de semelhantes, seu engajamento em uma aventura coletiva.²⁵

Antes de “lugares de memória”, o que se precisa é da construção de “lugares de história”. Monumentos? Museus? Talvez não, mesmo com a boa vontade das muitas e variadas renovações. Talvez sim, se as maneiras de indagar saírem de certas amarras. Carecemos de outras perguntas, como mostra Hugo Achugar: “Existe uma justiça do monumento? É possível uma justiça em nossas sociedades democráticas que dê conta da tensão entre esquecimento e memória?”²⁶

Caberia duvidar não só dos monumentos autoritários, mas da própria ação de dar a algo, a qualquer coisa o sentido de materialidade memorável. É por isso que Achugar pergunta como seria “um monumento democrático”, ao mesmo tempo em que se questiona “qual seria a memória não autoritária”: “É possível essa memória, esse monumento

25 BRUKNER, Pascal. **A tirania da penitência**: ensaio sobre o masoquismo ocidental. Rio de Janeiro: Difel, 2008, p.179.

26 ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca**: escritos efêmeros sobre arte cultura e literatura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 183.

democrático? Democracia é sinônimo de consenso? É desejável o monumento consensual? Talvez, a pergunta chave seja: as democracias contemporâneas necessitam de monumentos?"²⁷

A luta pelas "memórias das minorias" seria, então, um nacionalismo em miniatura? Em certos casos, tudo indica que sim. E, em algumas situações, a defesa mnemônica tem se tornado tão autoritária quanto os nacionalismos em tamanho natural, de direita ou de esquerda. A situação, portanto, não é simples. Solicita intervenções urgentes, porém pacientes, em um longo trabalho de pesquisa sobre os movimentos de reivindicação que buscam, no passado, formas e desejos de luta do presente.

Sendo assim, a história dos negros, dos índios ou de outros grupos que no passado sofreram algum tipo de dominação ou massacre não deveria simplesmente ceder aos apelos da memória em seu desejo de "resgatar o passado", dando-lhe o caráter estereotipado que elimina contradições e comparações. No Brasil, esse debate vem ganhando corpo e alma, mas ainda há uma considerável imprecisão teórica, inclusive nutrida pela própria lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino de "História e Cultura Afro-Brasileira".

Se fosse possível resumir a multiplicidade de desafios que o ensino de história enfrenta ao se sentir envolvido pelas seduções da memória, poder-se-ia afirmar que, apesar dos inegáveis avanços promovidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, permanece em voga a legitimidade autoritária do passado em função de uma liberdade messiânica do presente. Na aparente mudança a favor das diferenças, fica intacta a ideia do passado essencialmente autêntico, simplesmente à espera do resgate. A chamada "visão crítica" transforma-se em "crítica da visão". Ao invés de problematizar o modo pelo qual "vemos" ou deixamos de "ver" os muitos indícios que o passado deixou ou destruiu, o papel do conhecimento se resume ao ato de criticar a "visão", com o objetivo de encontrar o ângulo certo e a lente adequada.

Não se trata, portanto, de apenas inventariar contraposições entre história e memória. É preciso compreender que os usos do passado configuram-se em muitas dimensões da vida humana, por meio de carências e suprimentos variáveis no tempo e no espaço, dependendo

27 ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca...*, p. 169.

dos modos pelos quais os poderes estabelecem táticas e estratégias de negociação. Se hoje se percebe a distinção entre história e memória, não se pode ignorar questionamentos sobre os motivos e os motes dessa necessidade que antes não havia, até porque as noções de passado, presente e futuro ajeitavam-se de outras maneiras. De qualquer modo, estão em pauta não somente os critérios do conhecimento, mas também o conhecimento dos critérios.

Não é fácil questionar os portadores de memória. Antes de tudo, a lembrança carrega consigo um forte recurso de legitimidade que afasta e nega outras possibilidades de narrar o passado. Exatamente por isso o desafio do saber histórico diante das construções memmônicas carrega muitas dificuldades, tanto no campo dos procedimentos interpretativos, quanto na predisposição que transforma o ensino de história em “ensino de memória”. Como bem ressalta Durval Muniz, cabe ao historiador a trabalhosa tarefa de “violiar memórias e gestar a História”: “As memórias falam de outros apenas enquanto caminho para falar do próprio indivíduo; a História é trabalho de indivíduos que querem conhecer o outro, interpretá-lo. As memórias nascem de uma relação consigo mesmo; a História nasce de uma relação com o outro, com a alteridade”.²⁸

Se a história violenta a memória, fazendo aparecer diferenças, a identidade monolítica é questionada na medida em que a pesquisa histórica abre espaço para a interpretação das várias memórias. Não somente para evidenciar diversidades, mas também para perceber como essas diversidades funcionam, legitimam-se e produzem relações de poder em várias dimensões da vida. Assim, o desafio está em perceber que os particularismos das lutas de reivindicação da memória impedem visões comparativas e avaliações mais amplas e profundas no tempo e no espaço (recurso básico em qualquer procedimento investigativo da escrita de história).

A partir da análise de Durval Muniz é plausível afirmar que o direito de “ser outro” aparece na interpretação, quer dizer, emerge no trabalho crítico para se compreender que as lembranças se constituem de tensões sociais, em situações vinculadas aos conflitos de valores e às perspectivas. Ao labor do ensino de história não caberia, portanto, a aderência a

28 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaio de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007, p. 207.

uma causa específica das reivindicações mnemônicas, exatamente porque sua contribuição estaria na capacidade de propor conhecimento sobre a sociedade, explicitando questões e problemas que a sociedade, muitas vezes, não quer mostrar ou simplesmente não deseja saber.



História e Trajetória da Formação em Museologia através do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional – MHN – 1932/1978

Graciele Siqueira

Museóloga, formada pela Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestre em Museologia e Patrimônio por esta mesma instituição, em parceria com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Trabalha no Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará - MAUC/UFC, desde setembro de 2008, desempenhando a função de museóloga e responsável pela Divisão de Acervo.

O Movimento Neocolonial, iniciado ainda nos anos 1910, teve sua fase de maior produção na década de 1920, período final da República Velha, quando se acentuaram choques políticos e ideológicos. O Neocolonial, enquanto oponente dos processos de europeização, sobretudo dos galicismos, tenta propor novas bases para a modernização da arquitetura, através de uma orientação nacionalista e da defesa das raízes culturais e das manifestações tradicionais artísticas como expressão da nacionalidade brasileira. Esse movimento teve como base a recuperação e a retomada das características estilísticas das obras do período colonial, no intuito de retornar às raízes culturais brasileiras. O movimento expandiu-se para além da arquitetura, ganhando forma no campo da arte e influenciando-o, seja através da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, ou da Exposição do Centenário da Independência, no Rio de Janeiro, ambas em 1922, e na literatura de Monteiro Lobato.

Nesse contexto neocolonial, pode-se inserir a criação do Museu Histórico Nacional e do Curso de Museus. Recuando um pouco no tempo, em 1912, Gustavo Barroso¹, sob pseudônimo João do Norte, publicou o

1 Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu a 29 de dezembro de 1888, na cidade de Fortaleza, CE. Fez os estudos básicos no Páternon Cearense e no Liceu do Ceará, ingressando, em 1907, na Faculdade de Direito do Ceará. Em 1910, transfere-se para o Rio de Janeiro, bacharelando-se dois anos depois. Exerceu o cargo de deputado federal pelo Estado do Ceará, no período de 1915 a 1918. Mas, foi nos campos da História e das Letras que Gustavo Barroso se destacou, sendo eleito membro da Academia Brasileira de Letras, em 1923, e do Instituto Histórico e Geográfico, em 1931. Historiador, jornalista e ensaísta, publicou mais de cem livros abrangendo os mais diversos temas: história; folclore; memória; museologia; romances; contos; política; dentre outros. No campo político, também esteve ligado à Ação Integralista. Para esta pesquisa, será estudada apenas sua atuação frente ao Museu Histórico Nacional e ao Curso de Museus, sendo o último o marco da inicialização dos estudos na área de museus e do patrimônio sob sua guarda. Após 37 anos, Gustavo Barroso, faleceu no Rio de Janeiro, em 1959.

artigo *O Culto da Saudade no Jornal do Commercio*², denunciando o descaso pelas tradições e alertando para a necessidade premente de se preservar e de se cultivar as tradições artísticas e a história nacional. Tal fato mostra que seu pensamento estava perfeitamente sintonizado com os sentimentos e com os conceitos que norteavam o movimento neocolonial.

Até a segunda década do século XX, as instituições museológicas existentes no Brasil eram voltadas, na grande maioria, para as ciências naturais: Museu Nacional (1818); Museu Paraense Emílio Goeldi (1866); Museu Paranaense (1876); Museu Botânico do Amazonas (1883); e Museu Paulista (1895). Os museus de História tinham pouca ou quase nenhuma representatividade no território nacional, sendo que, os que existiam, tinham fechado as suas portas, como é o caso do Museu Militar do Arsenal de Guerra, criado em 1865, e cujo acervo foi, posteriormente, agregado ao Museu Histórico Nacional. Data dessa mesma época a criação do Museu Naval e Oceanográfico (1868), cujos objetos, também, foram solicitados para o MHN por Barroso, ao longo da década de 1920 e cuja transferência efetiva ocorreu em 1933, quando a Instituição foi extinta por decreto do Governo Provisório, em 14 de janeiro de 1932.

O ano de 1922 é marcado pela criação e implantação do primeiro museu efetivamente dedicado à História Nacional: o Museu Histórico Nacional. O MHN foi criado pelo Decreto-Lei nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, e inaugurado a 1º de outubro do mesmo ano, no governo do então Presidente Epiácio Pessoa, no âmbito das comemorações do Centenário da Independência do Brasil³. A direção ficou a cargo de seu idealizador, Gustavo Barroso, que assumiu a responsabilidade de fun-

2 Publicado na 1ª. edição do *Jornal do Commercio*, de 22 de dezembro de 1912 e reeditado no Volume 29 dos Anais do MHN, de 1997.

3 O marco das duas primeiras décadas do século XX ocorreu em 1922, na cidade do Rio de Janeiro, em função do Centenário da Independência do Brasil: a Exposição Internacional do Centenário da Independência. Essa exposição foi, oficialmente, aberta durante o governo do Presidente Epiácio Pessoa, em 7 de setembro e o seu encerramento ocorreu em julho do ano seguinte. A área destinada à Avenida das Nações estendeu-se do Palácio Monroe até a Ponta do Calabouço. (SANT'ANA, Thais Rezende da Silva de. Fincando Estacas: a Exposição do Centenário da Independência do Brasil de 1922 nas fotografias da coleção Augusto César Malta de Campos pertencente ao Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional. 19&20, Rio de Janeiro, v. II, n.2, abr.2007. Disponível: http://www.dezenovevinte.net/artes%20decorativa/expo_1922.htm. Acesso: 05 de jun. 2009)

dar e de organizar um museu que representaria - como ele difundira desde a década anterior - os fatos, os feitos e os heróis nacionais.

A Ideia de um Curso Técnico

Fundador e primeiro diretor do MHN, Gustavo Barroso teve uma atuação marcante na literatura regionalista do início do século XX. Por outro lado, Barroso destacou-se na idealização e na construção de um projeto de “Memória Nacional”, tendo sua atuação mesclada com a história da preservação, da museologia e dos museus. Nesses campos, podemos analisar suas ações através da criação do Museu Histórico Nacional - MHN; do projeto de um Curso Técnico comum ao MHN, à Biblioteca e ao Arquivo Nacional; do projeto de um Museu Ergológico Brasileiro; das atividades da Inspeção de Monumentos Nacionais e, sobretudo, através da implantação efetiva e consolidação do Curso de Museus (OLIVEIRA, 2003, p. 10).

Em 1930, com as transformações políticas provocadas pela ascensão de Getúlio Vargas à Presidência, Gustavo Barroso foi destituído do cargo de Diretor do MHN, assumindo, em seu lugar, o historiador Rodolfo Garcia. Na breve gestão de Garcia, é inaugurado o primeiro Curso de Museus das Américas, através do Decreto-Lei nº 21.129, de 7 de março de 1932.

O curso era diretamente vinculado à direção do MHN e tinha a proposta de habilitar técnicos para ocupar cargos desta Instituição, necessidade reivindicada por Barroso desde a fundação do Museu e apresentada no Relatório de Atividades de 1923, através do qual ele já pleiteava a criação do cargo de conservador: “*funcionário que ficaria encarregado de dirigir os serviços de limpeza e restauração dos objetos, com a responsabilidade direta de sua conservação*” (MHN, 1923).

Inicialmente, idealizado como curso técnico, o Curso de Museus tinha a duração de dois anos, inaugurando o ensino sobre museus no país e equiparando-se ao Curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional. Segundo Ana Cristina Oliveira, o Curso representava:

“... a institucionalização de uma agência de construção e transmissão do conhecimento na área de museus em continuidade e interação com a prática do Museu Histórico Nacional que ganhava assim *status* de matriz intelectual de um conhecimento que o curso pretendia divulgar e implantar nos museus do país, ao formar seus quadros.” (OLIVEIRA, 2003, p. 12).

No Regimento Interno do MHN, de 1922, Barroso já previa um Curso Técnico que atendesse às necessidades da própria Instituição, bem como da Biblioteca e do Arquivo Nacional. A ideia visionária desse curso, ou seja, interligando as três áreas que trabalhavam com a preservação de patrimônio, não se concretizou. Nos relatórios do MHN, apresentados anualmente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no período entre 1922 a 1930, primeira fase da Gestão Barroso à frente desta Instituição, não se percebe nenhuma movimentação acerca desse assunto. Provavelmente, os problemas oriundos da falta de espaços e da própria organização do museu, absorveram todos os esforços da direção e dos técnicos, inviabilizando a implantação desse curso técnico. Isso pode ser depreendido no Relatório de Atividades do MHN do ano seguinte à fundação do Museu, justificando o não funcionamento do curso técnico por falta de espaço, problema já referido no relatório do primeiro ano.

A Concretização do Curso de Museus

Como se viu anteriormente, apesar de previsto no Regimento Interno do MHN, desde 1922, o Curso de Museus só foi implantado, efetivamente, dez anos depois, justamente no momento em que Barroso esteve afastado da direção do museu, cabendo ao historiador Rodolfo Garcia a inauguração do primeiro Curso Técnico habilitado a formar profissionais para atuarem nos museus. Esse curso subordinava-se diretamente à direção do MHN e possuía a duração de dois anos, tendo a proposta central: a de habilitar técnicos para ocuparem os cargos de 3º Oficial na própria Instituição.

De acordo com os relatórios de atividades do MHN, de 1932 até 1944, quando da primeira grande Reforma Curricular, o curso nada custava aos cofres públicos, pelo simples fato de os professores serem os próprios funcionários do Museu e não terem sido previstas verbas específicas para docentes no próprio decreto de criação do curso.

Em novembro de 1932, ou seja, sete meses após a inauguração do curso, seu idealizador, Gustavo Barroso, é reconduzido à direção do MHN, assumindo, também, as funções de Diretor do Curso de Museus e professor⁴ da disciplina “Técnica de Museus”. De acordo com Oliveira (2003), Barroso imprimiu ao curso sua visão pessoal, consolidando-o até 1959, ano de seu falecimento. No entanto, ao reassumir o posto de Diretor do MHN e do Curso de Museus, Barroso encontra a Instituição integrada ao Ministério da Educação e Saúde Pública – MES e ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e, não mais ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, como era à época de seu afastamento (OLIVEIRA, 2003, p. 78).

O estilo barrosiano⁵ de ensino e de lidar com os aspectos referentes aos museus consolidou-se através de seus alunos pioneiros, alguns dos quais viriam, posteriormente, a lecionar no curso. Exemplo disso, é o uso prolongado, até a década de 1970, da obra seminal de Barroso que resume tanto o currículo, quanto o conceito do curso: *Introdução à Técnica de Museus*, publicada em dois volumes, em 1946, sendo o primeiro dedicado ao processamento técnico de acervo; e o segundo às coleções.

Essas obras consistem numa compilação de seus conhecimentos e de suas aulas, sendo usadas por seus alunos como manuais. Outro marco significativo da influência do pensamento barrosiano e dos primeiros professores do curso foram os *Anais do MHN*, periódico cujo primeiro número data de 1940 e que possui inúmeros artigos, não apenas de Barroso, mas, também, dos demais professores e de seus alunos. Isso denota o efetivo controle do que se ensinava e transmitia aos alunos do curso, bem como às linhas de pensamento a serem seguidas e trabalhadas naquela instituição.

4 Na década de 1940, assume, também, as disciplinas de História, quando Pedro Calmon deixa de ministrá-las.

5 O estilo barrosiano refere-se à forma de dirigir, ensinar e transmitir conhecimentos e conceitos, bem como às normas e técnicas empregadas e aplicadas pelo seu fundador: Gustavo Barroso.

A Organização do Curso e a Primeira Alteração Curricular - 1934

No ano de 1934, o Curso de Museus sofre algumas pequenas alterações no seu regulamento, tais como a criação de cursos, conferências, palestras e eventos com profissionais que não fizessem parte do corpo técnico do MHN. Porém, a única alteração ocorrida, efetivamente na estrutura curricular, refere-se à mudança na denominação de uma disciplina ligada à área de História. A disciplina *História Política e Administrativa do Brasil* passa a ser denominada *História da Civilização Brasileira*.

Em seu quarto ano de funcionamento, o Curso de Museus já estava bem integrado à rotina do MHN. O Relatório de Atividades do MHN, de 1935, situa como se desenvolviam as atividades naquele momento, como verificamos no trecho seguinte:

Quanto ao Curso de Museus, já assumiu as proporções de um verdadeiro curso universitário. Ensinamos matérias de singular importância para o aperfeiçoamento dos nossos futuros técnicos, e com isso damos uma projeção intelectual mais extensa ao MHN. Creio que poderíamos manter os serviços de seminários em articulação com a Universidade do Distrito Federal a exemplo do que se pratica nos grandes centros escolares, para todos os assumptos atinentes à investigação histórica e aos problemas do passado nacional. Os professores do Curso são todos professores do Museu, e desde 1933 ensinam regularmente as suas disciplinas sem nenhuma gratificação especial que retribua a sobre-carga de serviço. (MHN, 1936)

Segundo Oliveira (2003, p.83), em sua primeira fase, entre os anos 1930 e 1940, o Curso de Museus contribuiu, fundamentalmente, para a valorização do MHN, por ser o único centro de formação de profissionais habilitados para trabalhar nos museus históricos e de belas artes do país, legitimando, assim, um conhecimento específico. Entrando em um segundo momento do curso, ainda sob a gestão de Barroso, tornam-se necessárias reformulações na estrutura curricular, visando sua consolidação como único centro de formação de profissionais para o Brasil. A partir dessa institucionalização do ensino na área museológica, o MHN conquista o *status* de Centro Educativo e Cultural Brasileiro.

A Primeira Grande Reforma Curricular - 1944

A primeira grande reforma ocorreu em 1944, e foi estruturada pelo professor Gustavo Barroso, que ampliou o curso em termos de tempo, ou seja, de dois para três anos de duração, e, também, em relação ao conteúdo, tornando-o mais genérico com a oferta de novas disciplinas. Essas mudanças ocorridas preparavam o curso para sua futura entrada na universidade. Apesar de o curso ter sido criado, inicialmente, com objetivo de ensinar as matérias que interessavam ao MHN e de formar profissionais que pudessem, posteriormente, compor o quadro funcional dessa instituição, com a Reforma de 1944, essa finalidade se expande aos demais tipos de museus, como se pode perceber no trecho abaixo:

Art. 2. O Curso de Museus terá as seguintes finalidades:

a) preparar pessoal habilitado a exercer as funções de conservador de **museus históricos e artísticos ou instituições com finalidades análogas**;

b) transmitir conhecimentos especializados sobre assuntos históricos e artísticos, ligados às **atividades dos museus** mantidos pelo Governo Federal;

c) incentivar o interesse pelo estudo da História do Brasil e da **arte nacional**." (BRASIL, Decreto-Lei nº. 6.689, de 13-07-1944. Dispõe sobre a organização do Curso de Museus, no Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.[Grifos nossos])

O Regulamento aprovado pelo Decreto nº 6.689, de 13 de julho de 1944, que instituiu e realizou a reforma, além de ampliar a duração do curso para três anos, implantou as habilitações para Museus de História e para Museus de Arte (que seria realizada na última série).

O Curso ganhou uma nova "roupagem", inclusive com a criação de novas disciplinas ou desmembramento das antigas. As habilitações em Museus de História e em Museus de Arte não definiriam apenas a ampliação do prazo de duração, mas, também, a própria estrutura curricular. O curso passou a ser organizado numa **Parte Geral** (dois anos) e numa **Parte Especial** (um ano), vigorando essa estrutura por mais de vinte anos. Nas duas primeiras séries, eram ministradas as seguintes disciplinas:

1º ano - História do Brasil Colonial, História da Arte (geral), Numismática (geral), Etnografia e Técnica de Museus (parte básica);

2º ano - História do Brasil Independente, História da Arte Brasileira, Numismática Brasileira, Artes Menores e Técnica de Museus (parte básica);

3º ano

Museus Históricos - História Militar e Naval do Brasil, Arqueologia Brasileira, Sigilografia e Filatelia, e Técnica de Museus (Heráldica, Condecorações e Bandeiras, Armaria, Arte Naval e Viaturas)

Museus Artísticos ou de Belas Artes - Arquitetura, Pintura e Gravura, Escultura, Arqueologia Brasileira, Arte Indígena e Arte Popular, e Técnica de Museus (Arquitetura, Indumentária, Mobiliário, Cerâmica e Cristais, Ourivesaria e Arte Religiosa).

Em 1942, em caráter experimental, fora criada a figura do aluno bolsista – estudantes residentes fora da cidade do Rio de Janeiro e escolhidos entre servidores públicos, preferencialmente, com exercícios em instituições culturais. Com o Regulamento de 1944, as bolsas de estudos foram institucionalizadas no Curso de Museus⁶, como mostra a seguir o artigo 34 de seu regimento interno.

Poderão ser concedidas, anualmente, bolsas de estudo para o Curso, destinadas a candidatos residentes fora do Distrito Federal e da Capital do Estado do Rio de Janeiro e escolhidos de preferência entre servidores estaduais e municipais com exercício em museus. (BRASIL. Dec. nº 16.078, de 13-07-1944. Aprova o Regulamento do Curso de Museus a que se refere o Decreto-Lei nº 6.689, de 13 de jul. 1944)

Normalmente, os bolsistas eram indicados pelo Governador do Estado a que a bolsa fora atribuída e, uma vez matriculados no curso, aprenderiam as “técnicas” corretas de como organizar museus, colocando em prática esses ensinamentos ao retornarem aos seus estados. O Diretor do MHN, no uso de suas atribuições legais, enviava aos governadores dos estados ofícios de oferecimento de bolsas de estudos no MHN. Esses bolsistas estariam isentos do exame de vestibular, dispensados da apresentação do certificado de conclusão do Curso Clássico

6 Referente ao item Intercâmbio

ou Científico, e, além disso, receberiam passagens de ida e de volta aos seus estados de origem e uma mensalidade durante os três anos de duração do curso. De 1942 a 1969, foram concedidas 64 bolsas de estudos aos estados, das quais 15 alunos não chegaram a concluir o Curso, equivalente a 23%, quase um quarto do total oferecido.

Uma importante atividade didática⁷ que se insere na estrutura curricular do Curso de Museu, a partir da Reforma de 1944, refere-se às excursões de estudos⁸, com o objetivo de os alunos exercitarem e aplicarem os conhecimentos de identificação, classificação e estudos adquiridos ao longo do curso. Através dessas excursões, os alunos matriculados, especialmente os do 3º ano, viajavam a algum ponto do país, com destaque para as cidades com conjuntos históricos ou artísticos. Após a viagem, os alunos deveriam apresentar trabalhos e relatórios com observações e estudos sobre os locais visitados.

As excursões ocorreram com regularidade por mais de duas décadas (1945-1969) e eram discutidas entre a direção do MHN, o coordenador, os professores e alunos do curso, escolhendo, coletivamente, quais cidades seriam visitadas. À época de Barroso, as excursões foram mais regulares, tendo sido realizado um grande número de viagens, nas quais ele esteve presente em praticamente todas. Nessas viagens, eram visitados museus, sítios históricos e naturais, igrejas e monumentos históricos, proporcionando aos alunos uma vivência prática com o patrimônio e a preservação dos vestígios da memória social e coletiva. (SÁ, 2006)

Entre 1945 e 1969, foram realizadas excursões aos seguintes estados: Amapá; Bahia; Brasília; Ceará; Espírito Santo; Goiás; Maranhão; Minas Gerais; Pará; Pernambuco; Rio Grande do Norte; Rio Grande do Sul; Santa Catarina; e São Paulo. Das 19 excursões realizadas, 11 foram feitas ao estado de Minas Gerais, equivalente a 58% do total.

7 No regimento do Curso de 1944, as excursões de estudos se enquadram no Capítulo II, em que trata da **Elaboração e Execução dos Programas**, e no Regimento de 1966, no Capítulo XVII - Do Intercâmbio.

8 O fotógrafo Eduardo de Los Rios, Chefe do Serviço Fotográfico do MHN, normalmente acompanhava essas excursões. No acervo do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil - NUMMUS, consta um álbum com várias fotografias e postais de monumentos e museus de Ouro Preto, montado numa dessas excursões, provavelmente na década de 1950.

As Transformações da Década de 1950

Em 1951, através de acordo firmado entre o MHN e a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, representados, respectivamente, por Gustavo Barroso e por Pedro Calmon, foi conferido Mandato Universitário ao Curso de Museus.

Outra mudança que ocorreu, no final de 1951, foi o afastamento de Gustavo Barroso da disciplina “Técnica de Museus”, disciplina que ele denominava como “o pedestal em que se alicerçam todos os conhecimentos necessários a um técnico em museologia”. No entanto, ao se afastar do ensino dessa disciplina, ele encaminha, para substituí-lo, sua ex-aluna e funcionária do MHN, Octávia Corrêa dos Santos Oliveira, formada pela Turma de 1938. Com isso, fica clara a continuidade do ensino barrosiano no Curso de Museus.

Com isso, evidencia-se a disposição de Barroso para que a “sucessão” das disciplinas seja assumida por egressos do próprio curso. Ainda sob a vigência da Reforma de 1944, outras mudanças ocorreram como: o aumento do número de aulas semanais; e a aposentadoria dos professores pioneiros: Edgar de Araújo Romero (1954); e o próprio Gustavo Barroso (1958).

As Transformações da Década de 1960

Em 1958⁹, 1960 e 1961, os oradores das turmas de formatura fizeram sugestões à direção do MHN, no sentido de que o curso fosse denominado Curso Gustavo Barroso¹⁰. Em 1962, no discurso de formatura do então Capitão de Fragata e Professor de História Naval da Escola Naval, Léo Fonseca e Silva, foi feita a sugestão de transformar o curso em Instituto Gustavo Barroso. Tal iniciativa foi levada, também, ao III Congresso Nacional de Museus, em 1962, em Salvador, sendo apresentada através de uma Moção. *“Nada mais justo e digno de aplausos que passe a ter*

9 Septuagésimo aniversário do fundador e idealizador do MHN e do Curso de Museus, falecido no ano seguinte.

10 Processo para alteração da denominação “Curso de Museus”, para “Curso Gustavo Barroso”.1963.

o nome de seu fundador, o curso ao qual ele se dedicou com o melhor de seus esforços e no qual lecionou desde sua fundação” (MHN,1963).

Na gestão de Josué de Souza Montello foi elaborado um modelo de lei que alteraria a denominação do curso, com base nessa justificativa, fundamentada na Moção do III Congresso Nacional de Museus, bem como do IV Congresso Nacional de Museus, realizado no Rio de Janeiro, em 1965, em que analisa os itens relacionados à alteração da nomenclatura de “Curso” para “Escola” e dar a denominação de Gustavo Barroso à Escola fundada por sua inspiração.

Nessa mesma época, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº. 3231-B/65 e do Senador nº. 212/66, solicitando a alteração do nome “Curso de Museus” para “Escola Nacional de Museologia”, tendo sido negado pelo então Presidente da República. Segue, abaixo, a justificativa da Presidência alegando, sobretudo, não haver os recursos necessários:

[...] embora a proposição, apenas, altere a denominação do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, na realidade vem criar uma Escola Nacional de Museologia, sem, no entretanto, prever os recursos necessários para sua manutenção, a criação dos cargos exigidos para o seu funcionamento e a devida estrutura didática e administrativa indispensável para o seu funcionamento como escola de nível superior e, também, porque a criação de uma escola com tal finalidade, envolveria um estudo mais apurado em todos os aspectos que o assunto exigiria¹¹. (MHN, 1970)

Na gestão Léo Fonseca e Silva, Diretor do MHN entre os anos de 1967 e 1970, o Curso passou a denominar-se, informalmente, Escola Superior de Museologia. Mas, somente no final da década de 1970, com a transferência para a Federação das Faculdades Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ, o antigo Curso de Museus seria denominado Curso de Museologia. Somente em 1991, os cursos da então Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO passaram a ser vinculados a uma escola, surgindo, assim, a Escola de Museologia.

11 AS/DG 4 3(8) – Criação e Reformulação do Curso de Museus 1932, 44, 65, 70 – mudança de nome.

Década de 1960 e a Reforma Curricular de 1966

Destaca-se, a partir de 1960, uma nova fase para o MHN, correspondendo à gestão de Josué Montello, substituto de Gustavo Barroso, falecido no ano anterior.

Em 1960, em decorrência do 80º aniversário de nascimento de Manuel Gomes Moreira¹², a família do mesmo agracia a aluna Neyla Toledo de Macedo, bolsista pelo estado do Espírito Santo, classificada em primeiro lugar durante o Curso, com o Prêmio Manuel Gomes Moreira. No ano seguinte, Maria Mercedes Rosa, bolsista pelo Estado da Bahia, classificou-se em primeiro lugar e recebeu o Prêmio Gustavo Barroso¹³, medalha de prata, outorgada pela primeira vez a um diplomado.

O Prêmio Escola Naval¹⁴ foi criado no final da década de 1960, na Gestão Léo Fonseca e Silva, e instituído na década de 1970, através do convênio entre o MHN e a Escola Naval. O prêmio era constituído de um espadim, de modo que era conferido aos alunos do 3º ano que estivessem matriculados na Seção de Museus Históricos e obtivessem a maior nota na disciplina História Militar e Naval.

Nessa década, o Curso e o MHN não tinham a mesma projeção e prestígio do período barrosiano, porém, ao se analisar os relatórios de atividades do período Montello, podemos perceber um trabalho incansável em busca de melhorias para a Instituição e para o seu centro de ensino, como destacado no trecho a seguir.

Evidentemente, o Curso de Museus, necessita de um bem elaborado programa de divulgação dos seus objetivos, a fim de poder recrutar, anualmente, aqueles que se interessam por assuntos de museus, possibilitando-lhes os conhecimentos necessários e conferindo-lhes os conhecimentos necessários que os habilitará ao exercício da profissão de museólogo.

No entanto, a precariedade de nossas verbas e ausência de uma equipe especializada impossibilita a elaboração de um plano de divul-

12 Não foram encontradas referências sobre quem teria sido Manuel Gomes Moreira.

13 Instituída pela Portaria nº 37, de 26 de janeiro de 1961, com o objetivo de estimular e premiar os alunos do Curso de Museus que obtivessem nota superior a noventa nas três séries.

14 Sobre este prêmio, foi encontrado apenas a referência da Prof. Anna Barrafatto. No entanto, podemos deduzir que foi criado no período da gestão de Léo F. e Silva, entre os anos de 1967 e 1970.

gação, com penetração em todo o país e que nos proporcionará o recrutamento do elemento humano de que tanto os museus necessitam. (MHN, 1966, s/p.)

Em 1966, ocorre uma nova reforma curricular no Curso de Museus, mantendo a duração de três anos e, praticamente, a mesma estrutura da reforma anterior. A maior mudança refere-se à criação de duas habilitações: Museus Artísticos e Museus Históricos. Ao final do 2º ano, o aluno tinha a liberdade para escolher em qual área queria habilitar-se, sendo-lhe facultado o direito de cursar, posteriormente, a outra habilitação. Além das habilitações, foi criada a disciplina “Metodologia de Pesquisas Museológicas” e institucionalizado o estágio nas seções do MHN.

A Gestão Léo Fonseca e Silva

A 9 de maio de 1967, Josué Montello passa a direção do MHN ao Comte. Léo Fonseca e Silva, primeiro museólogo a ser nomeado oficialmente para esse cargo no MHN. Interinamente, o museu já havia sido dirigido pela, também, museóloga Nair de Moraes Carvalho. No que se refere à polêmica gestão do Comte. Léo, pouco se poderá avaliar, pois não foram encontrados os relatórios de atividades desse período. Tentar-se-á, através das correspondências, ofícios, memorandos, ordens permanentes e transitórias, analisar as transformações e os projetos de reformulações no Curso.

Um ano após a Reforma de 1966, é constituído um grupo de trabalho¹⁵ para estudar a nova reformulação, visando à transformação do Curso de Museus numa Faculdade de Museologia.

No período de sua gestão, as documentações analisadas (ordens permanentes, ordens transitórias e ofícios) versam, essencialmente, sobre a reestruturação administrativa e expositiva do MHN e do Curso de Museus, bem como inúmeros documentos referentes a normas disciplinares entre os funcionários e alunos desse Museu. No entanto, no ano de 1970, antes do final de sua gestão, Fonseca e Silva elabora um

15 MHN, Portaria nº 58, de 16 de outubro de 1967.

anteprojeto de uma Escola Superior de Museologia, denominada desta forma em toda a documentação interna do MHN. Nesse anteprojeto, essa Escola Superior de Museologia estaria integrada à, então, Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara - FEFIEG.

Ainda em 1970, na gestão Léo Fonseca e Silva, foi criada a habilitação em Museus Científicos, formando, no entanto, apenas, uma turma de dez alunos: Benedito Antonio de Souza; Catarina Eleonora Ferreira da Silva; Cristina Maria Vieira Rabello; Jurena Porto Neumann; Lais Scutto; Manoel Vital Fernandes Ferreira; Maria Ângela Fiúza Dias Pinto; Reginaldo Rodrigues Guimarães; Tereza Cristina Moletta Scheiner; e Vera Lúcia de Azevedo Siqueira.

Em 27 de fevereiro desse mesmo ano, o Conselho Federal de Educação, através da Resolução nº 14, fixa os mínimos de conteúdo e de duração dos cursos de Museologia.

Art. 1º - A formação do Museólogo se fará em curso de graduação do qual resultará o grau de Bacharel em Museologia, com menção de uma das seguintes habilitações:

Habilitação para Museus de Arte

Habilitação para Museus de História

Habilitação para Museus de Ciência e Tecnologia

Habilitação para Museus escolares polivalentes

Art. 2º - O currículo mínimo do Curso de Museologia compreenderá um tronco comum a tôdas as modalidades e uma parte diversificada.

O currículo vigente do ano letivo de 1970 demonstra bem, no início dessa década, como o Curso já se preocupava em formar um outro tipo de profissional. Não apenas um profissional que pudesse atuar nos museus de história e de arte, mas também em museus de ciências, tecnologia e com coleções vivas. Apesar da habilitação em Museus Científicos ser oferecida apenas uma vez, isso aponta mudanças no sentido de uma visão mais ampla de tipologia de museus e acervos.

As Reformas da Década de 1970

As Reformas da década de 1970 serão pontuais e mudarão, definitivamente, os rumos do Curso de Museus do MHN. Na década de 1970, as transformações do campo e dos conceitos ligados à Museologia e aos museus repercutem no Brasil e no Curso de Museus após a realização da Mesa de Santiago do Chile, em 1972, tornando inevitável a necessidade de revisão de sua estrutura curricular. Surgem, nesse período, os conceitos de museu integral, nova museologia e ecomuseu, cunhado por *Hughe de Varine*. O ensino e a prática museológica não se restringem, mais, apenas, aos museus tradicionais ortodoxos.

Nessa última reforma curricular, em 1974, enquanto vinculado ao MHN e com a denominação Curso de Museus, ocorre uma nova renovação no quadro docente e na denominação das disciplinas. Nesse mesmo ano de 1974, são suprimidas as habilitações específicas e a última turma a se formar, habilitada nas seções de museus históricos ou artísticos, ocorre em 1977. Nessa nova reforma, a duração é ampliada para quatro anos, priorizando uma formação mais ampla e interdisciplinar. De acordo com o Regimento e com o Currículo do Conselho Federal de Educação, o Curso de Museus tem por finalidade:

a) formar profissionais e especialistas de Museologia; b) realizar, desenvolver e incentivar a pesquisa no campo da Museologia; c) aprimorar processos, métodos e técnicas relativas aos problemas de Museus, e divulgar seus resultados; d) contribuir, pelos meios ao seu alcance, inclusive em articulação com entidades nacionais e internacionais, para o estudo dos problemas da Museologia, tendo em vista a dinâmica do desenvolvimento do país; e) estender o ensino e a pesquisa à comunidade, mediante cursos ou serviços especiais... (BRASIL, Parecer nº. 4.127, 06-12-1974. Aprova o Regimento do Curso de Museus)

Em 1977, o curso foi incorporado à Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro - FEFIERJ, antiga FEFIEG, continuando a funcionar nas instalações do MHN até 1979. Pelo Decreto-lei nº 66.655 de 1979, a FEFIERJ passou a denominar-se Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO e, em agosto desse mesmo ano, o Curso foi transferido

do MHN para o recém-inaugurado prédio do Centro de Ciências Humanas (CCH), na Urca.

Após 45 anos vinculado à direção do MHN, 1932-1977, o curso ganha, efetivamente, o tão almejado *status* universitário ao ser transferido para a FEFIERJ, sob a tutela do Ministério da Educação. Abaixo, trecho sobre a transferência do Curso de Museus do MHN para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro - FEFIERJ.

A transferência do Curso de Museus para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro - FEFIERJ (hoje UNIRIO), foi um passo significativo para que o Curso se separasse definitivamente do Museu Histórico Nacional, até então vistos numa unidade institucional. Saindo da tutela de um lugar de memória para o campo de produção crítica do conhecimento, o universitário, o Curso ganhava novo status e novas possibilidades de renovação. (MAGALHÃES, 2002, p.127-128)

Considerações Finais

Ao assumir a direção do Curso de Museus do MHN, em 1932, Gustavo Barroso, talvez, não tivesse vislumbrado que aquele curso, concebido, inicialmente, com a função de formar técnicos para o MHN, fosse assumindo um formato cada vez mais acadêmico e científico até culminar com seu ingresso definitivo no âmbito universitário, perdurando por quase oito décadas de atividades ininterruptas. O Curso de Museus formou inúmeros museólogos, que se encontram espalhados por todo o território brasileiro, atuando, sobretudo, no processamento técnico dos mais diversos tipos de museus e instituições culturais, bem como no magistério em Museologia e áreas afins dos inúmeros cursos de graduação. Pode-se dizer que a iniciativa pioneira de Barroso em institucionalizar o ensino da Museologia no Brasil foi uma atitude, extremamente, significativa para as áreas dos museus, da Museologia e do Patrimônio como um todo. Vale reforçar que, durante 38 anos, de 1932 a 1970, o Curso de Museus foi o único centro formador de profissionais de museus com especialização específica na área, tornando-se uma referência nacional.

Durante os 44 anos em que esteve vinculado à Direção do MHN, 1932-1976, o Curso de Museus passou por importantes reformulações estruturais, curriculares e ideológicas, que delinearão e definiram o perfil do aluno, matriculado e concluinte, atendendo às novas demandas e transformações da sociedade e das políticas educacionais e culturais.

Referências

ABREU, Regina. **Memória, história e coleção.** *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 28, p. 34-64, 1996.

BARROSO, Gustavo. **A carreira de conservador.** *Anais do Museu Histórico Nacional*, v.8, p. 229-234, 1947.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos; SÁ, Ivan Coelho de. **Do horizonte do passado ao horizonte do futuro: 75 anos da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1932-2007).** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.

DUMANS, Adolpho. **A ideia de criação do Museu Histórico Nacional.** Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1947.

_____. **O Museu Histórico Nacional através de seus 25 anos de existência.** *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 29, p. 24-31, 1997

KESSEL, Carlos. **O movimento neocolonial e a preservação do patrimônio.** *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 33, p. 173-188, 2001.

LOPES, Maria Margareth. **A formação de museus nacionais na América Latina Independente.** *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 30, p. 121-145, 1998.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Culto da Saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional (1922-1959).** Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

_____. **Colecionando relíquias...** Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). 2004. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História do IFCS / UFRJ). Rio de Janeiro, UFRJ/ IFCS, 2004.

_____. **O que se deve saber para escrever a história nos museus?.** *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 34, p. 107-130, 2002.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1923.

_____, 1963.

_____, 1970.

_____. Portaria nº 58, 1967.

NAZARETH, Gilson do Couto. **Fundamentos epistemológicos da Museologia: uma proposta ao problema curricular.** Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos. **O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-RJ. Rio de Janeiro, PUC, 2003.

SÁ, Ivan Coelho. **História e Memória do Curso de Museologia: do MHN à UNIRIO.** *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 39, p. 10-48, 2007.

_____. Apresentação. In: PITAGUARY, Geraldo. **A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo: memórias de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus - MHN em 1945.** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006, p.11-28.

SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional.** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2007.

SANT'ANA, Thaís Rezende da Silva de. Fincando Estacas: a Exposição do Centenário da Independência do Brasil de 1922 nas fotografias da coleção Augusto César Malta de Campos pertencente ao Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional. 19&20, Rio de Janeiro, v. II, n. 2, abr. 2007. Disponível: <http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/expo_1922.htm>. Acesso: 05 de jun. 2009

SANTAFÉ, Elena Carrión. **La formación museológica en España.** http://www.mcu.es/museos/docs/MC/MES/Rev02/Rev02_Elena_Carrión.pdf. Acesso em 29-06-2008, 09:30 horas.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Museus brasileiros e política cultural.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19, nº 55. 2004. p. 53-73 .

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Os museus etnográficos brasileiros: “polvo é povo, molusco também é gente”.** In: **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.67-98.

SILVA, Léo Fonseca e Silva. **Museologia, um estudo sistemático do passado, também tem curso.** *Revista Esso*, ano 30, n.2, p.21-24, 1967.



Sistemas e Redes de Museus: políticas para a gestão de acervos

Manuelina Maria Duarte Cândido

103

Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará, especialização em Museologia pela Universidade de São Paulo e mestrado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo. Doutoranda em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Lisboa - Portugal), onde desenvolve pesquisa sobre gestão de museus e metodologias para a realização de diagnósticos museológicos. Professora Assistente I da Universidade Federal de Goiás (UFG), de Museologia.

A articulação de redes como instâncias de interconexão e colaboração entre indivíduos ou organizações é uma das características marcantes do nosso tempo, tirando proveito da liberdade e da dinâmica desses arranjos.

No âmbito museológico descobrem-se mais vantagens do estabelecimento de redes e elas se multiplicam, dando origem a uma enorme gama de espaços de troca e colaboração mútua como Rede Brasileira de Museus de Medicina, Rede de Museus do Estado do Rio de Janeiro, Rede de Museus da UFMG, Rede de Educadores em Museus, Rede de Informação sobre Acessibilidade em Museus, Rede de Museus e Acervos de Arqueologia e Etnologia, para citar apenas alguns.

Por outro lado, Sistemas de Museus têm sido estabelecidos, estimulados, inicialmente, por um Sistema Nacional de Museus, desde 1986, que inspirou iniciativas como o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, de 1991, e o Sistema Integrado de Museus do Estado do Pará, criado em 1998. Com a Política Nacional de Museus - PNM, de 2003, este movimento ganhou novo fôlego. A adesão dos museus ao atual Sistema Brasileiro de Museus é expressiva e é muito oportuno pensar sobre as novas fronteiras sugeridas por esta configuração.

Propõe-se pensar, então, sobre os seguintes pontos:

- redes e sistemas;
- o papel do sistema no campo da cultura;
- sistema de museus e política de acervos: novas fronteiras e possibilidades de gestão.

Com base em Carvalho (2008, p.19), compreende-se que,

Redes de informação e de conhecimento formam uma nova estrutura de valores e características de relações de poder que compartilham dos mesmos códigos de construção da sociedade e geram uma rede de fluxos capazes de criar novos paradigmas de gestão mais dinâmicos, flexíveis e descentralizados, por serem estruturas abertas.

A autora destaca o potencial dos recursos patrimoniais dos museus propondo a gestão integrada como possibilidade para visibilidade e maior acesso aos mesmos: “Assim, para a potencialização dos recursos de gestão estratégica, a criação de redes é de extrema importância para que sejam cumpridas as metas e as missões de cada instituição num mundo cada vez mais competitivo e global.” (CARVALHO, 2008, p.32)

Como vantagens das redes, elenca a diminuição da desigualdade entre seus componentes, o reforço das identidades, a potencialização de recursos, o estímulo das demandas (idem: 42), além das vantagens econômicas de economia de escala e de externalidades recíprocas, que serão retomadas a seguir. É importante esclarecer que a autora não tece diferenciação entre redes e sistemas, inclusive nos estudos de caso apresentados, quando elenca entre as redes estudadas o Sistema Espanhol de Museus e alguns sistemas regionais como o da Catalunha e o da Andaluzia. Em Portugal, a denominação é Rede Portuguesa de Museus, mas ela pertence ao Estado, especificamente, ao Instituto de Museus e da Conservação (IMC), que substituiu, em 2007, o Instituto Português de Museus (IPM), criado em 1991.

A característica, possivelmente distintiva, seria a existência de redes horizontais e verticais. Embora destaque-se que os nomes nas redes não evidenciam em que modelo elas se enquadram, a autora entende que na rede vertical há um proprietário ou administrador comum, isto é, há uma diferenciação hierárquica inexistente nas redes horizontais. Para o que, aqui, se denomina sistemas, Carvalho usa a expressão ‘redes oficiais’. Como se viu, o uso indistinto dos termos rede e sistema não contribui para esclarecer a diferenciação, mas se prefere entender como rede aquela articulação sem distinção hierárquica entre as partes, cuja gestão pode ocorrer em regime de rodízio, com eleição, e o sistema

como articulação a partir de um proponente que será o seu gestor, em geral o Estado.

A finalidade dos sistemas no campo da cultura é sugerida da seguinte forma em documento da Secretaria de Articulação Institucional (2009: 06):

A atuação do Estado no campo da cultura não substitui o papel do setor privado, com o qual deve, sempre que possível, atuar em parceria e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios. No entanto, ao Estado cabe (*sic*) papéis e responsabilidades intransferíveis como, por exemplo, o de garantir a preservação do patrimônio cultural e o acesso universal aos bens e serviços culturais ou o de proteger e promover a sobrevivência e desenvolvimento de expressões culturais tradicionais, que dificilmente seria assumido pelo setor privado.

Dessa forma, realça-se a importância de sistemas de museus nos diversos patamares do Estado brasileiro (federal, estadual e municipal), com objetivos como credenciamento de museus, definição de diretrizes museológicas, apoio técnico e financeiro, articulação institucional, fomento aos diversos níveis e perfis de formação profissional, entre outros.

No que tange à Política Nacional de Museus (2003), da qual se originou, em 2004, o Sistema Brasileiro de Museus, foram criados sete eixos programáticos, quais sejam:

1. gestão e configuração do campo museológico;
2. democratização e acesso aos bens culturais;
3. formação e capacitação de recursos humanos;
4. informatização de museus;
5. modernização de infraestruturas museológicas;
6. financiamento e fomento para museus;
7. aquisição e gerenciamento de acervos museológicos. (BRASIL, 2009).

São os eixos dois e sete que mais interessam para pensar sobre pesquisa, coleta, documentação e informação em museus, e sobre política de acervos e desafios para sua gestão.

Em relação à democratização e acesso aos bens culturais, a PNM prevê apoio à criação de redes de informação entre museus e entre seus profissionais, estímulo ao desenvolvimento de metodologias de

gestão participativa, criação de mecanismos e programas que contemplem tanto a salvaguarda como a comunicação dos acervos, incluindo documentação, organização, conservação, informatização, exposições, oficinas e eventos multi-institucionais, apoio à publicação e difusão específica sobre museus e museologia, apoio à democratização do acesso, medidas de socialização das experiências.

No item de aquisição e gerenciamento de acervos são contemplados programas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, conservação, restauração e difusão dos acervos em diferentes níveis administrativos, considerando as diferentes etnias constitutivas da Nação, ênfase na aquisição de acervos que consideram a diversidade étnica brasileira, a vida social e a cultural do século XX, apoio à conservação e restauração de bens culturais, apoio à fiscalização e controle do tráfico ilícito de bens culturais; e, também, às ações de reconhecimento e proteção dos bens culturais vinculados à história e à memória local ou nacional.

Sendo assim, no que diz respeito à questão dos acervos, o Sistema Brasileiro de Museus tem, efetivamente, a perspectiva de ampliação das fronteiras de pesquisa, coleta, documentação e informação. A exemplo dele, sistemas estaduais e municipais e, também, a modalidade das redes horizontais de museus devem constituir instâncias de integração de acervos e políticas de acervos, com grandes vantagens para todo o setor museológico.

Citou-se, rapidamente, duas vantagens econômicas da ação em rede em qualquer área e das quais os museus, especificamente, podem usufruir. A economia da escala acontece quando a ampliação do empreendimento gera uma redução de custos:

No caso de formação de redes, o benefício da escala [...] ocorre mesmo com os museus não alterando sua escala individualmente. Atuando em rede, eles podem, por exemplo, reduzir os custos de aquisição de materiais, como a de folhetos [...]. Pode-se também admitir que, com a união de forças, uma rede terá maior poder de barganha para obter patrocínios e verbas. Da mesma forma, poderão estabelecer um plano de marketing em conjunto, com o custo médio por membro da rede sendo menor que o que ocorreria se o plano fosse individualizado, caso em que talvez nem fosse realizado. Na mesma linha se inscrevem outros custos, como o de compartilhamento de sites, o de impressão de ingressos, de

contratos de restauração de obras, de realização conjunta de programas para o pagamento de pessoal, de aquisição de materiais museográficos para as exposições, e de ações como a definição de um roteiro integrado de visitas com transporte (de obras e do público visitante) e divulgação conjunta. (CARVALHO, op cit: 40)

A essas possibilidades, acrescenta-se o compartilhamento de estruturas como laboratórios de conservação ou mesmo, com a devida atenção a questões de segurança e logística, reservas técnicas. Sendo tanto uns como outros organizados em razão de especificidades de materiais; muitos museus não comportam ter mais de uma reserva técnica e, muito menos, vários laboratórios de conservação (e respectivos conservadores) para atender à diversidade do seu acervo. Assim, um sistema de museus (considerando que para redes em que os museus pertençam a diferentes mantenedores haja complicadores não de todo insuperáveis) pode, especialmente em cidades pequenas ou em um local de grande concentração de instituições museológicas, partilhar essas estruturas.

Pode-se sugerir, ainda, como economia de escala, a contratação de consultorias para um conjunto de museus com desafios semelhantes, ou a organização de compras de material de consumo específico, para acondicionamento ou conservação de acervos; por exemplo, isso representa a ampliação da visibilidade de demandas de materiais de interesse dos museus, que estejam sendo produzidos em escala mínima, como papéis fotográficos, para citar apenas um.

Carvalho (2008) acrescenta como vantagem econômica as externalidades recíprocas, que define como

[...] benefícios auferidos de forma gratuita por um agente econômico, podendo acontecer de nem mesmo o agente fornecedor do benefício ter conhecimento de sua existência. [...] No caso dos museus, na medida em que um museu divulga também outros, estimulando a visitação a eles, isso facilitará a difusão de informações sobre cada um e aumentará a clientela de todos. O contato entre diretores e funcionários dos membros da rede também poderá gerar externalidades derivadas de acesso a mais informações, conhecimentos e especialização. (idem: 40)

Outras externalidades citadas pela autora dizem respeito à infraestrutura de estradas, hospedagem e alimentação para visitantes no entorno dos museus. Além da própria geração de demanda por parte dos visitantes nesse sentido, não se pode esquecer as conclusões dos estudos de públicos de museus europeus realizados por Bourdieu e Darbel (2003, p. 69), onde perceberam que a falta da prática cultural “é acompanhada pela ausência do sentimento dessa privação”, ou seja, a questão da formação de público é imprescindível e as externalidades podem contribuir para seu fomento.

Em relação aos acervos a rede permite, mesmo mantendo as coleções em suas respectivas sedes, promover uma visão de conjunto o que é de extrema importância quando são referidas a algumas categorias de acervo comuns a vários museus. Um exemplo disso são os museus da imagem e do som, cujo acervo, já marcado pela reprodutibilidade, pode ser voltado para a produção local e a complementaridade entre os diversos MIS do Brasil ou de um estado daria o panorama mais amplo¹. É importante pensar com seriedade na racionalização da aquisição de acervos e as redes devem contribuir para que museus afins pensem em uma sistemática de permuta e exclusões (um tabu a ser enfrentado pelos museus) de acervos que evitem redundâncias e permanências de lacunas.

Esse tema ainda não está sendo encarado por reflexões sistemáticas em nossos museus, mas é uma preocupação cada vez mais forte internacionalmente. Países como Alemanha, Inglaterra, Holanda e Áustria encabeçam discussões que envolvem, inclusive, a possibilidade de devolução de doações. Será que se faz de maneira sistemática, aqui, a documentação dos objetos doados em sua entrada que permita executar uma ação dessa natureza, caso o futuro decida por ela?

Em uma visita técnica ao Museu Histórico de Leipzig², na Alemanha, em 2010, pôde-se ter dois longos dias de conversa com seu diretor, Dr. Volker Rodekamp, que, também, era então Presidente da Associação Alemã de Museus³, e percebeu-se como os museus alemães estão se debruçando sobre a questão.

1 Uma reflexão mais detalhada sobre este tema está apresentada em Duarte Cândido, (2010, p.69 - 102).

2 Stadtgeschichtliches Museum.

3 Deutsche Museumsbund.

Em que pese um certo conservadorismo do pensamento alemão sobre os museus⁴, é satisfatória a clareza de que os museus alemães têm, de que: ter/coletar/manter não são a função básica do museu. Algumas experiências em pequenos e médios museus do Ceará e de outros estados mostraram que apesar do avanço da discussão teórica da Museologia, a prática ainda é de coleta indiscriminada, e a passagem pelo Museu da Imagem e do Som do Ceará – que nem é um museu muito pequeno e nem fora dos grandes centros – foi bastante emblemática disso.

Na Alemanha, parece haver uma mobilização maior, no momento, para a discussão em rede sobre questões como:

- a coleta como um enorme desafio para os museus históricos, cada vez mais complexa, por conta do número muito maior de objetos que um indivíduo hoje produz/possui/usa/descarta ao longo da vida. Necessidade do museu discutir o que colecionar, e o que não;
- problema das doações como aquisições passivas dos museus, que devem se dedicar a aquisições ativas que preencham lacunas já identificadas no acervo. Consequentemente, necessidade de orçamento para as aquisições ativas.

É aceito que não faz sentido se colecionar coisas sobre as quais não se tem um pensamento, mas, na prática, percebem-se alguns museus coletando com a perspectiva de que o pensamento sobre os objetos seja construído em um momento posterior à coleta, não o contrário. Nos países citados, o debate aponta para a necessidade de pensar em rede essas coletas, evitando duplicidade entre acervos de diferentes instituições e criando (e publicando) por essas redes espécies de guias ou manuais,

4 Uma interpretação inteiramente pessoal, claro, baseada no fato de que foram citados por este interlocutor (que em alguns momentos fazia um panorama da cena museológica do país, mas em outros colocava um pensamento mais particular) como grandes problemas dos museus coletar, preservar – no sentido do que aqui temos usado salvaguardar, já que entendemos a preservação como um processo maior que envolve também a comunicação – e pesquisar. Sentimos, portanto, a ausência da comunicação como preocupação também central, embora possamos compreender isto em um contexto onde foi afirmado: 1 - que os recursos dos museus estão há anos dirigidos apenas à realização de exposições, abandonando as outras funções que, portanto, tornaram-se mais problemáticas; 2 - a relação dos museus com o público é bem diferente da nossa realidade. Houve até mesmo a afirmação de que o público de museus na Alemanha é maior que o de estádios de futebol.

que orientem essas discussões no âmbito interno dos museus, e motivem uma reflexão mais profunda sobre seu perfil e de seus acervos.

Outra questão que apareceu nas conversas e que, mesmo com os cuidados relativos aos diferentes contextos dos museus no Brasil e na Alemanha, acha-se válido mencionar a questão da gestão em longo prazo. Pensa-se que, aí, há um problema comum, quando o interlocutor falava de instituições de longa duração mas com investimentos dirigidos ao presente. Pode-se até concordar que, de fato, quando os recursos aparecem, há sempre uma preferência por seu emprego nas atividades de comunicação, e que as funções do museu, que não aparecem tanto aos olhos do público, são pouco atraentes a patrocinadores e governos. Um importante papel das redes e sistemas de museus poderá ser, portanto, aqui como lá, a atuação em discussões junto aos governos para afirmar a necessidade de orçamento específico para preparar os museus para o futuro. E isso quer dizer investimento em gestão, em pesquisa, em salvaguarda, em infraestrutura, em formação/atualização de recursos humanos.

O que parece não estar claro, ainda, são os limites dos sistemas atrelados ao Estado. Por uma pequena experiência em momentos de encontros e reuniões do Sistema Estadual de Museus do Ceará, percebeu-se que os museus tinham expectativas poucos realistas; por um lado, de que se o Sistema era um braço do Estado, que ele assumisse muito da manutenção dos museus que a ele aderissem⁵ e que se encontravam em difícil situação financeira; e, por outro, que se o Estado não atendes-se às expectativas dos museus, o Sistema os representasse como instância de resistência ou mesmo denúncia. Havia em diversos momentos uma incompreensão dos limites do Sistema, como órgão do Estado, de estender seu amparo financeiro para além das instituições sob sua tutela direta a não ser por mecanismos como os editais; e, também, sobre como os gestores dos sistemas nomeados pelo Estado não podiam a ele se opor por conta dos descontentamentos dos membros do sistema sobre sua ação. Para esses fins caberia mais a ação de redes independentes, e as oficinas e fóruns promovidos pelos sistemas precisam debater essas questões e serem claras nas campanhas de adesão.

5 Não podemos deixar de mencionar a criação ainda agora de muitos museus sem nenhum planejamento ou mesmo reflexão sobre a posterior manutenção, observação que se aplica tanto a iniciativas de autoridades locais como de particulares e grupos organizados.

Referências Bibliográficas

BERTOTTO, Márcia Regina. **Análise das políticas públicas para museus no Rio Grande do Sul** - um estudo de sua eficácia no desenvolvimento das instituições gaúchas. Porto Alegre: PUC-RS, 2007. (Dissertação de mestrado).

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. São Paulo: EDUSP, Zouk, 2003.

BRASIL. Política Nacional de Museus. Brasília: Ministério da Cultura. Disponível online in: http://www.museus.gov.br/politica_apresentacao.htm. Acesso em 30/11/2009.

CARVALHO, Ana Cristina Barreto de. **Gestão do patrimônio museológico: as redes de museus**. São Paulo: USP - Escola de Comunicações e Artes, 2008. (Tese de Doutorado)

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. **Diagnóstico museológico: abordagens e práticas no Museu da Imagem e do Som do Ceará**. In: Cadernos do CEOM, 31. Chapecó (SC): Unochapecó, 2010. p. 69- 102.

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL, COORDENADORIA GERAL DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E SOCIEDADE. Grupo de Trabalho 1 - Arquitetura e Marco Legal do Sistema Nacional de Cultura. **Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília, MINC: 2009. Disponível *online in*: http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2009/07/SNC_DOCUMENTO_APROVADO_CNPC_27AGO2009.pdf. Acesso em 01/12/2009.



Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo: qual é o papel dos museus e dos Centros de Memória?

Maria Cristina Oliveira Bruno

115

Museóloga e Professora Titular em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Licenciada em História pela Universidade Católica de Santos, com três especializações em Museologia pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Pequenos Museus; Museu de Arte e História, e Museu de Ciência e Técnica), mestrado em História Social / Pré-História pela Universidade de São Paulo e doutorado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo.

A valorização das políticas públicas nos processos de redemocratização que ocuparam as preocupações dos brasileiros nas últimas décadas tem despontado nos mais diversos cenários da sociedade de norte a sul do país, assumido diferentes contornos e modalidades, no que se refere à administração das questões coletivas, em especial na gestão dos indicadores da memória e das referências patrimoniais. A sociedade civil passou a se organizar em torno de diferentes interesses e, paulatinamente, tem interferido em decisões importantes, que definem rotas prospectivas no que se refere aos destinos da Nação.

Discutem-se os problemas básicos sobre emprego, habitação, saúde, educação formal, ao tempo em que os temas ligados ao desenvolvimento sustentável, ao turismo não predatório e às reciprocidades entre as potencialidades regionais são valorizados e assumem protagonismo na pauta daqueles que participam das decisões nacionais. Pode-se afirmar, sem receio do exagero, que, hoje, se entende que todos os temas referentes às esferas coletivas devem ser tratados de forma transparente e participativa. E que se tem o compromisso de opinar e contribuir com as decisões no que tange às políticas públicas.

É verdade que ainda se enfrenta alguns problemas crônicos vinculados às baixas taxas de Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e à erradicação da pobreza, mas são perceptíveis os avanços que o país tem experimentado e as mudanças no que tange à gestão pública nos mais variados campos. A área correspondente à gestão cultural, em função da sua expressiva pluralidade tem sido alvo de muitas e importantes iniciativas. Por um lado, os grupos sociais têm se organizado e atuado de forma sistemática em função da valorização das mais variadas manifestações culturais e, por outro, os distintos segmentos do poder público têm proposto diversos modelos de gestão, que se articulam a partir de redes e sistemas, contando com a dinâmica participação de representantes da sociedade.

As instituições que têm a responsabilidade pela preservação patrimonial estão inseridas nos processos buscando a implantação de novas formas de gestão e, ao mesmo tempo, têm a preocupação expressiva referente à inclusão social. É possível afirmar que, para o campo dos museus e dos memoriais, a perspectiva das ações inclusivas tornou-se imprescindível, valorizada pelos seus profissionais e alvo de atenção de seus dirigentes. Mas, sem dúvida, o principal desafio.

Trata-se de delimitar um contorno mais nítido para que essas instituições desempenhem, efetivamente, uma função pública, preservando a herança cultural em suas múltiplas possibilidades, refinando a sua vocação educacional, contribuindo com o aperfeiçoamento das noções de pertencimento das memórias individuais e coletivas e, especialmente, priorizando a acessibilidade e a atuação inclusiva, no que tange aos grupos marginalizados em suas diferentes modalidades.

Pode-se abordar as questões que envolvem os problemas de inclusão social no contexto das políticas públicas e dos museus e memoriais sob vários caminhos. Optou-se, neste ensaio, valorizar um ponto de vista museológico; e, nesse sentido, organizou-se esta reflexão em três vetores de análise.

Em um primeiro momento, é necessário verificar a historicidade dos processos museológicos e, em especial, suas especificidades no cenário brasileiro, com vistas à análise das bases sobre as quais as instituições preservacionistas construíram relações com as sociedades ao longo do

tempo. Em seguida, cabe uma análise sobre o perfil das ações museológicas técnico-científicas, para a identificação das reais potencialidades dessas instituições, frente aos desafios de inclusão social. Finalmente, merece destaque a explicitação de uma perspectiva de futuro para traçar os caminhos, a partir dos quais essas instituições assegurem o seu comprometimento social para o futuro.

Para essa análise, parte-se da consideração de que os museus e memoriais, hoje, são instituições humanizadoras, atuando a serviço das sociedades, com responsabilidades preservacionistas, com explícita vocação pedagógica e comprometidas com o desenvolvimento socio-cultural das distintas populações onde estão inseridas. São instituições públicas que atendem a distintos modelos, desde os grandes e centenários museus, até as pequenas instituições comunitárias, passando pelos memoriais temáticos e biográficos. Cabe ainda sublinhar que podem estar vinculadas aos mais díspares organismos públicos.

As últimas décadas do século XX assistiram à explosão do fenômeno museológico em todos os continentes. Os apelos do mundo globalizado, as oportunidades tecnológicas, as discussões com forte expressão étnica, as necessidades implícitas à sociedade de consumo, dentre muitos outros desafios, estão na base das mudanças e dos novos cenários desvelados pelos museus e memoriais, permitindo diferentes formas de abordagem em relação à herança patrimonial.

Da mesma forma, o entrelaçamento sem hierarquias entre o patrimônio material e imaterial, a valorização das expressões estéticas populares igualmente àquelas produzidas pelas elites, a popularização da difusão científica e a fruição mais ampla propiciada pelas novas mídias são apenas alguns aspectos que se podem registrar, no sentido de identificarem os caminhos dessa explosão e o quanto estão comprometidos com as novas funções públicas.

Entretanto, essas instituições são permeadas por paradoxos. Atuam a partir de objetos que são interpretados, mas se submetem aos inúmeros olhares interpretantes e desafiadores do público; pregam uma moral preservacionista desenvolvendo diversas atividades que visam à proteção de suas coleções, mas se empolgam com os recursos expográficos e suas respectivas potencialidades de extroversão e comunicação. Afir-

mam que os acervos devem gerar conhecimento novo, mas se descuidam das pesquisas, como também, defendem a ação educativo-cultural mas encontram dificuldades para desenvolver atividades interdisciplinares e amparar a partilha de experiências profissionais intramuros.

Essas instituições servem a todas as ideologias. Têm atuação importante nos países do primeiro mundo, tanto quanto nos países periféricos. Procuram a solidez das tradições, mas enfrentam as rupturas, no que se refere às trajetórias culturais. Servem à valorização da criação artística das sociedades e, ao mesmo tempo, denunciam as atrocidades que permeiam os sistemas políticos ao longo dos tempos.

Equilibrando-se entre esses paradoxos, os museus e os memoriais têm sobrevivido à passagem do tempo, apesar das muitas denúncias de que essas instituições congelam o tempo e são impermeáveis às mudanças.

Consideram-se, também, que as instituições de memória existem em todos os continentes, que atendem a ideias globalizantes e pontos de vista locais e que, acima de qualquer outra atividade, têm compromissos explícitos com a salvaguarda e comunicação de coleções e acervos relativos à herança cultural da humanidade, tornando-se espelhos – para o bem ou para o mal - onde as sociedades podem se reconhecer, a partir da construção das noções de identidade, pertencimento e autoestima.

Em muitos lugares essas instituições são ícones urbanos; em outros, representam opções de lazer e turismo e, ainda, em alguns países, assumem o papel de símbolos nacionais. Em todos os lugares, têm desempenhado um enorme papel em relação à educação da memória, colaborando para a compreensão sobre os valores que as sociedades precisam esculpir, no difícil cotidiano, onde os princípios de cidadania são desafiados a todo instante.

Alguns olhares especializados interpretam que essas instituições representam, contemporaneamente, espaços privilegiados para o desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade econômica, gerando opções de trabalho, influenciando o estabelecimento de outros serviços em seu entorno, ou seja: alavancando as economias locais. Em outra perspectiva, os processos museológicos têm servido de metodologia para a abordagem e tratamento dos indicadores inerentes aos movimentos sociais.

No Brasil, a esses paradoxos somam-se, ainda, as questões relativas à busca do equilíbrio entre as ações de preservação e as opções político-econômicas orientadas para o desenvolvimento do país. São questões pertinentes aos impasses sobre os caminhos da democratização da educação; sobre a articulação entre tantas e diferentes manifestações culturais; sobre o tratamento dos acervos gerados em projetos de impacto ambiental; sobre o uso do patrimônio para a diminuição das diferenças sociais, como, também; sobre a competência da organização técnica das instituições do país; sobre a vulnerabilidade dos museus em relação às oscilações políticas; e, sobre a capacidade institucional de ampliar os seus repertórios patrimoniais.

A partir de uma perspectiva brasileira, sabe-se que essas instituições, especialmente os museus, representam mais uma herança do modelo de colonização, mas têm assumido uma nova face enriquecida pelas nossas características nacionais; que hoje estão espalhados de forma expressiva em todas as regiões do país, mas ainda pontuam as diferenças entre norte e sul, litoral e sertão, erudito e popular, centro e periferia, entre tantas oposições de difícil manejo da nossa realidade. Aqui, como em outras partes do mundo, as instituições museológicas, também, convivem com paradoxos.

É dessa perspectiva que foram elaboradas as reflexões, agora reunidas neste ensaio, com a intenção de estabelecer um fio condutor entre o perfil das instituições contemporâneas que tratam de acervos patrimoniais e as exigências das ações de inclusão social, considerando a historicidade desses processos, as suas especificidades técnicas e os desafios futuros.

Falar sobre inclusão social à luz da historicidade dessas instituições pode parecer, inclusive, um desrespeito à memória e à história, pois sabe-se que, ao longo de muito tempo, essas foram extremamente elitistas, excludentes e autocentradas. Criaram e consolidaram a sua face pública como instituições comprometidas com o poder em suas diferentes manifestações e que serviram aos processos de colonização, emprestando a sua imagem para a consagração das elites econômicas, artísticas e científicas.

São responsáveis pelo tratamento da herança cultural, mas sabemos que nos últimos três séculos se firmaram em torno de enormes lacunas e esquecimentos, apesar de serem responsáveis por impérios de acervos.

Um olhar sobre a história dessas instituições ao longo dos três séculos evidencia esses caminhos obscuros e coniventes com a manipulação do poder, mas este mesmo olhar evidencia, também, sua colaboração com a produção de conhecimento, com a administração da memória, e com a democratização do saber.

Assim, é possível afirmar que à luz da historicidade de sua trajetória, desafios têm sido enfrentados e que, hoje, seus profissionais são conscientes de que precisam libertá-los das amarras do poder, tanto político, quanto científico e cultural. Entendem, ainda, que esses caminhos libertários devem estar permeados, muito mais pelo árduo trabalho cotidiano, do que pelo discurso que se recusa a enfrentar os bastidores museológicos.

É justamente nesse cotidiano que se encontra o segundo vetor de análise a que se propôs essa reflexão: revisitar as potencialidades museológicas, no que tange ao enfrentamento dos desafios relativos à inclusão social, que nos obriga a verificar como as ações e os procedimentos técnico-científicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural) estão sendo implementados e atualizados.

Aqui, a reflexão sobre o tema encontra um cenário fértil de conquistas, novidades metodológicas, técnicas surpreendentes e uma sistemática busca de soluções para os problemas. O que nos permite afirmar que, do ponto de vista de potencialidade técnica, as instituições preservacionistas estão orientando os seus esforços para a inclusão social.

É notável o avanço da arquitetura de museus e memoriais, que tem motivado a experimentação de nova conjugação de espaços, com perfis mais inclusivos e acessíveis. É reconhecido o esforço pela organização documental dos acervos e sua respectiva disponibilização pública. Sabe-se das incontáveis conquistas relativas a novas perspectivas para a conservação das coleções. São conquistas importantes que têm colaborado de forma indelével à organização dos acervos e sua respectiva disponibilidade.

Despontam, ainda, as inúmeras experimentações expográficas e educativas que têm permitido aos museus e memoriais se autodefinirem como canais de comunicação, agências educativas e espaços de inclusão social, sem nenhum constrangimento e desvelando de forma plena toda a sua potencialidade, assegurada por competentes programas de formação e capacitação profissionais, por pesquisas em todos os níveis do universo museográfico e por publicações que se multiplicam de forma corajosa e competente.

Essa potencialidade reconhecida e assegurada tem colocado essas instituições em muitos contextos, impensáveis há alguns anos, como, por exemplo, defendendo a importância do patrimônio intangível, abrindo as suas portas para os segmentos sociais desfavorecidos e marginalizados, advogando a favor da inserção de suas atividades nos programas de políticas públicas, dentre muitos outros contextos desafiadores.

Entretanto, ao conduzir essa reflexão, encontra-se um ponto essencial, cuja análise mostra, de forma incontestável, quanto os museus e memoriais têm procurado se distanciar das amarras elitistas e autocentradas. Enfatiza-se, especialmente, a importância que essas instituições têm dado aos trabalhos de avaliação de suas atividades e de seus impactos na sociedade.

Para uma trajetória institucional amparada pelo poder em suas distintas dimensões, consagrada às elites e permeada por olhares excludentes, a submissão à avaliação é algo extremamente significativo nessa caminhada de inclusão e de respeito à opinião do outro.

É possível afirmar que, para uma análise sobre as relações entre essas instituições e as perspectivas de inclusão social, o domínio sobre as metodologias de avaliação e sobre a análise e contextualização de seus resultados no âmago dos processos museológicos é o ponto mais profundo a que se consegue chegar, em relação ao domínio sobre as potencialidades institucionais.

Mas a cena contemporânea ainda impõe outro e enorme desafio museológico. Apesar de todos os avanços técnicos, do refinamento dos discursos teóricos que têm ampliado o escopo dos campos da ação museal, ainda não se conseguiu ampliar – de forma contundente – os

nossos repertórios patrimoniais, os conteúdos nos acervos institucionais. Com raras e honrosas exceções, continua-se atuando em torno dos mesmos acervos e coleções, e as referências patrimoniais dos excluídos e aquelas que evidenciam a expressiva diversidade cultural ainda não foram contextualizadas nas dinâmicas museológicas da administração da memória em suas distintas modalidades.

Esse aspecto é o maior dos desafios contemporâneos, pois reflete a necessidade de um olhar mais generoso e multifacetado em relação à realidade a ser musealizada e preservada. Ele interroga sobre qual patrimônio se está legando para o futuro. Da mesma forma, ele indica a necessidade de novas metodologias de seleção dos acervos dos museus e dos memoriais e, em especial coloca à prova as importantes iniciativas de ação educativo-cultural que têm sido implementadas, pois apesar de todas as inovações e rupturas, ainda se continua a dialogar com as sociedades a partir das mesmas coleções e acervos. E esta é a questão central desta reflexão!

Esse olhar generoso acima referido, associado às inovações tecnológicas que têm garantido a modernização das instituições preservacionistas, e em diálogo constante com os desafios inerentes à formação profissional especializada, devem representar a garantia de futuro para que as políticas públicas integrem os museus e os memoriais na dinâmica contemporânea da sociedade brasileira.

A partir das reflexões apresentadas neste ensaio pode-se reiterar três pontos fundamentais que colaboram com a compreensão sobre o papel dos museus e dos memoriais no contexto das políticas públicas no Brasil. Em um primeiro segmento, entende-se que as instituições preservacionistas ajudam a entender a importância do uso qualificado das referências patrimoniais para o exercício de cidadania, para o despertar das noções de pertencimento e para o refinamento das perspectivas de autoestima individual e coletiva. Em seguida, pode-se avaliar que essas instituições são prestadoras de serviços, acolhem profissionalmente as mais distintas atividades e geram perspectivas para o terceiro setor, para o turismo cultural e para a economia local e global. Ainda, em uma terceira via de análise, pode-se compreender que as políticas públicas que envolvem essas instituições no Brasil contemporâneo têm

singular vocação para ampliar a compreensão sobre as diferenças; e este é um ponto fundamental para a nossa autodeterminação.



Museu e Memória. Que memórias? Que museu?

Marília Xavier Cury

Introdução

Os museus são movidos, muitas vezes, por eventos comemorativos. Falo isto, pela experiência construída por meio de contato (maior ou menor) com inúmeras situações museais. No contexto do Brasil e de modo geral, não são poucas as comemorações, basta folharmos algumas agendas que contêm registros do dia de quase tudo durante o ano. Não darei exemplos, mas é o suficiente lembrarmos que há dia para diversas categorias profissionais, religiões, entidades, grupos étnicos. Outro tipo de comemoração que temos, centra-se em fatos históricos ou eventos cívicos. Estes últimos, ainda, com resquícios do discurso da ditadura militar. O que quero colocar é que, sem julgamento ou generalizações, muitos museus ainda precisam se apoiar nesse calendário para constituir o seu, para formar o seu programa de comunicação e programação anual. Este é um bom tema para problematização e estudo em aberto: por que os museus ainda se pautam em datas comemorativas? Por que os museus precisam delas?

Não pretendo me estender nessa discussão, embora pertinente e importante. A intenção é chegar ao ponto ou momento que vivenciamos no mês de maio: as comemorações do Dia Internacional dos Museus, evento organizado pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM, sigla em inglês para International Council of Museums²). É sobre essa comemoração e sobre o tema “Proposta para 2011” que queremos tratar.

O Dia Internacional de Museus, os Museus, os Desafios da Musealização

O que está escrito não coincide, muitas vezes, com a realidade. Muitos textos veiculados no campo museológico tratam a questão tipológica dos museus de forma restrita e compartimentada nas estruturas disciplinares ou nos modelos nacional, nação, regional, por exemplo. Na realidade, as possibilidades são múltiplas e fragmentadas e, por isso, são outras que transcendem a todas as formas que limitam as concepções contemporâneas sobre patrimônio cultural e dinâmicas de musealização. O dicionário define tipologia como os “estudos dos traços característicos de um conjunto de dados, visando a determinar tipos [...]” (KOGAAN HOUAISS). Quais seriam os traços característicos de um museu? Que conjunto de dados devemos considerar para formar tipos? Já temos alguns tipos além dos corriqueiros e usuais? Mesmo considerando que o modelo atual é restrito e hegemônico, como trabalhar para substituí-lo³?

Desde o advento da Nova Museologia a ação museal ampliou-se. A princípio, foi uma nova metodologia para a Museologia (área de conhecimento) adotada para a constituição de inúmeros ecomuseus, museus de territórios, museus regionais ou, como acho apropriado dizer, novos museus porque (independente das suas características estruturais – acervo/visitante/prédio ou patrimônio/sociedade/território) adotaram novas práticas, conceituaram público de museu, inseriram as questões comunicacionais e de participação na pauta, reformataram o sentido social do museu, ou seja, uma gestão diferenciada surgiu a partir de renovadoras políticas e filosofias para os museus. Associada a essa transformação que, ainda, vivemos está outro forte determinante: a globalização. Esse processo inevitável influi de maneira enfática sobre a cultura “padronizando-as”, se é que isso seja possível. O fato é que as trocas culturais transnacionais ocorrem constantemente, quase em tempo real pela internet ou televisão, processos acelerados em ritmo contrário ao dos processos educacionais vinculados às construções identitárias, de memórias e patrimoniais adjacentes à educação em museus. Em reação, somos atores ou testemunhas de situações museais

novas e inovadoras que partem, muitas vezes, da sociedade civil que busca, de forma organizada, a afirmação identitária e a participação local no mundo global, um movimento de oposição ao sentimento de que estamos perdendo tudo, de que estamos nos desfazendo culturalmente. Assim, conhecemos, hoje, outros tipos de museus com outras problemáticas que fogem do óbvio: museu de cidade; museu de favela; museu indígena (diferente do etnográfico); ecomuseus quase que totalmente abstrato como aquele dedicado à viola caipira, identificação com um patrimônio imaterial que se deseja preservar; ou o Ecomuseu do Cerrado, muito além das questões ecológicas e tangíveis.

Voltando às comemorações, hoje há comemoração para quase tudo, até para os museus (18 de maio) e para o museólogo (18 de dezembro). Vamos nos pautar nessas comemorações? Por que não? Não creio que os museus devam adotar a agenda de comemorações como se fosse a sua, sem crítica, principalmente porque os acervos museológicos permitem riquíssimas possibilidades de programas temáticos. Oras, para que facilitar se podemos (e devemos) explorar os nossos acervos? Mas, entendendo a comemoração do Dia Internacional dos Museus como uma referência na nossa agenda anual para elevarmos os museus a sua importância social. Dia 18 de maio é o dia que destacamos para fazer com que a sociedade preste atenção nos museus, lembre-se deles, recorde experiências anteriores, acione a memória, busque o museu e festeje com ele o patrimônio cultural musealizado. Há uma mobilização internacional visando à promoção dos museus e o dia 18 de maio é especial, quando todos nos voltamos a uma programação intensa, buscando grande visibilidade pública. O Instituto Brasileiro de Museus – Ibran organiza, em 2011, a 9ª Edição da Semana de Museus, após a convocação de museus de todo o território, com adesão ampla de mais de mil instituições e três mil atividades inscritas. Estamos avançando em articulação e projeção dos museus e esperamos que o movimento dos profissionais da área museológica provoque êxito junto àqueles à frente das políticas públicas para os museus, nos âmbitos municipal, estadual e federal.

O ICOM, como em anos anteriores, propôs um tema que é “Museu e Memória”, um tema feliz, na minha perspectiva. A instituição Mu-

seu vem mudando ao longo da sua história. Durante séculos o museu acumulou conhecimento técnico de como se organizar atuou na construção do conceito de nação, para quem serviu, evolui de acordo com as visões científicas em voga em épocas distintas. Na contemporaneidade, o museu luta para se reinventar, agora acompanhando as ciências sociais e humanas e a sociedade globalizada que fala desde o local. As áreas de comunicação, recepção/estudos culturais, antropologia e sociologia sustentam a constituição de um museu emergente⁴, o que se revela nos novos modelos ou tipos de instituições museológicas que vêm surgindo com força da legitimidade. As estruturas elitizadas e as relações desequilibradas entre equipes de museu e público estão se transformando em um modelo participativo pró-ativo. Os acervos são diversificados, no sentido que objetos de várias origens socioeconômicas e culturais coabitem a mesma reserva técnica, os mesmos espaços expositivos, a mesma instituição: enfim, assim como os representantes das culturas que produziram esses objetos, num processo de socialização, interação, negociação dos sentidos e significados patrimoniais, disputa de poder, exercício de tolerância. Em outras palavras, o museu é o lugar de todos e de todas as culturas e de todo objeto, eleito por uma coletividade. Mas, o museu é, também, o lugar da evidenciação da diferença, onde o conflito surge e é tratado na dinâmica democrática na qual o museu atua.

Então, os museus estão se transformando, os novos tipos de museu são uma realidade e o processo democrático pauta as ações preservacionistas. O público ganha participação ativa e o tema Museu e Memória propõe uma reflexão sobre Memória como sendo as falas que podem ser incorporadas aos processos museais, ou seja, os depoimentos, recordações, lembranças, sentidos e sentimentos que o público, outrora visitante, traz para os museus, participando do processo curatorial, e dando vida à instituição.

Museu e Memória: uma experiência

Há muitas experiências bem sucedidas na linha de processos participativos, aqueles com participação de interlocutores externos ao museu, colocando a enunciação na primeira pessoa e definindo características especiais ao processo, seja educativo ou expositivo. Passo a apresentar um caso que é a participação de índios *Kaingang* e *Krenak*, no processo expográfico Tupã Plural do Museu Índia Vanuíre.

O Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre⁵, em vias de modernização, tem como uma de suas estratégias de planejamento a concepção de uma exposição de longa duração⁶. O museu situa-se no município de Tupã, Estado de São Paulo, região ocupada a partir do início do século XX, com a apropriação de território onde viviam índios *Kaingang*. Esses índios resistiram à ocupação e sofreram com a violência da expansão rendendo-se. Os *Kaingang* remanescentes foram alocados em dois Postos Indígenas, hoje denominados aldeias Icatu e Vanuíre. A Aldeia Indígena Vanuíre é próxima vinte quilômetros de Tupã, município planejado em terras que, outrora, fizeram parte do território de perambulação⁷ *Kaingang*. Como pressuposto do processo expográfico, a nova exposição de longa duração deveria, como forma de compromisso, considerar os *Kaingang* como parte da história pregressa e atual⁸. Acontece que os *Kaingang* sofreram violência física e moral por décadas, de forma a temerem a transmissão de suas tradições aos seus descendentes. Até hoje, muitos *Kaingang* mais antigos evitam falar das tradições com seus filhos e netos, por temor pelo mau que isso possa provocar a eles. Candire – índia já falecida, a última a dominar a tradição cerâmica na Aldeia Vanuíre –, foi exceção, pois estimulou que os mais jovens seguissem as tradições. De fato, temos hoje alguns grupos que buscam a tradição. De maneira geral, um dos grupos, liderado por quatro gerações de mulheres de uma mesma família – está reinventando uma tradição e criaram a Escola Voluntária *Kaingang*. Nessa escola falam *Kaingang* (talvez o maior patrimônio), ensinam danças e cantos, fazem artesanato, convivem. Para as apresentações de danças que fazem para eles mesmos e para os não índios, usam apenas dois tipos de pinturas corporais – masculina e feminina – para criar uma identi-

dade visual facilmente reconhecível entre eles e entre os outros culturais. Também, criaram vestimentas que usam nas apresentações para as quais são convidados, com versões masculina e feminina. Outro grupo *Kaingang* é composto por professores dessa etnia que trabalham na escola indígena⁹. Esses professores percorrem outro caminho para a construção das tradições: a interação com outros professores *Kaingang* de outras aldeias e a bibliografia. Esse segundo grupo é rechaçado pelo primeiro, mais radical em seus métodos de consolidação identitária.

O que pode parecer uma radicalização justifica-se pelo fato de que a Aldeia Vanuíre é, igualmente, ocupada por índios *Krenak* que, na década de 1960, refugiaram-se ali devido aos problemas que vinham sofrendo para reocupar suas terras demarcadas no Estado de Minas Gerais, invadidas sucessivamente. Os *Krenak* passam, também, por essa reconstrução de tradições, reinventando-se. Ensaiam suas danças e cantos, fazem seu artesanato, inventam pinturas corporais (pois são cobrados por isso pelos não índios), buscam seus mitos, visitam áreas em Minas Gerais carregadas de simbolismo. Os *Krenak* são expansivos e comunicativos e articulam-se de forma a absorver muitos *Kaingang*, pois muitos daqueles que vivem na Aldeia são parte *Kaingang*, parte *Krenak*, fruto de casamentos interétnicos. Os casamentos são aceitos, mas cada um tem que optar por sua identidade étnica, o que ocorre por influência da família ou, na ausência dessa intervenção, pelo envolvimento com o outro.

Se o convívio existe com certa tranquilidade, há uma “guerra” identitária na Aldeia Vanuíre, o que é absolutamente normal e, sobretudo, necessário, pois identidade é algo que se constrói na relação com o diferente. O que pode parecer disputa para os não índios que os julgam como desunidos, é, na verdade, processos de construção de identidades. E os *Kaingang* “radicais” estão reafirmando sua opção, e chamando os demais a seguirem certas atitudes que os diferenciem por completo dos *Krenak*. Por exemplo, um *Kaingang* não deve cantar ou dançar *Krenak*, de acordo com os critérios daqueles do primeiro grupo. Poderíamos enquadrar essa busca como identidade de resistência¹⁰, criada por atores que se encontra em posições desvalorizadas e necessitam estabelecer trincheiras, uma vez que se sentem diminuídos, porque são constantemente taxados como aculturados, seja pelos não índios ou pelos *Krenak*.

Para nossa surpresa, a Aldeia *kaingang* tem um Cacique *Krenak* que, segundo ele, vê o interesse do todo. Na aldeia, as casas de alvenaria são padronizadas, do tipo popular, projetadas e construídas pelo governo. Os índios possuem uma alimentação retraditionalizada, ou seja, a mesa é composta, por exemplo, por *yamin* (milho vermelho) – que é congelado para estar disponível durante o ano todo –, a tapioca, o peixe ensopado com banana verde, o arroz, o feijão e o refrigerante.

O artesanato é realizado pelas duas etnias de forma parecida, mas com suas diferenças. Usam fibras vegetais, sementes e penas de galináceos que tingem ao gosto colorido. É realizado, – não somente, mas particularmente – para o comércio e, embora algumas peças sejam usadas rotineiramente por eles, a maior parte da produção destina-se a uma demanda, de acordo com as expectativas do cliente não índio. Então, encontramos arcos e flechas, (um tipo de) sarabatanas, lanças, objetos fora de uso por eles que, para o comprador, pode ser: ora elemento decorativo; ora brinquedo. Mas, produzem e comercializam, também, instrumentos musicais que fazem parte das danças e cânticos que praticam. A produção desse artesanato sem uso, e às vezes sem contexto como é o caso da sarabatana, foi promovida pelo Museu Índia Vanuíre, há décadas, o que se mantém, devido à aceitação, como uma das formas de obtenção de renda. Há bons artesãos na aldeia e o artesanato é ensinado nas duas escolas – a oficial (de todos, com predomínio cultural *Krenak*) e a voluntária (“alternativa” dos *Kaingang*).

Para o módulo expositivo Aldeia Indígena Vanuíre optamos por colocar as duas etnias lado a lado no espaço, com os *Kaingang* – os primeiros a chegarem ao território – à entrada do módulo. A situação de justaposição de *Kaingang* e *Krenak* justifica-se, não somente porque as duas etnias vivem juntas na mesma aldeia, mas como respeito às buscas identitárias que acontecem entre elas em relação mútua. Por outro lado, a módulo Aldeia Vanuíre está, por sua vez, em posição privilegiada em relação ao módulo conceitual anterior, “Creio em Tupã”. Não queremos, com isso, afirmar que os índios não fazem parte da história. Ao contrário, destacamos que a história deles é anterior e se cruza, com conseqüências, à história do colonizador, seguindo no presente.

O mais complexo nesse processo expográfico foi a discussão com

os *Kaingang* e *Krenak* sobre o que entraria na exposição e por que, ou seja, o que seria musealizado porque é um patrimônio, e o que é patrimônio para eles. Foram dias de discussão sobre as opções de cada etnia, considerando, ainda, duas introduções históricas sobre as culturas em pauta, partindo do passado pré-colonial. As discussões foram antecedidas pelo entendimento do que seja um museu e uma exposição. Então, passamos a discutir o que é tradição para cada etnia e, então, como comporíamos o módulo expositivo. Eles alcançaram, com clareza, a consciência de que há algo da tradição que ficou no passado, e que há algo novo em constituição. Assim, entrou na exposição (e no acervo do Museu Índia Vanuíre) o artesanato atual, inclusive o realizado para comércio. Mas, entraram, também, as danças e cantos, os grafismos, frutos de um processo de retraditionalização, da mesma forma que expressões de uma tradição remota como a língua, o hábito de vincular-se ao lugar onde o umbigo foi enterrado após o nascimento e a roça doméstica, para os *Kaingang* – e a pesca com a mão – para os *Krenak* –, como exemplos. Anteriormente a essa constatação, tentamos motivá-los a produzir certos artefatos que tomamos ciência pela bibliografia. Levamos para mostrar livros e pesquisas acadêmicas sobre cestaria e grafismos, para que fossem reconhecidos e reproduzidos, o que não aconteceu. Por exemplo, os *Kaingang* originalmente¹¹ têm sua organização social estruturada em dois clãs exogâmicos que se opõem e se complementam simultaneamente: *Kamé* e *Kainru-Kré*. Esses são gêmeos ancestrais, entidades civilizadoras e estruturadoras da concepção dual do universo e da vida social. O dualismo está presente no cotidiano e no artesanato. Por um artefato ou pintura corporal podemos identificar o clã¹² do proprietário ou as alianças em construção entre clãs¹³. Os *kaingang* da Aldeia Vanuíre não identificaram as formas e os grafismos de acordo com os clãs e, mais ainda, desconhecem quase por completo essa concepção cosmológica. Certamente que, se temos um problema, esse problema é nosso, baseado em uma expectativa e na pretensão de fazer a tradição pelo outro e no equívoco de que tradição é algo dado e não construído. Também, caímos na armadilha de que identidade é algo que se perde e, por isso, pode ser recuperada.

Óbvio que a equipe de profissionais responsável pelo processo se viu, com frequência, ora no fogo cruzado identitário, ora nas suas pró-

prias contradições e preconceitos. Essa é uma lição para não esquecermos que o ofício do profissional da museologia vai muito além dos muros do museu e das aulas que já recebemos. De fato, a aprendizagem passa do plano museográfico (a práxis) e alcança o plano museológico (a disciplina).

Considerações finais

Comemoramos conscientemente o Dia Internacional de Museus como estratégia de mobilização e articulação, assim como projeção de imagem institucional e ação política. Mas, a comemoração deve ser crítica, da mesma forma que devemos ser com os museus. Há muito que se fazer nos museus e espero que essas mudanças que vislumbramos saiam das margens dos processos e intervenham com as estruturas, ou seja, que o público – seja ele qual for – deixe de ser coadjuvante e passe a ser interlocutor protagonista, de meros informantes (transmissores de informações) a elementos constitutivos de uma ideia de museu. Qual seria o resultado desse processo? Não sabemos, não é previsível ou programável, mas acredito que vale a pena a aposta no museu, no público e na preservação do patrimônio cultural.

Bibliografia

Castells, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo, Paz e Terra, 2006.

Meneses, Ulpiano Bezerra de. Problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista**, n. 1, p. 207-222, 1993.

Silva, Sergio Batista. **Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 2005.

Veiga, Juracilda. **Cosmologia e práticas rituais Kaingang**. Tese (Doutorado), Universidade de Campinas, 2000.

ZAVALA, Lauro. **La educación y los museos en una cultura del espectáculo**. In: ENCUENTRO NACIONAL ICOM/CECA MÉXICO. **La educación dentro del museo, nuestra propia educación**, 2., 2001, Zacatecas. **Memória**. [Zacateca]: ICOM México, CECA, [2003]. p. 19-31.

Notas

(Endnotes)

- 1 Museóloga e educadora de museus, docente em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, desde 1992.
- 2 www.icom.org.br, www.icom.museum.
- 3 Uma prática profícua e democrática seria a construção coletiva dessa substituição, ou seja, um modelo substitui, ultrapassando o anterior, sem negligenciar uma trajetória.
- 4 Ver ZAVALA, Lauro. **La educación y los museos en una cultura del espectáculo**. In: ENCUENTRO NACIONAL ICOM/CECA MÉXICO. *La educación dentro del museo, nuestra propia educación*, 2., 2001, Zacatecas. **Memória**. [Zacateca]: ICOM México, CECA, [2003]. p. 19-31.
- 5 Sob gerência da ACAM Portinari – Associação Cultural dos Amigos do Museu Casa de Portinari, com sede em Brodowski, SP, coordenação de Angélica Fabbri e Luiz Antônio Bergamo.
- 6 Sob concepção e coordenação de Marília Xavier Cury.
- 7 Área na qual circulavam para a obtenção de alimentos.
- 8 A exposição denominada Tupã Plural é composta pelo módulo: “Creio em Tupã”, Aldeia Indígena Vanuíre; Índios no Brasil; Representação Plumária no Acervo Indígena; Representação Tecida e Cesteira no acervo Indígena.
- 9 Ensino Fundamental.
- 10 Castells, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo, Paz e Terra, 2006.
- 11 Outras aldeias *Kaingang* ainda possuem essa visão cosmológica.
- 12 Veiga, Juracilda. **Cosmologia e práticas rituais Kaingang**. PhD thesis, Universidade de Campinas, 2000.
- 13 Silva, Sergio Batista. **Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais**. PhD thesis, Universidade de São Paulo, 2005.

Este livro foi composto em Book Antiqua
11/15 e impresso em papel pólen print 80 g/m²,
na gráfica da i.Editora, para o INESP.